GRUPO FAMETRO

SAÚDE MENTAL EM DEBATE

Organizadores

Júlio César Pinto de Souza
Estephania de Lima Oliveira
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

Editora Poisson

VOLUME 1

Júlio César Pinto de Souza
Estephania de Lima Oliveira
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo
(Organizadores)

Saúde mental em debate
Volume 1

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2024

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Comitê Científico
Maria do Perpetuo Socorro de Araujo Flor
Lisiane Thompson Flores
Rosenira Ribeiro de Almeida Dantas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S255
Saúde mental em debate - Volume 1/ Organização: Júlio César Pinto de Souza, Estephania de Lima Oliveira, Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo - Editora Poisson - Belo Horizonte - MG: Poisson, 2024

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-433-8
DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8

Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Saúde 2.Psicologia 3. Medicina I. SOUZA, Júlio César Pinto de II. OLIVEIRA, Estephania de Lima III. FIGUEIREDO, Suelânia Cristina Gonzaga de IV. Título

CDD-150

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

Organizadores

Júlio César Pinto de Souza

Graduado em psicologia clínica pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialista em psicologia do esporte (Faculdades Integradas-Brasília/DF) e Mestre em psicologia (linha psicossocial) pela UFAM. Também possui especializações nas seguintes áreas: Gestão com ênfase em Administração Hospitalar (FGV-RJ) e Relações Públicas e especialidades de marketing (UVA-RJ). Participante do grupo de pesquisa Psicologia e práticas socioculturais da UFAM. Parecerista da Revista Psicologia e Saúde. Atuação na área da Assistência Social e professor de graduação e pós-graduação. Atualmente professor do Instituto Metropolitano de Ensino – IME.

Estephania de Lima Oliveira

Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tem experiência como professora do Ensino Superior no curso de Psicologia e áreas afins. É pesquisadora do laboratório de Desenvolvimento e Educação, vinculada ao grupo de pesquisa: Subjetividades, povos amazônicos e processos de desenvolvimento humano da Faculdade de Psicologia da FAPSI/UFAM. Interessa-se por temas como: Psicologia Social Ambiental, Desenvolvimento humano, com ênfase em sexualidade e gênero. Possui experiência na gestão do ensino superior como coordenadora de curso e docente. Atualmente professora do Instituto de Ensino-IME

Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

Possui graduação em Economia, mestrado em Desenvolvimento Regional e doutorado em Ciências da Educação. Atualmente é Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Instituto Metropolitano de Ensino-IME, atuando principalmente nos seguintes temas: Sustentabilidade, Pesquisa, Iniciação Cientifica, Articulação entre Pesquisa, Ensino e Extensão. Autora do Projeto Produzir e Publicar.

Prefácio

O livro aborda uma série de temas relevantes para a saúde mental e o bem-estar dos jovens e crianças. Nos seus capítulos, os autores abordam de forma profunda e sensível os impactos do uso abusivo das redes sociais na saúde mental dos jovens, destacando os efeitos negativos desse comportamento, enfatizando os diversos problemas causados pela exposição constante às redes sociais e a busca incessante por validação e aprovação virtual. Em seguida, são exploradas questões relacionadas ao autocuidado na perspectiva psicológica do exercício laboral da enfermagem, a importância de cuidar da saúde mental dos profissionais da área da saúde, ressaltando a magnitude do cuidar de si mesmo para poder cuidar dos outros de maneira saudável e equilibrada.

Além disso, o livro traz reflexões sobre o luto de crianças que perderam os pais durante a pandemia da covid-19, examinando os desafios emocionais enfrentados por essas crianças e como a sociedade pode apoiá-las nesse processo de perda e luto.

Também são discutidos temas como o impacto positivo que a prática de atividades físicas pode ter na vida de crianças com autismo, promovendo melhorias em sua saúde física e mental, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. A relevância da atuação do psicólogo no acompanhamento e tratamento de pacientes com Alzheimer, destacando a importância do suporte emocional, cognitivo e comportamental oferecido por esses profissionais para melhorar a qualidade de vida dos portadores da doença e de seus familiares.

Neste livro, também são discutidos, como o uso excessivo e inadequado do celular pode impactar negativamente a vida dos adolescentes, prejudicando sua saúde mental, social e emocional. São apresentadas estratégias e dicas para lidar de forma saudável e equilibrada com a tecnologia no dia a dia. Os autores discutem sobre o difícil processo de desligamento de jovens de instituições de acolhimento, destacando os desafios emocionais, sociais e práticos enfrentados pelos adolescentes nesse momento de transição. São apresentadas reflexões e propostas para promover um processo de desacolhimento mais acolhedor e eficaz para esses jovens.

Outros capítulos exploram a importância da família na vida de crianças com TEA, explora a importância da família na vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), discutindo como a estrutura familiar pode influenciar no desenvolvimento e bem-estar emocional das crianças com TEA, destacando a importância do apoio e suporte familiar no processo de adaptação e inclusão social.

Por fim, o livro traz reflexões sobre as consequências emocionais em filhos de pais separados, destacando os desafios e impactos que a separação dos pais pode causar na vida de uma criança ou adolescente. A obra explora como a ruptura familiar pode gerar sentimentos de abandono, raiva, tristeza, confusão e ansiedade nos filhos, afetando seu desenvolvimento emocional e psicológico. o livro analisa a relação entre o uso de ansiolíticos e antidepressivos na saúde mental dos jovens. Com uma abordagem ampla e interdisciplinar, o livro oferece insights valiosos para profissionais e estudantes das áreas da saúde e psicologia, bem como para pais e cuidadores que desejam promover o bem-estar emocional e psicológico das crianças e jovens.

Estephânia Oliveira

SUMÁRIO

Capítulo 1: Os impactos do uso abusivo das redes sociais na saúde mental dos jovens brasileiros..... 08

Kathlen Stephanie Freitas de Vasconcelos

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.01

Capítulo 2: O papel do psicólogo na inserção escolar da criança com Transtorno de Espectro Autista..... 19

Chuamy da Silva Hsu, Gracianne da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.02

Capítulo 3: O luto de crianças que perderam os pais durante a pandemia da Covid-19 29

Hethelen Awdry Alves Raposo, Kenny Evelyn do Carmo Montanha

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.03

Capítulo 4: Impactos da atividade física para qualidade de vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista 41

Emanuelle Viana de Castro, Aderson Oliveira Venâncio

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.04

Capítulo 5: A contribuição do psicólogo para os pacientes com Alzheimer 53

Elizângela Brasil Pinto, Monique Silva Bezerra

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.05

Capítulo 6: Adicção de aparelho celular na adolescência..... 65

Raquel Marinho, Rosemary de Castro

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.06

Capítulo 7: O processo do desacolhimento institucional para adolescentes em uma instituição na cidade de Manaus-AM 77

Carolaine Cristina de Almeida Andrade, Tommaso Lombardi

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: A importância da família na vida de crianças com TEA 92

Artemiza Martins Portela, Débora Kelly Pinto dos Santos Brito

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.08

Capítulo 9: As consequências emocionais em filhos de pais separados 103

Maria Raimunda de Oliveira Silva, Miracilde Fernandes da Silva Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.09

Capítulo 10: A relação do uso de ansiolíticos e antidepressivos para saúde mental dos jovens 116

Emily Pessoa dos Santos, Caroline Sousa Bindá

DOI: 10.36229/978-65-5866-433-8.CAP.10

CAPÍTULO

01

Os impactos do uso abusivo das redes sociais na saúde mental dos jovens brasileiros

Kathlen Stephanie Freitas de Vasconcelos

1. INTRODUÇÃO

Estamos vivendo uma década de muitos avanços tecnológicos, e uma das ferramentas mais utilizadas no mundo são as redes sociais digitais. De acordo com Vermelho, *et al.* (2014), as novas tecnologias permitiram a criação de meios de comunicação mais interativos, liberando os indivíduos das limitações de espaço e tempo, tornando a comunicação mais flexível. Com apenas um clique, qualquer pessoa pode acessar uma informação específica e manter contato com pessoas queestão distantes.

As redes socias no ambiente virtual, estão ganhando maior visibilidade e potencializando esta nova forma de interação e comunicação. Para Filho *et al.* (2012),deve ficar claro que a internet é uma das grandes responsáveis por essa mudança. Nesse sentido, fala-se que o poder de comunicação instantâneo mostra que o mundo agora cria redes antes não possíveis e que essa sociedade virtual agora veio para ficar e crescer junto com o desenvolvimento da população.

O estudo realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), apontou que 78% dos jovens brasileiros conectados na internet usaram as redes sociais em 2021. De acordo com o IBGE (2022), uma pesquisa sobre consumo de internet constatou que 83,6% da populaçãobrasileira, utilizam com a finalidade para o uso das redes sociais. Portanto, com o levantamento realizado pela ComScore (2023), o Brasil é o terceiro colocado no mundo em acesso às plataformas de Redes Sociais, onde as mais buscadas são YouTube, Facebook e Instagram.

A alta exposição às Redes Sociais pode trazer impactos à saúde mental destes jovens, e alguns fatores podem contribuir, e dentre eles temos, a falta de monitoramento, controle, segurança e atenção ao conteúdo consumido. Podem aproximar estes usuários à múltiplos transtornos, como os ansiosos, depressivos, e induzir à dependência.

Diante disto, o estudo tem como objetivo geral discutir os impactos do uso abusivo das redes sociais na saúde mental dos jovens. Para alcançar os objetivos foram estabelecidos os tópicos específicos, identificar os fatores positivos e negativos das redes sociais, levantar as mudanças psicológicas e comportamentais do uso abusivo das redes sociais e apresentar a contribuição da psicologia para a mitigação dos efeitos danosos das redes sociais na saúde mental dos jovens brasileiros.

O tema foi escolhido devido à sua relevância para a sociedade e tem como intuito mostrar a importância da consequência do uso abusivo das redes sociais, trazer as informações pertinentes para uma melhor compreensão da temática e fornecer estratégias para redução dos danos causados pela exposição. Afim de alertar a população sobre a saúde mental dos jovens e como a Psicologia pode contribuir com a qualidade de vida destes usuários.

2. METODOLOGIA

Este estudo tem como método uma revisão de literatura sistemática de abordagem qualitativa. Segundo os autores Galvão e Pereira (2014), as revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entende-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão.

Foi realizado com base no resultado de buscas feitas pelas plataformas Google Acadêmico e SciELO, apenas no idioma Português no decorrer do mês de agosto de 2023. Obteve-se um levantamento de 21 documentos que foram encontrados com as palavras-chave [Saúde Mental, Redes Sociais]; [Saúde Mental,Redes Sociais, Jovens]; [Redes Sociais Jovens Brasileiros]; [Dependência RedesSociais]; [Internet Redes Sociais Impactos] e publicados no intervalo de 2019 a 2023.

Quanto aos critérios de inclusão dos documentos para estudo, foi definido a data da publicação para os últimos cinco anos, os artigos disponibilizados na íntegra sobre o tema em questão, e como critério de exclusão, foram rejeitados os materiais que não cumpriram nenhum critério definido de estudo e não tinham relação direta com o tema proposto da pesquisa. Foram selecionados através do critério de inclusão e exclusão apenas 13 publicações para o estudo, e os utilizados para esta revisão serão de apenas 8 artigos científicos e 4 monografias e 1 dissertação.

3. RESULTADOS

Os resultados estão apresentados no Quadro a seguir, nele consta a síntese dos artigos e o detalhamento da pesquisa utilizada para esta revisão sistemática.

Quadro 1: Artigos selecionados para esta pesquisa.

EDITORA/ANO	NOME DOSAUTORES	TÍTULO DA OBRA	TIPO DE PUBLICAÇÃO
Revista Educação, Psicologiae Interfaces, Vol.3 -2019	SOUZA, K.CUNHA, M.X.C.	Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: Uma revisão sistemática da literatura	Artigo Científico
Psicologia,Educação e Cultura, Vol.XXV - 2021	TABOGA, A. L. V. JUNIOR, R. D. S.	Influência de redes sociais na saúde mental e autoimagemde adolescentes	Artigo Científico
EnfermeríaGlobal, Nº64 - 2021	FREITAS, R. J. M. D. et al	Percepções dos adolescentes sobre ouso das redes sociais e sua influência na saúde mental	Artigo Científico
Uniube -2022	CRUZ, I.N. FILHO, J. A.	O impacto das mídias sociais na saúde mental	Monografia
SociedadeBrasileira de Computação - 2020	SOUZA, K. D.CUNHA, M. X. C.	Impactos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes e jovens	Artigo Científico
Brazilian Journal Of Development - 2022	JUNIOR, E.S.D.S. et al	Depressão entre adolescentes que usam frequentementeas redes sociais: umarevisão da literatura	Artigo Científico
Revista Ibero-Americanade Humanidades, Ciências eEducação,v.7 - 2021	SILVA, M.D.C	A relação entre Redes Sociais eAutoestima	Artigo Científico

Quadro 1: Artigos selecionados para esta pesquisa. (continuação)

EDITORA/ANO	NOME DOS AUTORES	TÍTULO DA OBRA	TIPO DE PUBLICAÇÃO
LUME - UFRGS-2022	CUNHA,N.A.C.D	Solidão, Mídias Sociais e Saúde Mental: Uma RevisãoIntegrativa	Monografia
Universidade de Lisboa - 2019	LEMOS, C.F.R.C.D.	Uso Problemático da Internet e das Redes Sociais: Relação coma Regulação da Satisfação das Necessidades Psicológicas e a Saúde Mental	Mestrado
Brazilian Journal Of Development - 2020	CRUZ, M.D.S.C.D.	Redes Sociais Virtuais: Percepção,Finalidade, e a Influência no Comportamento dosAcadêmicos	Artigo Científico
Revista Observatório - 2019	TEIXEIRA, I.SILVA, P.C. SOUSA, S.L.D. SILVA, V.C.D.	Nomofobia: Os impactos psíquicos douso abusivo das tecnologias digitais em jovens universitários	Artigo Científico
RUNA -2022	CUNHA, A.B.D.P. RESENDE,I.L.S. SILVA, J.G.M.D.	A Relação entre oUso das Redes Sociais e a Saúde Mental dos Adolescentes	Monografia
CEUNSP -2021	CIPULLO, G.	A vida por trás dastelas Um documentário jornalístico sobre osimpactos das redessociais em jovens mulheres	Monografia

Fonte: O autor.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS

4.1.1. ACESSO À INFORMAÇÃO

A internet e as redes sociais também permitem transformações nos vínculos pessoais e sociais, favorecendo o surgimento de novas amizades, com espaços para fazer novos amigos, conectar-se a vários meios de comunicação simultaneamente, sendo fonte de novas informações e notícias, pesquisas, além de permitir não só o acesso à informação, mas também a capacidade de produzi-la, bem como o compartilhamento de vivências, ideias, percepções e sentimentos com facilidade e rapidez (Freitas *et al.* , 2021). Portugal (2020 *apud* Cunha, 2020) traz a ideia de que, atualmente, as redes sociais têm sido utilizadas como meio de interação e entretenimento por grande parte de seus utilizadores. Elas trazem a possibilidade dese ligar e interagir com pessoas de diversos lugares espalhadas por todo o mundo, onde se tem a possibilidade de partilhar interesses, encontrar novas informações, divugar conteúdos e se expressar de maneira prática.

Portanto, nas pesquisas realizadas identificamos que os autores corroboram sobre o ponto de que a rede social é um meio de grande importância para acesso à informação, interação, compartilhamento de experiências e vivências.

4.1.2. INTERAÇÕES SOCIAIS

Segundo Lustosa (2021 *apud* Cunha; Resende; Silva, 2022) pode-se entender que as redes sociais são importantes ferramentas para interação, sendo consideradascomo uma forma mais rápida para um relacionamento junto ao outro. Nesse sentido, as redes sociais são construídas a partir de um conjunto de indivíduos interligados, permitindo a quem as utiliza, uma experiência de identidades, estabelecendo novas relações a partir disso. A internet apresenta uma possibilidade de interação eficaz e mais imediata. Essa

troca de informações e mensagens ocorre principalmente através das redes sociais. No Brasil, o número de usuários de internet que tem como principal motivação a troca de mensagens ultrapassa os 90% em adolescentes e jovens adultos(IBGE, 2018 *apud* Taboga; Junior, 2021).

Percebe-se que ambos os autores corroboram com o estudo de que os adolescentes e jovens são os que mais utilizam as redes sociais para troca de mensagens como meio de comunicação e interações sociais.

4.1.3. O IMPACTO NOS VALORES SOCIAIS

Para a autora Silva (2021), redes sociais e meios digitais de comunicação impactaram profundamente nos valores da nossa sociedade, tornando aparências, status e idealizando uma "vida perfeita". Essa mudança de valores, ainda que em constante transformação, pode se transformar em gatilho de sofrimento, uma vez que somos diariamente apresentados a um estereotipo de beleza e estilo de vida que não é facilmente alcançável e isto pode gerar mal-estar. É como se, atualmente, o valor e o sucesso das pessoas fossem definidos por aquilo que publicam nas Redes Sociais, pelo seu "perfil *online"*, e não por quem são realmente na "vida real" e pelos seus feitos, pelas suas realizações, tanto pessoais, como profissionais (Lemos, 2019).

Mostrou-se em destaque, que os autores corroboram com o estudo de um aumento dos impactos negativos de consumo dos conteúdos das redes sociais, ondeo foco são as buscas pela perfeição e um padrão de valores impostos pela sociedade.

4.1.4. EXPOSIÇÃO NAS REDES SOCIAIS

De acordo com a autora Silva (2021), a hiperexposição está atrelada ao uso compulsivo das mídias sociais, expondo a vida cotidiana, sem ter ideia dos riscos que podem causar, muitos ainda, sequer se preocupam com a segurança da rede. Inicia-se o uso por um hábito de informar e acaba por um vício em se expor. A exposição às redes sociais precoce na adolescência gera como consequências negativas o assédio online, qualidade de sono, autoestima e imagem corporal pioradas. Havendo associação entre sintomas de depressão e o uso dessas redes, principalmente no público feminino. Meninas que iniciam o uso das mídias sociais no início da adolescência, apresentam bem-estar mental mais desfavorecido com o passar dos anos (Kelly, Zinlanawala, Booker, Sacker, 2018 *apud* Taboga *et al.*, 2021). Quando os utilizadores compararam as suas experiências de vida com aquelas que os outros escolhem expor nas suas plataformas, eles podem sentir que está a faltar algo na suavida e sofrerem de inveja e de depressão (Clark et al., 2018 *apud* Lemos, 2019).

Entretanto, os estudos dos autores relatam que a exposição na rede social é um ponto negativo, podendo gerar riscos à saúde, desenvolver transtornos depressivos, sentimentos de baixa autoestima e de risco à própria segurança.

4.2. MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS E PSICOLÓGICAS

4.2.2. ISOLAMENTO SOCIAL

Ainda como menciona Barros (2019 *apud* Cunha, 2022), os adolescentes recorrem às Redes Sociais para preencher o vazio deixado pelo isolamento social, assim esses têm a impressão de que nunca estão sozinhos, pois nesse ambiente eles têm amigos virtuais e compartilhamento de informações. O problema, segundo o autor, é que quando se desconectam, a realidade fica distorcida, como se as pessoasdo seu entorno não fizessem parte do cotidiano, fruto da falsa impressão de felicidade proporcionada pelas interações no mundo virtual. Como resultado de sua contínua conexão com as redes sociais, eles podem acabar se separando de outras pessoas na vida real, seja afetiva ou socialmente. Outra questão a ser discutida é o uso excessivo das redes sociais virtuais que pode levar ao isolamento e trazer diversos transtornos de comportamento (Cruz, 2020).

Percebe-se que os dois autores estão de acordo quando relatam em suas pesquisas, que as redes sociais podem levar a pessoa ao isolamento social. Ocasionando uma maior distância do mundo real e dificultando mais a interação social.

4.2.3. SOLIDÃO

Todavia, o uso das redes sociais fornece uma ampla conexão entre as pessoas para além dos limites do espaço-tempo e entre os motivos que fazem os jovens usarem as redes sociais é para reduzir a solidão (Varchitta, *et al.*, 2020 *apud* Junior *et al.*, 2022). Segundo Cunha (2022), a hipótese é de que as mídias sociais reforçariam comportamentos que acarretam isolamento e solidão pelo modo que estão configuradas e desenhadas virtualmente, no que terminam por atomizar e isolar as relações interpessoais.

Enfatiza-se que os autores, não concordam com a ideia um do outro. Pois, para um a solidão é um comportamento associado ao uso das redes sociais, e para outro as pessoas utilizam as redes sociais para redução da solidão.

4.2.4. ANSIEDADE

Os autores fizeram uma pesquisa com jovens universitários sobre o uso das redes sociais, e o intuito é para saber quais os sentimentos serão apresentados após a exposição ou falta de acesso à ferramenta. Segundo Teixeira *et al.* (2019), em relação a sentir ansiedade quando percebe que está sem acesso ao *Facebook* e/ou *Instagram*, 45,4% relatam sentir raramente ou ocasionalmente, 33,4% dizem sempre, quase sempre e frequentemente e 21,3% não sentem. Sobre sentir angústia quando percebe que está sem acesso ao *Facebook* e/ou *Instagram*, 30,3% dizem não sentir, 45,4% dizem sentir raramente ou ocasionalmente e 24,3% sempre, quase sempre e frequentemente. Bueno (2018 *apud* Cunha, 2022) cita que a utilização das redes sociais esteve associada à taxas mais elevadas de ansiedade, depressão e piora da qualidade do sono. Portando, diante dos estudos mencionados, os autores concordam que há um alto índice de usuários de redes sociais que desenvolverem sintomas ansiosos.

4.2.5. SMF – SOCIAL MEDIA FATIGUE

Outro recente fenômeno observado chama-se SMF (*Social Media Fatigue*), que diz sobre a fadiga como consequência do uso das mídias sociais e seus impactos sobre a ansiedade e solidão, os quais estariam relacionados com emoções como inveja e admiração (Yan et al., 2022 *apud* Cunha, 2022). De acordo com Dhir, Yossatorn, Kaur, Chen (2018 *apud* Lemos, 2019), relativamente ao uso problemático ou compulsivo das Redes Sociais, mais especificamente, este tem sido associado aoaumento da fadiga das Redes Sociais. A fadiga está relacionada ao aumento do uso das Redes Sociais, pelo acesso às informações, interações, participação e exigênciaque esta ferramenta pode solicitar aos usuários. Portanto, os autores concordam queestas consequências vêm impactando na saúde mental e trazendo sintomas ansiosos à sociedade.

4.2.6. DEPRESSÃO

Pesquisadores também estão atentos aos diversos fenômenos gerados pelo uso das redes sociais e alertam para os riscos quanto ao uso excessivo das redes sociais. Não se deve confundir o mundo real do virtual, no qual traz, às vezes, a percepção de "mundo perfeito". Algumas pessoas tendem a buscar refúgio na Internet como canal alternativo de convívio social, principalmente quando são incapazes de criar relações no mundo real (Cruz, 2020). O uso excessivo de redes sociais revela um ambiente no qual os jovens agridem verbalmente pessoas com pensamentos e culturas diferentes das suas, que posteriormente podem causar danos psicológicos a outrem (Souza; Cunha, 2020). O *bullyng* virtual, as agressões verbais e as mensagens mal interpretadas podem influenciar em mudanças de hábitos, discórdias e até desestruturação de famílias, estes são alguns dos fatores que aumentaram as taxas de quadros de depressão (Sampasa-kanyinga; Hamilton, 2015; Blachnio, 2015; Radoviv *et al.*, 2017 *apud* Souza; Cunha, 2020). Vários estudos sugerem que o uso problemático ou excessivo das Redes Sociais resulta em depressão (Hoare; Milton; Foster; Allender, 2017; Hussain; Griffihs; Sheffield, 2017; Jelenchick, Eickhoff; Moreno, 2013; Lin *et al.*, 2016; Scherr; Brunet, 2017 *apud* Lemos, 2019).

Percebe-se que os autores identificaram aumentos das taxas de transtornos depressivos e mudanças comportamentais devido ao uso excessivo das redes sociais, que podem impactar diretamente em agressões virtuais, pela perda do medo de críticas e julgamentos, reprodução da raiva, inveja, tristeza, e causar sofrimento e dor para outros usuários por trás da tela.

4.2.7. CYBERBULLYING

Na pesquisa de Souza e Cunha (2019), foi visto que adolescentes envolvidos com *cyberbullying* passam mais tempo conectados do que os que não estão envolvidos em problemas emocionais (agressividade, por exemplo) e sociais, rendimento acadêmico reduzido, postar e compartilhar conteúdo negativo ou comportamentos de risco, mentir sobre quanto tempo passa conectado, apresentam sintomas depressivos, utilizam as mídias sociais para melhorar o humor, ansiedade por *likes* (curtidas) e comentários ou para conectar-se à *internet*, mudanças de comportamento (inclusive mesmos comportamentos de dependentes químicos), uso compulsivo de *internet*, apresentam-se obcecados por checar constantemente o telefone, diminui o contato direto com outros jovens e falta de amigos reais, vulneráveis quanto à opinião dos outros, e apresentam

egoísmo exagerado em relação à tecnologia (*selfies* e *posts* narcisistas, por exemplo). As redes sociais são oprincipal e mais efetivo canal de propagação de *bullying* na esfera virtual, principalmente por sua alta propagação de viralização (Cipullo, 2021).

Assim, percebemos que os autores concordam entre si e mostram que o cyberbullying é de caráter virtual, ambiente onde o crime é cometido e muitos utilizam as redes sociais para ter um maior alcance de visualizações.

4.2.8. DEPENDÊNCIA DAS REDES SOCIAIS

O uso contínuo e intenso das atualidades tecnológicas e redes sociais, podem acarretar vício e dependência por parte dos seus usuários, já que os jovens afirmam usar as redes sociais em casa, na escola e nos diversos locais, para interagir virtualmente, distanciando-se do contexto a sua volta, refletindo em problemas no âmbito social, pessoal e educativo, interferindo também no rendimento do aprendizado do aluno, bem como outros aspectos do dia a dia (Freitas *et al.*, 2021). Nessa linha, Silva (2016 *apud* Souza; Cunha, 2019) chamou atenção para as redes sociais que se tornaram parte de nossas vidas. Na juventude, o uso da tecnologia pode tornar-se uma dependência, pois é onde os pré-julgamentos são realizados, onde os relacionamentos são declarados e exibidos em "público", diante de pessoas de muitas vezes desconhecidas. Em relação às terminologias encontradas nos artigos para indicar o uso abusivo da *internet* foi corriqueiro obter resultados como vícios de *internet*, uso compulsivo, uso patológico e dependência de *internet*. E de modo excepcional foi achado a adicção por internet, abuso de internet, adição à *internet*, adição às redes sociais, compulsão de mídia digital e transtorno de dependência em *internet* (Cunha, *et al.,* 2022).

Portanto, devido ao mundo tecnológico e globalizado em que vivemos, as pessoas não conseguem viver sem a interação com outros usuários das redes sociais.Os autores concordam que as redes sociais podem acarretar problemas de dependência e vício aos jovens, interferindo em suas vidas pessoais, escolares e seus relacionamentos.

4.2.9. FOMO - FEAR OF MISSING OUT

Percebe-se que as redes sociais e a internet como um todo se tornaram uma parte essencial da vida na percepção de seus usuários, como se não fosse possível ter um convívio social sem estar inserido nesses. Esse sentimento de dependência gerou uma série de síndromes contemporâneas como a nomofobia, que representa omedo irracional de sair sem celular e a FOMO (*Fear of Missing Out*) que, traduzida, significa o medo de perder alguma coisa (Cipullo, 2021). O FOMO (*Fear of MissingOut*), é outro fenômeno problemático observado em relação ao uso das redes sociais,que seria o medo de ficar de fora do que está acontecendo no mundo virtual e em seumeio social, algo como sentir que está perdendo experiências prazerosas em relação aos outros, junto ao desejo persistente de estar conectado com outros, o que produziria comportamentos compulsivos como a checagem constante das mídias sociais (Elhai; Yang; Montag, 2021 *apud* Cunha, 2022). Segundo Dihr *et al.*, (2018*apud* LEMOS, 2019), o *fear of missing out* leva à verificação compulsiva das Redes Sociais e impulsiona os utilizadores a passarem mais tempo nessas plataformas, e, consequentemente, leva a consequências negativas, como fadiga das Redes Sociais.

No entanto observou-se que na pesquisa, os três autores citados nos mostram que a síndrome do "medo de perder" é uma das que mais afetam os usuários dessas ferramentas. Eles concordam que ela tem como características o medo de não está conectado, de ficar fora do que está acontecendo nas redes sociais, levando ao comportamento compulsivo, fadiga e dependência.

4.3. CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DANOSO DO USO ABUSIVO DAS REDES SOCIAIS

Partindo da hipótese de que as mudanças no comportamento dos adolescentes, em particular, são causadas pelo uso das novas tecnologias, que se conectam e interagem por meio das redes sociais, defende-se a necessidade de compreender essas interações para orientar esses jovens quanto ao uso responsável dessas ferramentas (Cunha *et al.,* 2022). Segundo o autor Lemos (2019), é, também, importante estudar as necessidades psicológicas de modo a compreender o comportamento humano e o que o motiva e, ainda, a perceber o que caracteriza o funcionamento adaptativo, o que ainda se torna mais essencial devido ao contexto social e tecnológico atual, em que os indivíduos passam cada vez mais tempo na *Internet* e começam a participar nas Redes Sociais progressivamente mais cedo, e à falta de conhecimento ainda existente relativamente ao impacto da *Internet* e das Redes Sociais no seu bem-estar e na satisfação das suas necessidades.

Portanto, os autores identificaram em suas pesquisas que os comportamentos dos indivíduos que utilizam as redes sociais, precisam ser estudados e compreendidos por profissionais diante desta exposição.

Rosa e colaboradores (2019) e Wend e colaboradores (2020) *apud* Silva Junior *et al.*, (2022) concordaram o quão é importante a implementação de programas de intervenção no âmbito educacional para a saúde mental e que é necessário que se desenvolvam um projeto para as crianças e adolescentes com os pais, professores e profissionais em saúde mental para adolescentes reconhecerem quais são os sinais e sintomas da depressão e para que a escola favoreça um ambiente harmonioso. No caso desta pesquisa, próxima da realidade dos adolescentes e jovens, bem como dos professores e psicólogos escolares que podem utilizar o fascínio deste público pela tecnologia para identificar, de forma lúdica e indireta, quem precisa de ajuda psicológica (Souza, 2019).

Percebe-se que os autores não entram em acordo, pois um relata em seu estudo a necessidade de implementação de programas para identificação de sinais eo outro autor, traz em seu estudo a finalidade de identificar através das próprias redessociais quem está precisando de ajuda.

O estudo se faz importante para profissionais e futuros profissionais da área da saúde mental, para compreensão das alterações clínicas, cognitivas, sociais e comportamentais que veem sendo observados em atendimentos decorrentes ao contato do sujeito com os dispositivos de comunicação. A própria área da saúde mental já oferta serviços de Psicologia mediados por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e utilização da tecnologia para fins terapêuticos (Teixeira *et al.*, 2019). De acordo com Souza e Cunha (2019, p.214), existem projetos para auxiliar no tratamento de *nomofobia* (dependência tecnológica), como o Instituto *DELETE* (um instituto "Detox Digital", que orienta a população ao uso consciente das tecnologias, e oferece suporte no tratamento) e o Grupo de Estudos sobre Adições Tecnológicas (GEAT – ajuda pais e educadores a estarem preparados para lidar com os desafios de educarem crianças e adolescentes em

um mundo cada vez mais tecnológico).

Destaca-se que os autores concordam que os profissionais da saúde mental devem ofertar serviços de tratamento para às adições tecnológicas e fazer o uso de pesquisas e estudos para um melhor preparo aos futuros desafios decorrentes dos avanços tecnológicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo a discussão sobre os impactos do uso abusivo das redes sociais na saúde mental dos jovens. Assim como, identificar os fatores positivos e negativos das redes sociais, levantar as mudanças psicológicas e comportamentais do uso abusivo das redes sociais e apresentar a contribuição da psicologia para a mitigação dos efeitos danosos das redes sociais na saúde mental dos jovens brasileiros. Dentre os principais resultados, constatou-se que as redes sociais se utilizadas de forma moderada, é uma excelente ferramenta para a interação e acesso à informação. Porém, o estudo encontrou que há uma maior incidência de fatores negativos para a saúde mental dos jovens associados ao uso abusivo das redes sociais. Temos as alterações comportamentais como, mudanças repentinas de humor, agressividade, baixo rendimento, fadigas, adicções, solidão e o isolamento social, como também as alterações psicológicas, transtornos ansiosos e depressivos. Sabemos que a contribuição da psicologia pode reduzir os efeitos danosos das redes sociais, através da avaliação e compreensão dos sintomas por um profissional, assimcomo a promoção à saúde mental sobre os impactos das redes sociais no âmbito escolar e atendimentos especializados à tratamento de adições tecnológicas.

Este estudo contribui para o conhecimento da sociedade sobre a importância da atenção à saúde mental dos jovens pelo uso abusivo das redes sociais. Assim, como o papel da Psicologia na redução destes impactos e melhoria da qualidade de vida dos jovens. Acredita-se que os apontamentos realizados neste trabalho, podem auxiliar e ser ponto de partida para outros debates e estudos com a finalidade de desenvolver mais sobre a temática.

Como limitação deste estudo, identificou-se que há pouco material publicado sobre à saúde mental dos jovens brasileiros e os impactos causados pelo uso das redes sociais, assim como, pesquisas relacionadas à contribuição da psicologia para a mitigação dos efeitos danosos.

Sugere-se para pesquisas futuras, o aprofundamento em estudos sobre o tema proposto e o levantamento de estratégias para promoção à saúde mental e da contribuição da psicologia.

REFERÊNCIAS

[1] CASTILLO, A. R. G. et al. **Transtorno de ansiedade. Brazilian Journal of Psychiatry**, Porto Alegre, dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516- 44462000000600006 acesso em: 20 de novembro de 2023.

[2] CIPULLO, G. **A vida pos trás das telas:** um documentário jornalístico sobre os impactos das redes sociais em jovens mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Universidade Positivo, Escola de Comunicação e Design, Curitiba, 2021.Disponível em: https://repositorio.cruzeirodosul.edu.br/handle/123456789/3735 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[3] COMSCORE. **O Brasil é o terceiro maior consumidor de redes socias em todo omundo**. Março, 2023. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o- mundo/ acesso em: 15 de novembro de 2023.

[4] CRUZ, I. N. *et al.* **O impacto das mídias sociais na saúde mental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade de Uberaba, Minas Gerais, 2022. Disponível em: http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/2076 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[5] CRUZ, M. D. S. C. D. **Redes sociais virtuais:** percepção, finalidade, e a influência nocomportamento dos acadêmicos. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.6, n. 3,p. 12433-12446, mar. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-199 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[6] CUNHA, A. B. D. P. *et al.* **A relação entre o uso das redes sociais e a saúde mentaldos adolescentes**. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade UNA, Instituição Privada de Educação Superior, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/30898 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[7] CUNHA, N. A. C. D. **Solidão, mídias sociais e saúde mental:** Uma revisão integrativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em:http://hdl.handle.net/10183/255109 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[8] DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

[9] ESTADÃO – Jornal do Estado de São Paulo. **Como anda a saúde mental dos jovens?**. Junho, 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/emais/joel- renno/como-anda-a-saude-mental-dos-jovens/ acesso em: Setembro de 2023.

[10] Estatuto da Juventude – Presidência da República, Casa Civil. Agosto, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm acesso em: 12 de outubro de 2023.

[11] FREITAS, R. J. M. D. *et al.* **Percepções dos adolescentes sobre o uso das redes sociais e sua influência na saúde mental**. Enfermería Global, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v20n64/pt_1695-6141-eg-20-64-324.pdf acesso em: 28 de agosto de 2023.

[12] GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Portal de Periódicos Eletrônicos, Brasília, v. 23, n. 1, mar. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018 acesso em: 20 de novembro de2023.

[13] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **161,6 milhões de pessoas com10 anos ou mais de idade utilizaram a internet no país, em 2022**. Novembro, 2023.Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de- idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022 acesso em: 20 de novembro de 2023.

[14] JORNAL ESTADO DE MINAS. **O Brasil é o 3º país do mundo que mais usa redessociais, diz pesquisas**. Setembro/2021.Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2021/09/28/interna_tecnologia,130967 0/brasil-e-o-terceiro-pais-do-mundo-que-mais-usa-rede-sociais-diz-pesquisa.shtml acesso em: 26 de outubro de 2023.

[15] JUNIOR, E. S. D. S. *et al*. **Depressão entre adolescentes que usam frequentemente as redes sociais:** uma revisão da literatura. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.3, p. 18838-18851, mar. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-224 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[16] LEMOS, C. F. R. C. D. **Uso problemático da internet e das redes sociais:** Relaçãocom a regulação da satisfação das necessidades psicológicas e a saúde mental. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/41657 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[17] NAÇÕES UNIDAS. **Covid-19:** crises de ansiedade afetaram 63% dos jovens no últimosemestre. Setembro/2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/201139-covid-19-crises-de-ansiedade-afetaram-63-dos-jovens-no-%C3%BAltimo-semestre acesso em: 20 de novembro de 2023.

[18] NORMAS DA ABNT 2023. Disponível em: https://unifor.br/web/bibliotecaunifor/abnt-nbr-10520-2023-saiba-o-que-mudou-com-a-atualizacao-da-norma-de-citacoes acesso em: 20 de novembro de 2023.

[19] NORMAS DA ABNT 2022. Disponível em: https://viacarreira.com/regras-da-abnt-para-tcc/ acesso em: 20 de novembro de 2023.

[20] SILVA, M. D. C. **A relação entre redes sociais e autoestima**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v.7 n.4. Abr. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i4.976 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[21] SOUZA, K. D. *et al.* **Impactos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes e jovens**. ANAIS DO I WORKSHOP SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA COMPUTAÇÃO NA SOCIEDADE, Maceió, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5753/wics.2020.11036 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[22] SOUZA, K.; CUNHA, M. X. C. **Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúdemental dos adolescentes:** Uma revisão sistemática da literatura. Revista Educação,Psicologia e Interfaces, Alagoas, v.3, n. 3, p. 204-217, setembro/dezembro, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156 acesso em: 28 de agosto de 2023.

[23] OLHAR DIGITAL. **78% dos jovens brasileiros usam redes sociais**, diz estudo. Ago,2022. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2022/08/17/internet-e-redes- sociais/78-dos-jovens-brasileiros-usam-redes-sociais-diz-estudo/ acesso 20 de novembro de 2023.

[24] OMS – Organização Mundial de Saúde. **Depressão**. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/depressao acesso em 20 de novembro de 2023.

[25] TABOGA, A. L. V.; JUNIOR, R. D. S. **Influência de redes sociais na saúde mentale autoimagem de adolescentes**. Revista Psicolgia, Educação e Cultura, São Josédo Rio Preto, v. xxv, n. 1, p. 20-30, maio, 2021. Disponível em:https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36684/1/PEC%20Maio%202021-20-30.pdf acesso em: 28 de agosto de 2023.

[26] TEIXEIRA, I. *et al.* **Nomofobia:** Os impactos psíquicos do uso abusivo das tecnologiasdigitais em jovens universitários. Revista observatório, Palmas, v. 5, n. 5, p-209-240, ago. 2019. Disponível em:10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p209 acesso 14 deagosto de 2023.

[27] UNICEF – Fundo das Nações Unidades para a Infância. **Metade dos adolescentese jovens sentiu necessidade de pedir ajuda em relação à saúde mentalrecentemente**, mostra enquete do UNICEF com a viração. Maio, 2022. Disponívelem:https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/metade-dos- adolescentes-e-jovens-sentiu-necessidade-de-pedir-ajuda-em-relacao-a-saude-mental-recentemente acesso em 20 de novembro de 2023.

[28] VERMELHO, S. C. *et al.* **Refletindo sobre as redes sociais**. Educação e Sociedade,Maringá, p.126, Mar. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011 acesso em: 20 de novembro de 2023.

CAPÍTULO

02 O papel do psicólogo na inserção escolar da criança com Transtorno de Espectro Autista

Chuamy da Silva Hsu, Gracianne da Silva

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia CRP (2010) sugere que o psicólogo que trabalha em escolas e ambientes educacionais leve em consideração a dimensão institucional. Isso significa que, ao lidar com as demandas apresentadas, o psicólogo deve considerar os elementos do contexto para avaliação e encaminhamentos, indo além da queixa individual que se concentra nos processos educacionais e sociais do indivíduo. É importante que esses encaminhamentos sejam feitos em conjunto com os agentes educacionais e a comunidade escolar, com o objetivo de melhorar o processo educacional.

De acordo com Koehler e Mata (2019), a partir da década de 30, o psicólogo passou a atuar mais em instituições de ensino, ajudando a melhorar o processo de ensino-aprendizagem, a saúde mental e psicológico dos estudantes. O trabalho do psicólogo também incluía ajudar os alunos com dificuldades de aprendizagem e orientação profissional, além de contribuir para o desenvolvimento no corpo pedagógica. Atualmente falar de crianças autistas e sua inserção nas escolas tornou-se frequente objeto de estudo, pois é uma demanda que requer cuidado pelo grupo escolar. O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma realidade que muitos pais enfrentam no seu cotidiano e que muitas vezes precisam de apoio, principalmente na escola, de diversos profissionais, incluindo o psicólogo.

Segundo Santos e Blanco (2022, p.4) "a escola é de suma importância para o desenvolvimento da criança, tanto nos aspectos sociais, na forma de transmitir a cultura, quanto na aprendizagem escolar". Assim, não se pode negar o acesso a escola a nenhuma criança mesmo que esta tenha o TEA.

Nos estudos de Coelho, Rocha, Cavalcante (2023), sobre os autistas, cumpre destacar que a defesa da educação inclusiva pode interferir diretamente na vida dos alunos através do profissional de psicologia. Diante do exposto, percebe-se o quanto o psicólogo poderá contribuir através das mediações conjunto pais e escola.

A partir do tema apresentado, as pesquisadoras nortearam sua investigação pelo objetivo geral de discutir sobre a inclusão do aluno autista no meio escolar. Para alcançar o objetivo primário estabeleceram-se como objetivos específicos: **a**. Apresentar o Transtorno de Espectro Autista e os direitos; **b**. Investigar a inserção da criança com TEA na escola; e **c**. Verificar o papel do psicólogo na inserção do aluno autista na escola.

Este estudo é relevante para profissionais devido esta demanda fazer parte da realidade do psicólogo na escola, assim este profissional é um dos grandes beneficiados com novas descobertas sobre o papel do psicóloga atuando junto aos alunos de TEA.

A sociedade passa a ser a principal interessada nos resultados dos estudos, pois os pais desejam que seus filhos tenham um bom acompanhamento na escola e o psicólogo

faz parte dessa gama de profissionais que podem contribuir para o aprimoramento e a prática do aluno com TEA. Para a comunidade cientifica é relevante, pois este estudo poderá trazer novas contribuições, bem como novas descobertas que poderão apoiar novas pesquisas neste segmento.

Assim, esta averiguação é relevante por tratar-se de um problema de atenção aos alunos de TEA, assim para os especialistas de Psicologia a pesquisa contribui para melhor compreensão sobre a inserção do aluno autista na escola, bem como, na atuação desses profissionais diante desta demanda nos atendimentos e intervenção.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: Primeiramente a introdução onde está organizado os objetivos, justificativa, como tributo deste estudo. Em seguida o Referencial Teórico onde serão apresentadas as principais ideias dos autores, logo após a metodologia, onde será apresentada a linha norteadora da pesquisa. Na sequência serão apresentados os resultados em um quadro analítico. Por fim, apresenta-se a discussão dos resultados da pesquisa onde serão confrontadas as ideias dos autores, bem como debatidos. O último tópico deste trabalho são as considerações finais, onde as autoras explanarão as principais experiências a razão da pesquisa.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão sistemática, de procedimento bibliográfico, cunho descritivo e abordagem qualitativa. Segundo Sampaio e Mancini (2007, p.3), “uma revisão sistemática como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema”. Ainda conforme as autoras “esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca”.

A abordagem qualitativa, de acordo com Yin (2010), indica e mostra, que os dados qualitativos são: descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; a partir de estudos de artigos, livros e revistas publicados. Também se trata de uma pesquisa bibliográfica.

Por ser uma pesquisa de revisão sistemática buscou-se em artigos já publicados para embasar a pesquisa em evidência. Foram utilizados artigos a partir de 2020 a 2023. Sobre critério de inclusão foram utilizados artigos e que estavam dentro do período de 4 anos e em língua brasileira.

A pesquisa foi feita no Google Acadêmico e Scielo através dos descritores: Escola, Psicólogo, Direitos, TEA, Inserção. Os critérios de inclusão foram: artigos a partir de 2012, 2010, 2015, 2020 a 2023, Artigos gratuitos, bem como que estão de acordo com a temática. Como critérios de exclusão foram descartados artigos anteriores a 2020, e em línguas estrangeiras, bem como aqueles que não tinham dados pertinentes a temática em evidência.

Para a revisão de dados foi utilizado o método qualitativo, estes são analisados através de interpretações a obtenção dos 10 artigos para análise de uma metodologia específica, inicialmente, fizemos a coleta de artigos, atendendo aos descritores previamente definidos para este estudo. Posteriormente, foi realizada uma seleção criteriosa, resultando na escolha dos 10 artigos que melhor se alinharam com os objetivos da pesquisa. Em seguida, cada artigo selecionado passou por um processo de resumo e

filtragem, buscando extrair as informações essenciais. Finalmente, durante uma etapa de instruções, os dados de diferentes autores foram confrontados e detalhados de forma a contribuir de maneira mais precisa para a resposta aos objetivos propostos neste estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compor os resultados deste estudo foi realizado a pesquisa em 10 artigos, onde foi utilizado os seguintes Descritores: Psicólogo, Inserção, TEA, Direitos, Escola. A seguir apresentam-se as discussões baseadas nos objetivos estabelecidos.

3.1. TEA E SEUS DIREITOS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do desenvolvimento que compromete a interatividade entre elementos básicos comportamentais perceptivos nas diferentes fases da vida apresentando dificuldades relacionadas à linguagem verbal ou não verbal na criança ou adolescente.

Essas dificuldades podem evidenciar-se por meio de sintomas que simbolizam uma sequência única déficits que variam de leves a graves, nos campos da comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos. Por se caracterizar dentro de um espectro, suas manifestações são heterogêneas, podendo ser classificadas em grau leve, moderado e severo, de acordo com a gravidade e nível de desenvolvimento do sujeito (Ciantelli, et al. 2021).

Os transtornos do espectro do autismo têm sido amplamente estudados desde a década de 1940, uma área que requer mais pesquisas. Nesse sentido, apaixonado por aprender sobre os processos de aprendizagem humana, o psiquiatra Leo Kanner descreveu os casos de 11 crianças em 1943, que relatou terem "distúrbios naturais das relações emocionais". Algumas crianças podem nascer sem o interesse habitual por outras pessoas ou contato com o meio social (Coelho; Rocha, Cavalcante, 2023). Ainda conforme a descrição de Campos, Florentinoe Marques (2023), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) consiste num distúrbio de ordem neurológica que entre outras consequências acarreta problemas de comportamento, de comunicação e na interação social. Nesse sentido, o desenvolvimento dessas características presente em pessoas com TEA, ocorrem na fase iniciais da vida, onde percebe-se a presença de déficits comportamentais que de certa forma impacta na vida da criança.

As pessoas com Transtorno do espectro do autismo têm o direito de ser trata- das com dignidade e livres de tratamento desumano ou degradante. Isto inclui proteção contra ações que possam causar sofrimento físico ou mental, como terapia aversiva ou punição física (De Sousa et al.,2023). Ao tratar-se acerca dos direitos e mecanismos jurídicos que protegem e que possibilitam melhores condições quanto ao tratamento e acompanhamento de pessoas com autismo, De Castro e Serrano (2023, p.12), sinalizam que:

> A Lei nº 12.764/12, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é vista por especialistas como mais um reforço na luta pela inclusão. O texto estabelece que o autista tem direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, se preciso, pode solicitar um acompanhante especializado. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com

> deficiência. A punição será de três a 20 salários-mínimos e, em caso de reincidência, levará à perda do cargo.

A referida Lei 12.764/12 Lei Berenice Piana foi instaurada no Brasil, com o foco em dar visibilidade ao direito à educação das crianças autistas, reiterando a necessidade de respeitar as garantias constitucionais desses infantes. Nesta linha de raciocínio, é fundamental reiterar quem são os sujeitos de direitos protegidos por essa legislação (De Sousa et al.,2023).

Sobre os avanços em relação ao direito desse público, De Castro e Serrano (2023) afirmam que as pessoas com autismo têm direito à atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o que inclui serviços de diagnóstico, atendimento, habilitação e reabilitação, tratamento ambulatorial e internacional prestado por equipe multidisciplinar.

Segundo Campos, Florentino e Marques (2023), nos últimos anos, muito progresso foi feito em relação aos direitos das pessoas com TEA, em grande parte devido a movimentos de pais e familiares a favor de instituições públicas que acomodem as exigências das políticas públicas. De igual modo, segundo De Castro e Serrano (2023), o atendimento psicológico para a pessoa com autismo, seus familiares e atendentes pessoais, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais também são previstos em lei.

O papel do poder público é atender essas demandas, para isso a participação da comunidade escolar nessas discussões é de suma importância para apoiar com a relevância na inclusão escolar para o desenvolvimento de crianças com autismo.

3.2. A INSERÇÃO DO TEA NA ESCOLA

A educação em um todo, é um importante mecanismo de inclusão do indivíduo na sociedade, ao tratar-se da inclusão é uma importante ferramenta para promover uma vida boa e igualdade socioemocional para pessoas com TEA. Conforme o Art. 6º da CF, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil,1988). Nesse contexto de educação, a pessoa com deficiência precisa está inserida em igualdade de direitos e condições sociais e de acessibilidade para práticas no ambiente escolar.

De fato, o TEA, pode impactar no desenvolvimento escolar por toda as fases, sendo necessário meios de intervenções que possibilitem melhor aproveitamento durante as transições de fases na escola.

Ciantelli et al. (2021) sinalizam que a transição para o ensino superior pode levar a que os estudantes com autismo experimentem dificuldades acrescidas na gestão do tempo e no estabelecimento de novas rotinas. Eles manifestam ansiedade e dificuldades ao saírem do ambiente familiar, das pessoas e estruturas que conhecem e lidam com as situações novas, que exigiram uma grande quantidade de escolhas a fazer. Por outro lado, De Sousa et al. (2023) afirmam que um futuro no qual as crianças com autismo consigam ser incluídas no mercado de trabalho e demonstrem que são capazes de realizar as atividades cotidianas como qualquer outro cidadão tem início no presente, com a implementação eficaz das leis no âmbito educacional do ensino básico.

Pensando na perspectiva da prática docente na inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de modo particular na educação infantil, visto que o contato do professor é de maneira direto e permanente com a criança (Freire et al. 2022). Uma escola com infraestrutura adequada e professores capacitados para atender os indivíduos com TEA é fundamental para promover uma transformação nas perspectivas e oportunidades das crianças com autismo (De Souza et al., 2023).

Adicional as dificuldades se dão pelo processamento das informações e tempo necessário, apresentando dificuldades em interpretar corretamente tarefas ou atividades solicitadas, falta de compreensão sobre a razão pela qual determinada tarefa tem que ser executada (exemplo da resolução de problemas), como responder às questões abertas nos testes, atendendo à maneira diferente de processarem as informações (Ciantelli, et al. 2021). Diante desses parâmetros, Coelho, Rocha, Cavalcante (2023) dizem que, "Em casos de integração escolar, nem todos os alunos são pertencentes às turmas de ensino regular, visto que as crianças são julgadas antecipadamente como adequadas ou não à integração".

Com base a esse olhar, a inserção da pessoa autista na escola perpassa da responsabilidade dos pais em procurar um ambiente ideal para o seu filho, mas encontrar docentes que sejam facilitadores nesse processo inclusivo.

De Sousa et al. (2023), reitera que través do ensino inclusivo, busca-se promover a integração dos estudantes com TEA na mesma sala que as crianças consideradas típicas, de modo que, por meio de uma convivência social abrangente, os autistas sejam capazes de se desenvolver, pois, interagirão com todas as pessoas e não apenas com indivíduos que possuem demandas especiais.

É necessário levar em consideração que os registros históricos relacionados ao início da educação de estudantes com autismo revelam a falta de informações disponíveis, uma vez que, inicialmente, eles eram diagnosticados deficiência intelectual, devido à recente descoberta do diagnóstico do autismo (Coelho; Rocha e Cavalcante,2023).

Atualmente, nas escolas um novo cenário se configura, onde se requer grandes mudanças e adequações, principalmente em relação a inclusão faz-se necessário o professor estar preferivelmente qualificado para atender as variedades de circunstancia que ele vive nas atuais conjunturas da sua rotina escolar, tendo como exemplo, a educação e inclusão de crianças com TEA (Freires et al. 2022). Nesse sentido, as adequações do saber pedagógicos e implantação de metodologias inclusivas no ensino aprendizagem podem contribuir a inclusão dos alunos autistas.

3.3. O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INSERÇÃO DO ALUNO AUTISTA NA ESCOLA

A Psicologia e escola ganha ascensão a partir do momento que compartilham as mesmas ideias, assim, Santos e Blanco (2022), destaca que isso resulta necessariamente à manutenção de regras de convivência, gerando disciplina sobre meio educacional. É nesse contexto que o psicólogo, enquanto mediador, pode auxiliar a instituição, os alunos e os responsáveis, para que o ensino aprendizagem dos autistas possa ser mais acessível.

Já para Santos e Blanco (2022, p.4), "o papel do psicólogo é o de promover a compreensão e auxiliar na minimização de preconceitos dentro do ambiente escolar", ainda segundo as autoras, "detectando as possíveis falhas no sistema e ajudar na melhoria do aprendizado da criança com transtorno do espectro autista (TEA)". Nesse sentido, o professor e o profissional de psicologia poderão trabalhar juntos para proporcionar

condições melhores no que se refere ao ensino aprendizagem do autista. Sobre a educação, TEA e a psicologia Coelho, Rocha e Cavalcante (2023, p.13) diz que:

> Essa compreensão a partir da história da educação e da psicologia indica uma forma diferente de compreender cada período e época a partir de um tipo específico de educação, intervenção, homem, e também valores. Para isso, o psicólogo, em sua prática profissional, (junto ao TEA), deve perceber de maneira geral a constituição do psiquismo humano e de forma individual a do homem com ou sem deficiência, visto que se dá em estreita relação com o contexto sócio-histórico ao qual pertence.

Sobre Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, de acordo com Facci, Silva e Souza (2020), destacam que no ano de 2023, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE comemorou 33 anos. Ela foi fundada em 1990 por um grupo de psicólogos interessados em congregar os estudiosos e profissionais da área, visando o reconhecimento legal da necessidade do psicólogo escolar nas instituições de ensino, bem como estimular e divulgar pesquisas no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Desta maneira, sobre a Psicologia e inclusão de alunos com TEA, Schmengler et al. (2022, p.10), relata que:

> Pesquisas sobre inclusão TEA, são sempre relevantes, tendo em vista que, apesar de não serem recentes as discussões, ainda há muitos desafios a serem sanados quando se deseja incluir aqueles que, por muito tempo, ficaram à margem da sociedade. Indo ao encontro dessa perspectiva dialógica, está escrita teve a pretensão de verificar o papel do psicólogo escolar na inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.

O foco da reflexão está em torno do trabalho do psicólogo dentro dos muros da escola, assim Schmengler, et al. (2022), compreendendo-se que o binômio saúde e educação pode andar de mãos dadas, em prol de uma educação inclusiva mais efetiva, para que o aluno com TEA seja bem acolhido no ambiente escolar. Já para Ciantelli, et al. (2021, p.9), "o psicólogo nas escolas pode contribuir no desenvolvimento humano da comunidade acadêmica, tendo como vertentes fundamentais a promoção, a prevenção e a remediação, visando desenvolver o bem-estar e a saúde psicológica", bem como as capacidades e competências dos estudantes.

Conforme Facci, Silva e Souza (2020) em agosto de 2019 foram editadas as Novas Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (CFP, 2019). Em 2020 o Conselho Federal de Psicologia (2020) publicou um documento de orientações para a Regulamentação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Esses documentos, entre outros, servem como orientação para a atuação da/o psicóloga/o no âmbito da educação e também podem auxiliar como subsídio para a regulamentação da lei nos estados e municípios.

Nesse sentido, se faz necessário medidas de apoio para atendimento e intervenção psicológica na escola junto a pessoa TEA com o fim de melhorar seu desenvolvimento e inclusão na escola em um todo, sobre esse contexto, Schmengler et al. (2022), sinaliza que a partir desse olhar, o profissional de Psicologia auxilia na melhoria desses cenários e dos processos educativos, mediando as relações sociais da instituição e colaborando no processo de ensino e aprendizagem, o que possibilita, em conjunto com

outros profissionais na escola, mudanças no meio escolar.

Vale ressaltar que o ambiente escolar requer uma abordagem multidisciplinar, e o psicólogo desempenha um papel fundamental nesse processo, o profissional pode contribuir para a inserção bem-sucedida de alunos autistas na escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista do exposto, o presente estudo apresentou uma abordagem nos moldes de uma pesquisa bibliográfica, sobre a natureza e caraterísticas presentes no transtorno do espectro autista, bem como, a relevância do papel do psicólogo na inserção educacional, no manejo e acomodamento de pessoas com TEA no ambiente escolar. O Psicólogo no que tange aos alunos autistas, estão ligados aos processos interativos e sociais, internalizar as dimensões e intervenções psicopedagógicas individuais ou em grupos pertinentes a este transtorno.

Sob a análise obtida na pesquisa, buscou-se compreender o conceito de TEA, no contexto educacional, a atuação do Psicólogo em estabelecimentos de ensino públicos ou privados de forma que este profissional possa contribuir com a compreensão e transformação da conduta de professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, esse estudo se torna significativo por abordar uma questão pertinente relacionada à atenção dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, para os especialistas em Psicologia, a pesquisa oferece uma contribuição valiosa ao aprofundar o entendimento sobre a integração dos estudantes autistas no ambiente escolar, bem como no papel desempenhado por esses profissionais diante dessa demanda nos atendimentos e intervenções.

Vale destacar que os instrumentos jurídicos existentes na constituição, resguardando por direito ao aluno autista estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e necessariamente obter recursos emergentes quanto ao seu acompanhante especializado.

Importante atentar que as pessoas com Transtorno do espectro do autismo têm o direito de receberem tratamento digno, que evidencie o respaldo de seus direitos, preservando sua condição física ou mental por meio da intervenção e apoio psicológicos escolar, tornando-se assim, relevante a participação da sociedade nas discussões públicas no que se refere aos direitos e assistência socio inclusiva ampliando informações através das redes sociais ligadas a este grupo.

Assim, estes fatores tornam-se importantes, para que mais pais e/ou responsáveis com deficiência conheçam os seus direitos e possam pesquisar mais sobre tratamento e maior autonomia.

Por fim, o referido estudo aponta para novas discussões em relação a atenção e cuidado com alunos autistas, sendo de suma importância para a sociedade quanto ao acesso as demandas da educação inclusiva para os alunos com TEA.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, D. C. D. A importância do psicólogo na inclusão escolar do autista. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 15, n. 4, p. e10180, 26 abr. 2022.

[2] ANGELO, J. S. O papel do professor na inclusão do aluno autista. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, n 07, p. 137-150. Julho de 2021. Disponível em:www.nucleodoconhecimento.com.br. Acesso em: 12 novembro 2023.

[3] ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (5. ed.). Porto Alegre: Artmed, 2014.

[4] Barbosa, R. M., & Marinho-Araújo, C. M. **Psicologia escolar no Brasil: con- siderações e reflexões históricas**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v27, n3, p.393- 402, 2010.

[5] BENITEZ, P.; DOMENICONI, C.. **Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educaci- onais** Brasileiros. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 35, n. 4, p. 1007–1023, out. 2015.

[6] **BRASIL**, LDB Lei de diretrizes e bases da educação nacional.2017. https://www2.se- nado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf.

[7] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5.Acesso: 27 de outubro 2023.

[8] BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da Re- pública, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 21 nov. 2023.

[9] BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

[10] BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 de outubro,2023.

[11] CAMPOS, Sandra Helena da C.; FLORENTINO, Thiago; MARQUES, Denilson**.** A luta por direitos das pessoas no Transtorno do Espectro Autista-TEA: uma análise sobre invisibilidade mediante a teoria honnethiana. **Oikos: Família e Sociedade em De- bate**, v. 34, n. 1, 2023.

[12] CIANTELLI, Ana Paula Camilo et al. A atuação da psicologia escolar junto ao estu- dante universitário com transtorno do espectro autista. **Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos**, p. 34-53, 2021.

[13] **COELHO**, Gilson Gomes; ROCHA, Luísa Pereira; CAVALCANTE, Jhenifer Gomes. Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da pers- pectiva da Psicologia Histórico-Cultural: A theoretical study on school inclusion of chil- dren with autism from the perspective of Historical-Cultural Psychology. **Revista Co- car**, v. 18, n. 36, 2023.

[14] **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Resolução n.º 013/07. Brasília: CFP, 2007.

[15] **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**. CFP lança nota técnica para orientar atu- ação da psicologia na prevenção e enfrentamento à violência em ambiente escolar. Disponível em: https://site.cfp.org.br/cfp-lanca-nota-tecnica-para-orientar-atuacao-da- psicologia-na-prevencao-e-enfrentamento-a-violencia-em-ambiente-escolar/. Acesso em: 22, novembro, 2023.

[16] CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Enviada em 17 de outubro de 1992. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf.

[17] CUNHA, E. Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar** – ideias e práticas pedagógicas. 5º ed. Rio de Janeiro: Wak, 2016.

[18] DE CASTRO, Tatiana Oliveira; SERRANO, Pablo Jiménez. Os Direitos Humanos e Fundamentais dos Portadores de TEA: TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **Revista Direito & Consciência**, v. 2, n. 3, 2023.

[19] DE SOUSA, Claudiane Aparecida et al. A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TEA NA REDE PRIVADA DE ENSINO. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 2, 2023.

[20] FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da; SOUZA, Marilene Pro- ença Rebello de. A psicologia escolar e educacional em tempos de pandemia. **Psico- logia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

[21] FEITOSA, L. R. C.; ARAUJO, C. M. M.. **O papel do psicólogo na educação profis- sional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 35, n. 2, p. 181–191, abr. 2018.

[22] FREIRES, Edileusa Rodrigues et al. Inclusão de aluno com transtorno de espectro autista na educação infantil: como professores são preparados para lidar com alunos com transtorno de espectro autista na escola regular. 2022.

[23] **GREY, C**. O novo livro de histórias sociais [com CDROM]: Mais de 150 histórias soci- ais que ensinam habilidades sociais cotidianas a crianças com autismo ou síndrome de Asperger e seus pares. São Paulo: Horizontes Futuros, 2010.

[24] Grzybowski, A., & Cogswell, M. E. **Early Identification of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 4 Years —** Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. MMWR. Surveillance Summaries, 70(10), 1– 14, outubro de 2021. Disponível em: Early Identification of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 4 Years - Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020 - PubMed (nih.gov). Acesso em: 21 nov. 2023.

[25] Hand, B. N., Miller, J. S., Guthrie, W., & Friedlaender, E. Y. Healthcare utilization among children with early autism diagnoses, children with Other developmental delays and a comparison group. Journal of Comparative Effectiveness Research, 10(11), 917–926, novembro de 2021. Disponível em: Healthcare utilization among children with early autism diagnoses, children with other developmental delays and a compari- son group - PubMed (nih.gov). Acesso em: 20 nov. 2023.

[26] **Kern, P**., Aldridge, D., & Kim, J. (Eds.). (2015). Music therapy in children and adoles- cents with mental health needs: A review. São Paulo: Intervenções Comportamentais.

[27] **KOEHLER**, S. E.; MATA, L. Escala de autoeficácia para psicólogos em contexto es- colar: processo de construção. Avaliação Psicológica, v. 18, n. 3, p. 264-275, 2019.

[28] KUPFER, M. C. M. A educação terapêutica: uma nova abordagem das relações entre psicanálise e educação. Em: M. C. M. Kupfer, & F. S. C. Noya Pinto, Lugar de vida, vinte anos depois: exercícios de educação terapêutica (pp. 259-279). São Paulo: Es- cuta/Fapesp, 2010.

[29] LIMA, T.C.S; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhe- cimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45.2007.

[30] **Lovaas, O. I.** (1987). Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55(1), 3–9.

[31] SACRAMENTO, SHEILA JANAINA SANTOS; SILVA, M. S. **A atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista**. Revista Ci- entífica Semana Acadêmica, v. 167, p. 1-23, 2019.

[32] SALGADO, Nathalia Di Mase et al. Transtorno do Espectro Autista em Crianças: Uma Revisão Sistemática sobre o Aumento da Incidência e Diagnóstico. **Research, Soci- ety and Development**, v. 11, n. 13, p. e512111335748-e512111335748, 2022.

[33] SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

[34] SANTOS, Ana Clara Ferraz; BLANCO, Gabriela Maria de Castro. **Papel do Psicólogo na Inserção de Alunos com TEA na escola Regular**. 2022.

[35] SCHMENGLER, Angélica Regina et al. Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, 2022.

[36] SCHMIDT C, et al. **Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas**. Revista Psicologia: Teoria e Prática, 2016; 18(1): 222–235.

[37] SHAW, K. A., MAENNER, M. J., BAKIAN, A. V., BILDER, D. A., DURKIN, M. S., FUR- NIER, S. M., HUGHES, M. M., PATRICK, M., PIERCE, K., SALINAS, A., SHENOUDA, J., VEHHORN, A., WARREN, Z., ZAHORODNY, W., CONSTANTINO, J. N., DIRI-

[38] ENZO, M., ESLER, A., FITZGERALD, R. T. Healthcare utilization among children with early autism diagnoses, children with Other developmental delays and a comparison group. Journal of Comparative Effectiveness Research, 10(11), 917–926, 2021. Dis- ponível em: Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Chil- dren Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018 | MMWR (cdc.gov). Acesso em: 25 nov. 2023.

[39] **SILVA**, Ana Beatriz Barbosa (Org.); GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu (Org.). Mundo Singular: Entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. **Tomlinson, C. A.** (2001). How to differentiate instruction in mixed-ability classrooms. São Paulo: Intervenções Comportamentais.

[40] YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Book- man.2010.

CAPÍTULO

03 O luto de crianças que perderam os pais durante a pandemia da Covid-19

Hethelen Awdry Alves Raposo, Kenny Evelyn do Carmo Montanha

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela chegada do novo Coronavírus no mundo e, especificamente, no Brasil, sendo necessárias medidas de emergências como o isolamento social e uso de máscaras. Essas medidas tiveram como objetivo conter o surto de contágio do vírus que possuía alto nível de proliferação. Mesmo com um plano de ação para conter o vírus, houve um número significativo de mortes, gerando aproximadamente 19.731.712 a 49.329.280 indivíduos enlutados no país (Pereira; Martins, 2021).

Dentre esse público, haviam crianças, que estavam em fases iniciais do seu desenvolvimento e tiveram suas rotinas modificadas de forma repentina. Seu ambiente de maior interação, a escola, tornou-se algo virtual, resultando em implicações no cotidiano por conta do isolamento social. Além disso, algumas dessas crianças perderam seus pais, esses fatores podem causar grande impacto na saúde mental das mesmas. As perdas atingem mais do que o aspecto social, principalmente, as perdas prematuras por morte de seus genitores. As crianças vivenciaram o luto de formas peculiares e que, por vezes, não era compreendida pelas pessoas. "O fato de as crianças, a depender de seu estágio do desenvolvimento, não expressarem verbalmente sobre a morte não significa que elas não vivenciaram o luto" (Pereira; Martins, 2021, p.37).

De outra forma, "apesar de as sensações e emoções decorrentes de uma perda serem igualmente sentidas pelas crianças, elas nem sempre possuem recursos disponíveis de enfretamento, ou seja, não conseguem expressar ou nomear seus sentimentos, mas apresentam sinais deles" (Pereira; Martins, 2021, p.35).

Posto isto, durante esse período em casa, as crianças se viram diante de um novo normal, onde uma nova rotina foi estabelecida nessas diversas perdas. "A pandemia tornou-se, assim, cenário de muitas perdas, sejam elas ligadas às mudanças e restrições à vida em sociedade, a perda de emprego ou perda por morte" (Michel *et al*., 2021, p. 113).

Ademais, a dificuldade desse público de expressar ou reconhecer esses sentimentos podem afetar negativamente o processo de vivenciar o luto. Segundo Parkes (2009) o luto pode ser definido como um conjunto de reações diante de uma perda, real ou simbólica. É um processo interno, não linear, e está ligado diretamente às características individuais de personalidade e à intensidade do laço afetivo entre a pessoa e o falecido ou o objeto de perda. Assim sendo, estas reações podem interferir em alguns aspectos.

Em complemento, a pandemia pode causar diversos prejuízos à saúde mental, ao comportamento, ao psiquismo da criança e ao desenvolvimento saudável do processo da infância, estas implicações causam impacto negativo e podem acarretar mudanças comportamentais, principalmente às crianças que perderam seus progenitores neste contexto pandêmico (Jiao *et al.,* 2020).

Levando em consideração que o processo de elaboração de luto foi modificado nesse período, estabeleceu-se a discussão e investigação a partir do objetivo geral de discutir acerca do luto de crianças que perderam seus pais durante a pandemia da COVID-19. Para chegar nesse objetivo foram, inicialmente, levantadas as implicações psicossociais do luto parental durante a pandemia da COVID-19 para as crianças, a representação da morte para as crianças e, na sequência, investigada a saúde mental de crianças que perderam os pais no período da pandemia.

Esta pesquisa sobre o luto de crianças órfãs pela COVID-19, permite que a sociedade compreenda melhor as necessidades emocionais e psicológicas desses jovens. Ela fornece informações valiosas sobre os desafios específicos que enfrentam e os impactos a longo prazo que a perda dos pais pode ter em seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Compreender esses aspectos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de suporte e intervenção. Sendo assim, desempenha um papel crucial ao contribuir para a sociedade, assim se justifica o surgimento da necessidade e o interesse de se discutir acerca desta problemática.

A relevância deste trabalho está na discussão acerca do luto infantil, que apresenta desafios únicos, pois as crianças estão em estágios de desenvolvimento emocional e cognitivo que podem dificultar a compreensão e a expressão de suas emoções. Durante a pandemia portanto, as crianças que perderam os pais enfrentaram um contexto de isolamento social, distanciamento físico e interrupção das rotinas normais, o que pode agravar os efeitos negativos do luto. Além disso, a incerteza e o medo associados à pandemia podem aumentar a ansiedade e a angústia das crianças em luto.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado uma revisão sistemática, com procedimentos bibliográficos e abordagem qualitativa. Nesse aspecto, a revisão sistemática possui fonte específica e abrangente com bases científicas e de acordo com Galvão e Pereira (2014, p.1) “trata- se de um tipo de investigação focada em questão, bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis”.

Em sua elaboração quanto a abordagem, fez-se o uso do tipo qualitativa. Prodanov e Freitas (2013, p.70) sobre esse tipo de pesquisa consideram que, “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Tendo como método a pesquisa bibliográfica, que consiste em levantar informações a partir de materiais bibliográficos: artigos científicos, livros e outros a partir de diversos autores que discorrem sobre o tema (GIL, 2017). De caráter descritivo, que para Gil (2017, p.33) é a “descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Nessa pesquisa, foi realizado o levantamento de dados das publicações a respeito de crianças que perderam seus pais durante a pandemia da Covid-19. Dados esses, que foram levantados nas plataformas Scielo, Capes e Google acadêmico e de diversas fontes científicas, tendo como publicações somente artigos científicos.

A fim de selecionar as publicações relacionados ao tema, para a definição de parâmetros de busca, foram utilizados os descritores: “crianças”, “Covid-19”, “pandemia”, “crianças que perderam os pais” “crianças que perderam os pais na pandemia” e “impactos da Covid-19 para as crianças”.

No primeiro momento da análise, ocorreu a seleção das publicações na base de dados da plataforma Scielo, Capes e Google acadêmico, de acordo com os títulos relacionados ao assunto abordado. No segundo momento da análise, houve a realização da leitura dos resumos das obras, sendo desconsideradas as publicações discordantes da temática desta pesquisa. E por fim, no último momento da análise, o material selecionado passou por um processo de leitura atenta, reflexiva e interpretativa, efetuando um mapeamento dos posicionamentos e perspectivas dos autores acerca da temática em questão.

Para o enquadramento das publicações mais relevantes, foi realizado a busca das obras fazendo o uso dos seguintes critérios de inclusão: material no idioma português, espanhol ou inglês, publicados do ano de 2018 a 2023, e que estejam dentro da temática abordada. Foram considerados para os critérios de exclusão: títulos e resumos discordantes, artigos duplicados e incompletos, editoriais, artigos não publicados em revistas ou em plataformas científicas e publicações que não sejam artigos.

A partir da análise das fontes foram selecionados 17 artigos, no idioma de inglês, espanhol e português, artigos estes que disponibilizam versões traduzidas para a devida realização da análise para a mensuração de resultados da pesquisa. As fontes selecionadas para a composição da discussão da temática deste artigo, foram amarradas em publicações produzidas no período de 2018 a 2023 obtido na plataforma Google acadêmico incluindo as plataformas científicas Capes, Scielo e etc.

3. RESULTADOS

Para a realização da pesquisa incluiu-se 17 artigos selecionados diretamente das bases de dados científicas utilizadas e por atenderem a questão norteadora, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. A maioria dos estudos estavam disponíveis no idioma inglês, mas alguns achados também estavam no idioma de português e espanhol. Em todos os casos, obtivemos versões traduzidas. A partir de um recorte temporal do período de 2018 a 2023, chegou-se aos seguintes resultados como mostra o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Artigos sobre o luto de crianças que perderam os pais durante a pandemia da Covid-19 e as implicações psicossociais do luto

ANO	TÍTULO	AUTOR	PUBLICAÇÃO	SÍNTESE
2018	A elaboração do luto na primeira infância: estudo de caso clínico.	TRAPP, E. H. H; SANTOS, L. S.	Revista Ciência Contemporânea	A vivência do luto para a criança é influenciada pelos familiares e esse ponto pode interferir ou não a elaboração do luto.
2020	Ajudando as crianças a enfrentarem o luto pela perda de pessoas significativas por COVID-19.	SILVA, I. *et al.*	Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped	Para o uso de atividades lúdicas é necessário considerar a fase de desenvolvimento e idade da criança.
2020	Bem-estar psicológico de crianças vulneráveis durante a pandemia de COVID-19.	SLOCKER, L. *et al.*	Psicothema	As crianças e adolescentes deste estudo apresentaram pior bem-estar psicológico do que os da referência de 2017, ou seja, antes do surto de COVID-19.
2020	As implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental e no comportamento das crianças.	MATA, I. *et al.*	Residência Pediátrica	É necessário um olhar no que diz respeito a adaptação e rotina das crianças na pandemia.
2020	Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa.	AYDOGDU, A. L. F.	J Health NPEPS	Quarentena, contágio ou morte dos pais devido à doença, e uso prolongado da internet são alguns dos motivos que podem afetar a saúde mental infantil.
2020	Impacto da COVID-19 e confinamento na saúde mental de crianças e adolescentes.	SINGH, S. *et al.*	Res. de Psiquiatria	As medidas tomadas, como fechar escolas, limitar interações sociais, fazer a transição para aulas online e etc., geraram sofrimento emocional, medo e ansiedade.
2020	Considerações de saúde mental para crianças em quarentena por causa da COVID-19.	LIU, J. *et al*	The Lancet Child & Adolescent Health	Crianças isoladas ou em quarentena estavam mais propensas a desenvolver transtorno de estresse agudo, transtorno de ajustamento e luto.
2020	Uma investigação do estado de saúde mental de crianças e adolescentes na China durante o surto de COVID-19.	DUAN, L. *et al.*	Journal of affective disorders	Os achados indicam que o surto de COVID-19 teve um impacto psicossocial significativo em crianças e adolescentes, em destaque sintomas depressivos, ansiosos, e maior tempo de uso da internet.
2020	Cumprimento e impacto psicológico da quarentena em crianças e adolescentes devido à pandemia de Covid-19.	SAURABH. K, RANJAR, S.	The Indian Journal of Pediatrics	Entre os impactos se destacam; Preocupação (68,59%), impotência (66,11%) e medo (61,98%) foram os sentimentos mais comuns vivenciados durante a quarentena.
2020	Saúde mental infanto-juvenil e a pandemia de Covid-19 na Espanha: questões e desafios.	CASTILLO, R. P; VELASCO, M. F. P.	Journal Of Child-Adolescent Psychiatry	Os impactos e repercussões negativas estão associadas a um aumento dos sintomas ansiosos, depressivos e pós-traumáticos na população infanto-juvenil.
2020	Testando os efeitos do confinamento do COVID-19 em crianças espanholas.	ROMERO, E. *et al.*	International journal of environmental research and public health	O confinamento da COVID-19 perturbou os padrões emocionais e comportamentais das crianças, o impacto psicológico nas crianças está intimamente ligado ao impacto nos pais.
2020	Efeitos psicológicos do confinamento por COVID-19 em crianças e famílias no Reino Unido.	MORGÜL, E. *et al.*	Psicol. Clín. com Niños Adolesc	O sintoma infantil mais relatado foi o tédio, seguido de solidão e frustração. Irritabilidade, inquietação, raiva, ansiedade, tristeza, preocupação foram outros efeitos que se destacaram.
2020	Impacto da Covid-19 nas crianças: foco especial no aspecto psicossocial.	GHOSH, R. *et al.*	Minerva Pediatria	Fechamento da escola, falta de atividades ao ar livre, hábitos alimentares e de sono aberrantes provavelmente perturbam o estilo de vida habitual das crianças e podem potencialmente promover monotonia, angústia, impaciência, aborrecimento e diversas manifestações neuropsiquiátricas

Quadro 1 – Artigos sobre o luto de crianças que perderam os pais durante a pandemia da Covid-19 e as implicações psicossociais do luto (continuação)

ANO	TÍTULO	AUTOR	PUBLICAÇÃO	SÍNTESE
2020	Saúde mental de crianças e adolescentes.	KUMAR, A. *et al.*	Child Adolesc Ment Health	A pandemia de COVID-19 e as medidas de controle sem precedentes para impedir sua disseminação interromperam quase todos os aspectos da vida das crianças – saúde, desenvolvimento, aprendizado, comportamento e segurança econômica de suas famílias, incluindo proteção contra violência e abuso.
2021	Explorando os impactos na saúde mental de crianças durante a pandemia de covid-19.	SILVA, W. *et al.*	International Journal of Development Research	Os principais sentimentos vivenciados foram medo, tristeza, insegurança, raiva e tédio, e os principais sintomas de agravos à saúde identificados foram: irritabilidade, mudanças bruscas de comportamento e insônia.
2021	Um pedaço de mim virou estrelinha: elaboração do luto infantil.	CRUZ, M. *et al.*	Research, Society and Development	Ferramentas e atividades lúdicas contribuem para a elaboração do luto na criança pois possibilita a comunicação e expressão de sentimentos.
2021	Luto Infantil no Contexto de Pandemia: Uma Intervenção Psicoeducativa para Profissionais da Educação.	MICHEL, C. *et al.*	Boletim Entre SIS	É preciso um a diálogo aberto com as crianças sobre as perdas e o ambiente escolar pode contribuir nesse ponto.

Fonte: autoras.

4. DISCUSSÃO

A discussão acerca do impacto na saúde mental das crianças que perderam os pais durante a pandemia da COVID-19 foi dividida em três momentos, norteado pelos objetivos da pesquisa e conduzido pelos problemas abordados na mesma.

A priori foi abordado sobre as implicações psicossociais do luto durante a COVID-19 para as crianças, elencando primeiramente consequências nos aspectos sociais e em seguida nos aspectos psicológicos decorrentes do luto ou perda. No segundo momento, foi discutido acerca da morte e suas representações para as crianças e acerca do diálogo sobre a morte ou perda repentina. E por fim, o último tópico fechou a discussão levantando fatores, efeitos ou impactos na saúde mental dessas crianças neste contexto pandêmico decorrente do luto.

5. IMPLICAÇÕES DO LUTO NO ASPECTO SOCIAL PARA AS CRIANÇAS ÓRFÃS DA COVID-19

5.1. IMPLICAÇÕES DA FALTA DO AMBIENTE ESCOLAR PARA AS CRIANÇAS ENLUTADAS

De acordo com Castillo e Velasco (2020) a escola, além de educar, auxilia na socialização e no desenvolvimento de habilidades interpessoais das crianças, também desempenha um papel fundamental na vida de crianças que enfrentam o processo de luto e é uma etapa fundamental em diversos aspectos, sendo assim, a ausência desse ambiente escolar impacta negativamente a saúde mental desse público.

Em concordância neste ponto, Romero *et al*. (2020) argumentaram que, no geral, os pré-escolares (crianças mais jovens), tiveram maior risco de manifestar problemas de comportamento decorrente do luto devido à ausência desse ambiente, como hiperatividade, já que a escola não só oferece um espaço seguro para expressar emoções

e compartilhar lembranças, mas também fornece estrutura e rotina, que são essenciais para a estabilidade emocional das crianças em tempos difíceis.

Ghosh *et al.* (2020) reforçaram a colocação supracitada argumentando que, a escola é "uma casa fora de casa", oferecendo liberdade, interação com diferentes pessoas, ajuda pedagógica e psicológica, estimula o desenvolvimento da socialização e de vários outros fatores. Mas, com a situação atual do mundo, tudo isso teve que ser interrompido de maneira brusca devido ao contexto pandêmico, podendo acarretar efeitos psicológicos prejudiciais, já que a escola ajuda as crianças a processar suas emoções, a lidar com a tristeza e a encontrar meios saudáveis de lidar com a perda, contribuindo para seu desenvolvimento emocional e bem-estar geral.

Também de acordo nessa perspectiva, Kumar *et al.* (2020) e Singh *et al.* (2020) complementaram apontando que, a ausência do ambiente escolar repercutiu em desordens na rotina, fazendo com que, por não poderem brincar ao ar livre ou encontrar os amigos, eles expressem níveis mais baixos de afeto, fiquem mais facilmente irritados, frustrados e entediados. Ao reconhecer e abordar essa experiência dolorosa, os educadores podem oferecer um ambiente de apoio e compreensão, fornecendo recursos emocionais e psicológicos necessários para que as crianças possam lidar com a perda, mas sem esse suporte com a ausência do ambiente escolar, diversos sintomas associados a ansiedade e depressão podem se manifestar.

A partir da discussão, depreende-se que o ambiente escolar é importante na vida das crianças, para seu desenvolvimento cognitivo e social, e desempenha um papel importante em auxílio a crianças em processo de luto. Porém, com a ausência desse ambiente escolar, diversos fatores negativos podem impactar na saúde mental dessas crianças, já que esse público não terá esse suporte e nem os recursos oferecidos pela escola nesses casos, por conta da Covid-19.

5.2. IMPLICAÇÕES DA QUARENTENA PARA AS CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA

Mata *et al.* (2021) argumentaram que, a quarentena, o isolamento social, a interrupção das atividades escolares e a limitação das interações sociais, tiveram impactos profundos no processo de luto. Com a diminuição de interação social presencial seja na escola, em locais de lazer ou com a família, as crianças podem apresentar problemas mentais e comportamentais. Em complemento disso, Silva *et al.* (2021) compartilhou uma ideia parecida e apontou que, esses problemas decorrentes podem ser de curto a longo prazo: ansiedade, irritabilidade, comportamentos inadequados e depressão.

Slocker *et al.* (2020) reforçaram a ideia colocando que, à medida que a situação se agravou e que se fez necessário o fechamento de escolas e centros de atividades por longos períodos, consequentemente as crianças experimentaram a solidão, ansiedade e incerteza. As crianças sentiram-se ainda mais isoladas e sozinhas, pois foram privadas do apoio presencial de familiares, amigos e professores que normalmente as ajudariam a enfrentar sua perda.

Ayadogdu (2020) também se posicionou sobre isso, argumentando que, o afastamento dos entes queridos pelo isolamento social, da escola, crise financeira enfrentada pelos pais por conta da quarentena, o adoecimento e a perda de familiares devido à doença, representam algumas das causas que podem resultar em alterações na saúde mental desse grupo. Com isto, o aumento do estresse e da ansiedade decorrentes

da quarentena e isolamento social, podem agravar as emoções relacionadas ao luto, tornando o processo de luto mais desafiador para as crianças.

Ghosh *et al.* (2020) e Singh *et al.* (2020) fizeram um adendo sobre esse mesmo ponto, colocando que, a pandemia de Covid-19 possuiria um maior efeito social e emocional em crianças, em razão da extrema mudança que o isolamento causou em sua rotina, em decorrência da quarentena como medida de prevenção, todos tiveram que se adaptar ao novo "normal", e as crianças por sua vez, foram particularmente afetadas. A pandemia e a necessidade de quarentena trouxeram implicações significativas para as crianças enlutadas.

A partir disso, é possível perceber que, a quarentena dificultou e prejudicou o processo de luto, agravando a situação das crianças enlutadas. Já que, além da perda dos pais durante a pandemia, tornou-se obrigatório ficar em casa em isolamento, não podendo realizar atividades externas independentemente de quais atividades fossem, e além disso, haviam restrições referente a contato físico.

6. IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DECORRENTE DO LUTO

Castillo e Velasco (2020) argumentaram que, crianças que perderam um ou ambos os pais ou algum outro familiar próximo devido à Covid-19, se tornaram, obviamente, extremamente vulneráveis. Kumar *et al.* (2020) concordaram com essa ideia e complementaram que, ao sofrerem essa perda, elas podem ter reações de luto complicadas e implicações psicológicas, principalmente por causa das restrições que impedem que tenham contato com eles antes de morrerem ou até em funerais e enterros.

Reforçando o argumento, Silva *et al.* (2021) pontuaram que, não ter a oportunidade de se despedir de alguém ou de realizar despedidas simbólicas, prejudica a aceitação de que aquilo realmente aconteceu, trazendo um impacto psicológico negativo ao processo de luto. No atual contexto pandêmico, esses rituais simbólicos e cerimônias que, culturalmente funcionam como um rito de passagem, não foram permitidos como medidas de evitar propagação do vírus, interferindo diretamente no processo da perda.

Além disso, Liu *et al.* (2020) afirmaram que, crianças com suspeita de contágio ou cujos pais foram infectados ou mortos pela COVID-19, tiveram maior probabilidade de desenvolverem problemas mentais, reações que necessitam preocupação e cuidado e/ou consequências psicológicas que implicam na saúde mental das mesmas.

Aydogdu (2020) também se posiciona em concordância a essa ideia, apontando que, ter um ente querido adoecido ou perdê-lo é um acontecimento que desorganiza o psíquico do ser humano, e para a criança pode ser muito mais traumático. A criança, muitas vezes, é impedida de viver o luto; pode ser silenciada ou através de invenção de histórias pode ser levada a agir como se nada estivesse acontecendo acarretando complicações psicológicas.

Posto isto, a pandemia causou diversos prejuízos à saúde mental, ao comportamento, ao psiquismo da criança e ao desenvolvimento saudável do processo da infância, estas implicações causaram impacto negativo e acarretaram mudanças comportamentais, principalmente às crianças que perderam seus progenitores neste contexto pandêmico (JIAO *et al.,* 2020).

Fechando a ideia, Aydogdu (2020) também colocou que, a frente, essas crianças podem se sentir enganadas, com raiva e revolta, desenvolvendo fobias, depressão e outros

transtornos psíquicos. É preciso ainda atentar para crianças que ficaram órfãs devido ao vírus.

Castillo e Velasco (2020) nessa perspectiva, destacaram que, somado ao luto, o medo da doença é um importante fator para o aumento dos sintomas de ansiedade, depressão e o transtorno de estresse pós-traumático em crianças, em que este último estaria relacionada ao luto e a perda de entes queridos. Muitas vezes, os responsáveis não sabem como falar com as crianças ou como explicar os acontecimentos referidos, e todos esses fatores causam efeito psicológico negativo.

E por fim, Singh *et al.* (2020) nessa linha de raciocínio concluíram que, crianças que estiveram isoladas distantes dos pais ou que perderam os pais, sentiram-se sozinhas ou abandonadas por não terem maturidade suficiente para entender as circunstâncias atuais, e, devido ao papel crucial dos genitores, qualquer interrupção no laço familiar pode causar efeitos a longo prazo na relação pais-filhos.

Evidencia-se, portanto, que as crianças que perderam os pais na pandemia estão mais suscetíveis a desenvolverem problemas mentais ou comportamentais, diversos fatores em acúmulo podem causar graves implicações psicológicas. Além disso, não realizar ritos simbólicos de despedida podem interferir diretamente no processo de elaboração do luto resultando em complicações. Em resposta, podem surgir problemas psíquicos e sentimentos negativos.

7. A REPRESENTAÇÃO DA MORTE PARA AS CRIANÇAS NA PANDEMIA

Trapp e Santos (2018) apontaram que, a morte é um conceito abstrato e difícil de compreender, especialmente para crianças mais jovens, é crucial abordar a morte de forma sensível e adequada, adaptada à idade e ao desenvolvimento da criança. Ao contrário do que se pensa, a maioria das crianças têm a capacidade de vivenciar a perda, porém o fato da existência da finitude para as crianças é evitado.

Trapp e Santos (2018) concluíram afirmando que, os próprios familiares evitam tocar no assunto com a ideia que estão "protegendo" esses indivíduos, assim evitando o sofrimento. Em contraponto, essas atitudes corroboram para um luto mal elaborado e sentimentos negativos que podem perdurar para além do período do luto. A perda dos pais para a doença pode trazer um choque emocional profundo e uma sensação de vazio e abandono.

Sobre isso, Mata *et al.* (2020) argumentaram que, o suporte de pessoas próximas no luto é importante para que não haja a inversão dos papeis, visto que isso pode ser prejudicial para o desenvolvimento infantil e até a vida adulta, o acolhimento e a abertura de diálogo da família com a criança são essenciais nesse período, visto que isso suaviza o sofrimento sobre essa demanda. De outro modo, a fala possibilita a elas, externalizar os sentimentos, facilitando o entendimento dos adultos sobre como está sendo esse período para eles e também a elaboração do luto.

Michel *et al.* (2021) enfatizaram que, nesse ponto é importante que os responsáveis não utilizem de rodeios, dialogando com o fato concreto, mesmo que a criança não compreenda o que é uma perda, pois as sensações que elas irão sentir serão associadas ao luto. É importante que as crianças tenham a oportunidade de expressar suas emoções e fazer perguntas sobre a morte, pois isso faz parte de seu processo de compreensão e aceitação.

Michel *et al.* (2021) pontuaram também que, esse diálogo deve respeitar o ritmo da criança, transmitindo confiança para que ela se sinta segura e amparada. A pessoa que irá transmitir a notícia, deve se preparar para estar aberto no que se refere a acolhimento físico e psicológico. Os adultos devem ser honestos e delicados ao explicar a morte, utilizando linguagem simples e clara que seja apropriada para a idade da criança. A utilização de metáforas ou analogias pode ajudar a tornar o conceito mais compreensível e menos assustador.

Em concordância, Cruz *et al.* (2021) complementaram que, desenhos, rodas de conversas, brinquedos e histórias infantis são ferramentas que podem ser usadas nesse momento, visto que facilita a troca de informações e a exposição dos sentimentos das crianças. Silva *et al.* (2020) reforçaram esse argumento complementando que, as ferramentas lúdicas são vistas como terapêuticas para esse público, o brincar representa simbolicamente a realidade vivida, deve ser considerado a idade e fase do desenvolvimento para melhor assertividade.

Aydogdu (2020) também explanou sobre isso e discorreu sobre incluir esse tipo de atividades e outras mais, como adotar um animal de estimação ou cuidar do jardim na rotina, contribui para a minimização do sofrimento. É essencial que as crianças recebam apoio emocional e sejam encorajadas a expressar seus sentimentos de tristeza, raiva, confusão ou qualquer outra emoção que possam experimentar. Isso pode ser feito através de conversas abertas, terapia infantil ou participação em grupos de apoio para crianças enlutadas.

Dessa forma, os autores verificaram que há dificuldade dos adultos em conversar com a criança sobre as perdas, evitando o diálogo sobre a morte, causando prejuízos na elaboração do luto e integridade da saúde mental infantil. É importante o diálogo com ideias claras e a utilização de ferramentas lúdicas que facilitem a conversa e compreensão da criança.

8. O IMPACTO DO LUTO NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS DURANTE A PANDEMIA

A pandemia da COVID-19 alterou os padrões emocionais e comportamentais das crianças. Morgület *et al.* (2020) argumentaram que, os impactos psicológicos nas crianças estavam intimamente ligados aos impactos sobre os pais. A perda de entes queridos ou dos pais, o isolamento social e as mudanças abruptas na rotina, desencadearam uma série de desafios emocionais e psicológicos para as crianças enlutadas. O impacto do luto na saúde mental das crianças durante a pandemia é significativo e merece atenção.

Aydogdu (2020) apontou que, as crianças tiveram a saúde mental afetada de formas variadas durante a pandemia, consequentemente, apresentaram-se alterações de comportamento e humor. O luto pode levar a uma ampla gama de reações emocionais, como tristeza profunda, raiva, culpa, ansiedade e confusão. Durante a pandemia, essas emoções intensificaram-se devido à falta de acesso a apoio emocional presencial, como abraços, toque e proximidade física.

Nessa percepção, Slocker *et al.* (2020) argumentaram que, apesar da taxa de infecção por COVID-19 entre crianças terem apresentado baixa porcentagem, o estresse enfrentado por elas nessas condições as tornou altamente vulneráveis. As crianças pequenas órfãos da Covid-19, mostraram-se mais apegadas, apresentaram sono perturbado, pesadelos, falta de apetite, desatenção, e problemas de separação

significativos. A ausência de rituais de despedida adequados, como funerais tradicionais, também dificultou a aceitação da perda e o processo de luto e adaptação.

Nesse ponto, Duan *et al.* (2020) ressaltaram que, ter um membro da família infectado com coronavírus ou morto pela doença, foi associado a alterações psicológicas principalmente quanto ao aumento dos níveis de ansiedade devido ao medo e preocupação, e a sinais de depressão relacionadas ao processo de luto. Em concordância, Romero *et al.* (2020) argumentaram que, a morte dos pais, se revelou como um fator de risco para problemas emocionais nas crianças.

Duan *et al.* (2020) compartilharam um posicionamento semelhante, apontaram que, maiores níveis de ansiedade estão significativamente associados ao luto dessas crianças que perderam os pais para o coronavírus. As crianças podem ter dificuldade em expressar seus sentimentos verbalmente e podem recorrer a comportamentos regressivos, como choro excessivo, mudanças no apetite, dificuldades de sono e problemas de concentração.

Saurabh e Ranjan (2020) argumentaram que, crianças enlutadas durante a pandemia, apresentaram sentimentos como o medo, ansiedade, estresse, desânimo, tristeza, preocupação, raiva, inquietude, insônia, sentimentos de desamparo e sofrimento, além de comportamentos agressivos e desrespeitosos durante a pandemia. Além disso, crianças mais novas têm dificuldades em compreender completamente a morte e podem fazer perguntas repetidamente na tentativa de processar o que aconteceu.

Em complemento a essa afirmativa, Castillo e Velasco (2020) consideraram que, meninas e meninos órfãos da Covid-19, que em consequência do luto, desenvolveram sintomas de irritabilidade, sintomas de ansiedade, tristeza excessiva, fobias ou medos incontroláveis durante a pandemia, devem ter acesso à avaliação por um profissional de saúde mental e sempre que possível, teleatendimento.

Posto isto, entende-se que a Covid-19 resultou em complicações psicológicas e comportamentais. Alterações de comportamento e humor apresentaram-se através de ansiedade, estresse, desânimo, tristeza, preocupação, raiva, inquietude, insônia, sentimentos de desamparo e sofrimento, comportamentos agressivos e desrespeitosos durante a pandemia. As crianças pequenas se mostram mais apegadas, tem o sono perturbado, pesadelos, falta de apetite, desatenção, e problemas de separação significativos, consequentemente, esses fatores causaram impactos negativas à saúde mental dessas crianças.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu discutir acerca do luto de crianças que perderam os pais durante a pandemia da Covid-19, onde os principais sentimentos vivenciados foram; ansiedade, estresse e medo. A pandemia trouxe mudanças significativas na rotina e um cenário de perdas repentinas, o que pode levar a sentimentos de ansiedade, depressão e estresse decorrente do luto. O medo de contrair o vírus, o isolamento social, a interrupção das atividades escolares e a interrupção em relação ao futuro podem contribuir para o aumento desses sentimentos, principalmente se as crianças têm os pais mortos para o vírus.

Outro fator evidenciado é a perda dos pais durante a pandemia da COVID-19, uma tragédia devastadora para as crianças. A morte de um ou de ambos os pais pode ter um

impacto significativo na saúde e bem estar da criança, visto que a perda dos pais pode causar um profundo luto e dor emocional, principalmente nesse público. Em decorrência disso, elas podem passar por uma série de emoções intensas, como tristeza, raiva, confusão, culpa e desamparo. O processo de luto é único para cada criança e pode levar tempo e apoio adequado para ser vivenciado e superado.

Ademais, falar com as crianças sobre a morte de um ente querido durante a pandemia da COVID-19 pode ser um desafio emocionalmente delicado. No entanto, é importante abordar o assunto de maneira sensível e honesta para ajudar as crianças a compreender e processar o luto. É recomendado ser honesto e utilizar uma linguagem adequada à idade, explicar a situação de forma clara e honesta, usando palavras e conceitos adequados à compreensão da criança. Evite metáforas ou termos confusos que podem levar a uma interpretação errônea, uma abordagem lúdica pode ser um diferencial.

Portanto, considera-se que mais pesquisas devem ser realizadas a fim de se discutir mais sobre o luto das crianças órfãos da Covid-19, para investigar os impactos na saúde mental dessas crianças, identificar as implicações psicológicas do luto, no intuito de comprovar a necessidade de minimizar os agravos ocasionados pela pandemia para essas crianças órfãos do vírus.

REFERÊNCIAS

[1] AYDOGDU, A. L. F. Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, *[s.l],* v. 5, n. 2, p. 48-91, dezembro, 2020. Disponível em: https://periodicos.unema t.br/index.php/jhnpeps/ article/view/4891. Acesso em: 20 jun. 2023.

[2] CASTILLO, R. P; VELASCO, M. F. P. Saúde mental infanto-juvenil e a pandemia de Covid-19 na Espanha: questões e desafios. **Journal Of Child-Adolescent Psychiatry,** *[s.l],* v. 37, n. 2, p. 30–44, abril-junho, 2020. Disponível em: https://www.aepnya.eu/index.php/revistaaepnya/article/vi ew/355. Acesso em: 20 jun. 2023.

[3] CRUZ, M. *et al.* Um pedaço de mim virou estrelinha: elaboração do luto infantil. **Research, Society and Development,** Curitiba, v. 10, n.8, p. 23210817255, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/1 7255/15414/219 707. Acesso em: 20 de jun. 2023.

[4] DUAN, L. *et al.* Uma investigação do estado de saúde mental de crianças e adolescentes na China durante o surto de COVID-19. **Journal of affective disorders**, *[s.l],* v. 275, n. 1, p. 112–118, outubro, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/ 32658812/. Acesso em: 20 jun. 2023.

[5] GALVAO, T. F; PEREIRA, M. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde,** Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar, 2014.

[6] GHOSH, R. *et al.* Impacto da Covid-19 nas crianças: foco especial no aspecto psicossocial. **Minerva Pediatr**, Turim, v. 72, n. 3, p. 226-235, junho, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32613821/. Acesso em: 20 jun. 2023.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

[7] JIAO, W. *et al.* Distúrbios comportamentais em crianças durante a epidemia de COVID-19. **The Journal of Pediatrics**, Cincinnati, v. 221, n. 1, p. 264-266, jun, 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7127630/. Acesso em: 20 de jun. 2023.

[8] KUMAR, A. *et al.* Saúde mental de crianças e adolescentes. **Child Adolesc Ment Health**, *[s.l],* v. 25, n. 3, p. 165-166, setembro, 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7361601/. Acesso em: 20 jun. 2023.

[9] LIU, J. *et al.* Considerações de saúde mental para crianças em quarentena por causa da COVID-19. **The Lancet Child & Adolescent Health**, Londres, v. 4, n. 5, p. 347-349, maio, 2020. Disponível em:

https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho179 27. Acesso em: 20 jun. 2023.

[10] MATA, I. *et al.* As implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental e no comportamento das crianças. Resid Pediatr, Rio de Janeiro, v. 0, n. 377, p. 1-14, 2020. Disponível em: http://residenciapediatrica.com.br/exportar-pdf/643/rp280121a08.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

[11] MICHEL, *et al.* Luto Infantil no Contexto de Pandemia: Uma Intervenção Psicoeducativa para Profissionais da Educação. **Boletim Entre SIS**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 112-121, dez. 2021. Disponível em: https:// online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/boletimsis/article/view/21969. Acesso em: 20 de jun. 2023.

[12] MORGÜL, E. *et al.* Efeitos psicológicos do bloqueio do COVID-19 em crianças e famílias no Reino Unido. **Rev. Psicol. Clín. com Niños Adolesc**, *[s.l],* v. 7, n. 3, p. 42–48, setembro, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/po rtal/resource/pt/ibc-ET1-7052. Acesso em: 20 jun. 2023.

[13] PARKES, C. M. **Amor e Perda:** as raízes do luto e suas complicações. Tradução de Maria Helena Pereira Franco. São Paulo: Summus, 2009.

[14] PEREIRA, M; MARTINS, M. A pandemia e a necessidade de falar sobre morte com as crianças. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v.20, n.1, p. 32-48, 2021. Disponível em: https://revpsico-unesp.org/index.php/revi sta/article/download/344/347.Acesso em: 20 de jun. 2023.

[15] PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. Rio Grande do Sul, 2013.

[16] ROMERO, E. *et al.* Testando os efeitos do confinamento do COVID-19 em crianças espanholas: o papel da angústia dos pais, problemas emocionais e parentalidade específica. 2020. **International journal of environmental research and public health**, *[s.l],* v. 17, n. 19, p. 1719-6975, setembro, 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7578923/ ?report=reader. Acesso em: 20 jun. 2023.

[17] SAURABH, K; RANJAN, S. Conformidade e impacto psicológico da quarentena em crianças e adolescentes devido à pandemia de Covid-19. **The Indian Journal of Pediatrics**, *[s.l],* v. 87, n.7, p. 532-536, julho, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s12098-020-03347-3. Acesso em: 20 jun. 2023.

[18] SILVA, I. *et al.* Ajudando as crianças a enfrentarem o luto pela perda de pessoas significativas por COVID-19. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped**, *[s.l],* v. 20, n. spe, p. 85-90, out. 2020. Disponível em: https://journal.sobep.or g.br/article/ajudando-as-criancas-a-enfrentarem-o-luto-pela-perda-de-pessoas-significativas-por-covid-19/. Acesso em: 20 jun. 2023.

[19] SILVA, W. *et al.* Explorando os impactos na saúde mental de crianças durante a pandemia de covid-19. **International Journal of Development Research**, *[s.l],* v. 11, n. 4, p. 46248-46253, abril, 2021. Disponível em: https://www.journalijdr.com/explorando-os-impactos-na-sa%C3%BAde-mental-de-crian%C3%A7as-durante-pandemia-de-covid-19.

[20] SINGH, S. *et al.* Impacto da COVID-19 e confinamento na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa com recomendações. **Res. de Psiquiatria**, *[s.l],* v. 293, p.113-429, novembro, 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov /pmc/articles/PMC7520396/. Acesso em: 20 jun. 2023.

[21] SLOCKER, L. *et al.* Bem-estar psicológico de crianças vulneráveis durante a pandemia de COVID-19. **Psicothema**, *[s.l],* v. 32, n. 4, p. 501-507, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33073755/. Acesso em: 20 jun. 2023.

[22] TRAPP, E. H. H; SANTOS, L. S. A elaboração do luto na primeira infância: estudo de caso clínico. **Revista Ciência Contemporânea**, *[s.l],* v. 4, n. 1, p. 50-60, 2018. Disponível em: http://www.uniesp.edu.br/sites/biblioteca/ver istas/20190426090643. pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

CAPÍTULO

04 Impactos da atividade física para qualidade de vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista

Emanuelle Viana de Castro, Aderson Oliveira Venâncio

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que vem sendo diagnosticado com grande frequência nos últimos anos. A respeito do TEA, Hoffmam (2018, p. 576) comenta que "compromete os comportamentos de comunicação utilizados para estabelecer uma interação e as habilidades para desenvolver, manter e compreender os relacionamentos". Ao se tratar do TEA deve-se compreender a complexidade presente tanto em aspectos gerais quanto nos específicos. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (Apa, 214) o TEA possui especificadores de gravidade, podendo oscilar dentro dos níveis 1 a 3, sendo 1 um grau leve e 3 severo. No grau 1 o indivíduo com esse transtorno exige um apoio, no nível 2 já se exige um apoio substancial e no nível 3 esse apoio torna-se muito substancial.

O TEA envolve diversos desafios, visto a existência de alterações comportamentais e emocionais que geram grande conflito com os familiares e pessoas com quem convivem. A existência de agressividade, pouca interação social, hipersensibilidade sensorial e limitação da sua autonomia são exemplos de alterações que geram esses conflitos. Desta forma, entende-se que crianças com TEA possuem variáveis que atingem tanto aspectos emocionais como comportamentais, sendo o controle dessas alterações cruciais para o bem-estar e qualidade de vida das crianças com TEA (Hoffmam, 2018). Nesse contexto, foi buscado investigar os impactos da participação em atividades físicas no desenvolvimento e qualidade de vida de crianças com TEA. Uma das formas encontradas estudadas para a redução de tais comportamentos e equilíbrio emocional da criança é a prática da atividade física.

A atividade física proporciona variados benefícios à saúde física e mental do ser humano e estudos mostram que a prática de atividades esportivas contribuem para a atenuação dos sintomas e sinais do TEA. Para Silva et al. (2018) a atividade física vem com a intenção de influenciar beneficamente a criança, suavizando os sintomas do transtorno. No entendimento de Pereira e Freitas (2021) as influências da atividade física em crianças com TEA apresentam-se de forma benéfica, auxiliando na diminuição de alguns sintomas, limitações presentes em cada criança, assim como na saúde e bem estar, estimulando a independência desses indivíduos. A prática da atividade física nas escolas vem contribuindo na facilitação da inclusão social dessas crianças.

A inclusão da atividade física em ambiente escolar acompanha o desenvolvimento do indivíduo desde a pré escola até o ensino médio. Nota-se como excelente colaboradora na evolução dos fatores motores e emocionais da criança, apresentando contribuições na melhora do equilíbrio, força, controle de emoções, organização, noção espacial, independência assim como diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento das crianças (Berger, 2018).

A partir desse tema os pesquisadores nortearam sua investigação pelo estabelecimento de um objetivo geral, quer seja, apresentar os impactos da atividade física para a qualidade de vida de crianças com TEA frequentadoras de uma escola em Manaus. A motivação inicial foi compreender como a participação nessas atividades poderia contribuir para a redução da agressividade, aumento na interação social, desenvolvimento da autonomia/independência, estímulo na comunicação verbal e diminuição da hipersensibilidade auditiva, visando melhorar o bem-estar dessas crianças e promover sua inclusão na sociedade.

As informações obtidas através dessa pesquisa, trazem contribuições à sociedade acerca da importância de inserir essas crianças dentro de um ambiente em que haja a prática da atividade física, no que diz respeito a melhora da sua qualidade de vida e aos impactos que provem a sua saúde mental.

Essa pesquisa busca trazer informações atualizadas sobre os benefícios da atividade física para crianças com TEA. Compreender como o impacto positivo dessas atividades na qualidade de vida dessas crianças pode subsidiar a elaboração de estratégias e intervenções mais eficazes, tanto no ambiente escolar como em outros contextos. Esse estudo busca contribuir para o campo da intervenção e cuidado de crianças com TEA, fornecendo evidências sobre os benefícios da atividade física adaptada. Os resultados obtidos podem ser utilizados por profissionais da saúde, educadores e familiares no planejamento de abordagens terapêuticas e educacionais que promovam o bem-estar e o desenvolvimento global dessas crianças. Além disso, a pesquisa pode destacar a importância de incluir atividades físicas adaptadas como parte integrante do currículo escolar e programas de intervenção para crianças com TEA.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e de campo. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo (GIL, 2008). As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008). De acordo com Minayo “O método qualitativo é adequado aos estudos [...] dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2014, p. 57).

Foi utilizado como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, observação sistemática e caderno de campo. Sendo o uso da entrevista semiestruturada elaborada a partir das necessidades de se entender a percepção dos pais e professores de educação física de alunos com TEA em relação ao impacto de atividades físicas na qualidade de vida dessas crianças, permitindo que o entrevistado expresse de uma maneira mais livre as questões abordadas (Minayo, 2014). Para poder armazenar o conteúdo e detalhes da entrevista, foi utilizado a observação sistemática e caderno de campo, fazendo da observação sistemática de muita utilidade na situação da abordagem qualitativa, tornando de acordo com Gil (2008) “capaz de elaborar um plano de observação para orientar a coleta, análise e interpretação dos dados”. Assim como o caderno de campo foi utilizado, que foi utilizado para reter as respostas das entrevistas.

Para a análise dos dados obtidos foi utilizada a análise do conteúdo que, segundo Minayo (2014, p.303), "(...) diz respeito a técnicas de pesquisa que permite tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos."

A população foi estabelecida em dois grupos, pais e professores. A amostragem da pesquisa foi por julgamento, obtendo-se uma amostra de 6 professores e 6 pais, perfazendo um total de 12 participantes.

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos foram seguidos todos os procedimentos estabelecidos na resolução CNS 466/12. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A fim de manter a confidencialidade dos participantes, quando mencionados no trabalho, seus nomes foram substituídos por códigos alfanuméricos, iniciando com a letra "P" e sequenciado por um número de 1 a 6, e havia sido estabelecido a letra "PA" e sequenciado por um número de 1 a 6 para os pais, entretanto, no decorrer da pesquisa verificamos que os seis pais que responderam a pesquisa eram somente mães, desta forma estabelecemos como letra "M" e sequenciado por um número de 1 a 6 para as mães.

Esta pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de ética em pesquisa, sendo autorizada a pesquisa de campo por meio do Parecer nº 6.112.904, de 12 de junho de 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados acerca dos impactos da atividade física na qualidade de vida de crianças com TEA foram divididos em três etapas e subdivididas em temas. A primeira etapa abordou a inserção de crianças com TEA nas atividades físicas, com os temas: Adaptação de materiais e instalações; Adaptação das atividades; Capacitação dos professores. A segunda etapa se propõe a mostrar a redução dos sintomas do TEA por meio da atividade física, com os temas: Diminuição da Hipersensibilidade Auditiva; Estímulo na Comunicação Verbal; Interação Social. Por fim, a terceira etapa procura apontar os impactos da atividade física para a qualidade de vida das crianças com TEA, com os temas: Redução da agressividade; Hipersensibilidade ao toque; Autonomia/Independência.

4. A INSERÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA NAS ATIVIDADES FÍSICAS

Neste tópico tratar-se-á dos desafios da inserção das crianças por meio das atividades físicas e as práticas e materiais utilizados.

Adaptações realizadas na escola para inclusão das crianças com TEA nas atividades físicas

Instalações

Para proporcionar a inserção das crianças foi identificado na pesquisa que a escola, por meio dos professores, buscam meios diversos. Verificou-se que todos os professores concordam que não possuem maiores dificuldades em relação a materiais e instalações dentro da escola para realizar as atividades com crianças autistas, pois é utilizado de maneira adaptada quando necessário, os espaços e os materiais cedidos pela escola.

Essa afirmação pode ser constatada na fala do participante P4 ao comentar que*"não existe lugar, ou materiais que sejam específicos para isso, a gente adapta os que a escola já tem",* da mesma maneira se percebe no comentário da participante P2 que disse*"eu uso a mesma coisa que eu uso para as outras crianças, para mim isso é incluir".* Silva et al. (2021) falam que a adaptação pode ocorrer de diversos modos, incluindo o ambiente, os equipamentos, materiais, a instrução, a tarefa e a regra, colocam a adaptação como o ato de ajustar a tarefa ao nível de desempenho da pessoa. De acordo com Bertoldi e Brzozowski (2020, p. 345) "A inclusão de estudantes deficientes, que abrange indivíduos com TEA, prevê a escolarização de todos os alunos, adaptando ambiente e materiais para que eles possam acompanhar conteúdos, além de socializar com os pares".

A adaptação de instalações e materiais é de extrema importância ao trabalhar com crianças autistas, pois permite criar um ambiente inclusivo e promover o desenvolvimento das habilidades dessas crianças de forma adequada. Ainda sobre esse ponto, o participante P5 comenta *"mesmo não tendo uma quadra, quando tenho que trabalhar com turmas que tem crianças autistas, procuro usar o espaço aqui embaixo, pra eles não subirem essa escada que é enorme*", isso se reafirma com a fala do participante P1 "*geralmente a gente combina entre os professores quem vai usar a quadra de cima, ou a quadra de baixo, para ajudar no desenvolvimento das atividades".* A adaptação dos materiais pode envolver o uso de estratégias como rotinas visuais, organização de espaços e materiais, redução de estímulos sensoriais e o estabelecimento de atividades estruturadas. Ao adaptar os materiais, os educadores possibilitam que as crianças com TEA se engajem nas atividades de forma mais efetiva (Dias; Henrique, 2018).

Mediadores

Um ponto interessante surge com a figura do mediador. De acordo com Vargas e Rodrigues (2018, p.01) "o mediador escolar acompanha o estudante durante seu dia letivo, buscando intervir, potencializando seu processo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento". A presença de mediadores na escola é relatado pelos professores como um suporte que agrega e facilita quando está presente na execução das atividades. Tal ferramenta facilitadora é abordada na fala do participante P3 quando comenta que *"alguns possuem mediadores, mas mesmo os que não tem ainda consigo encontrar uma forma de trabalhar com eles, mas existe os mediadores que ajudam nisso ai".*

Da mesma forma, foi identificado na fala do participante P4 a questao da mediação ao dizer que *"[...] tem os mediadores, eles participam da aula com o professor principal, mas também auxiliam na educação física também".* Segundo Bertoldi e Brzozowski (2020) existem algumas crianças portadoras de deficiência, onde se inclui o TEA que possuem um nível de apoio moderado ou severo, podendo variar de simples adaptações ao auxílio de profissionais exclusivos", o nível de apoio da criança com autismo geralmente trazem a necessidade de um suporte que vai além do professor principal. Os mediadores são aliados aos professores, podendo contribuir para que a criança tome mais iniciativa nas relações sociais, na flexibilização das atividades, assim como na intermediação das brincadeiras e atividades (Balbino, 2021).

Planejamento e execução das atividades

Quando questionado sobre o planejamento e a execução das atividades, percebe-se que todos os professores relatam que as atividades são planejadas de acordo com a orientação prévia da Secretaria de educação, embora sejam adaptadas de acordo com as especificidades encontradas em cada aluno. Essa afirmação pode ser evidenciada na fala do participante P1 ao dizer que *"já vem da secretaria o modelo, já vem o currículo, o que eles pedem que a gente sinalize quantos alunos são especiais e quais são os materiais adaptáveis pra esses alunos é isso que a gente tem que botar no planejamento"*. A fala do participante P3 complementa a ideia anterior quando afirma que *"vem um tema, por exemplo, e a gente vai explorar aquele tema da maneira como a gente quiser"*. O planejamento que proporciona a inclusão na educação física é fundamental para garantir igualdade e participação plena de todos os alunos (Schliemann et al, 2020). Gomes et al. (2021) expõe que, independentemente de suas habilidades ou características, valorizando a diversidade, essa abordagem inclusiva busca oferecer respeito e igualdade de oportunidades a todos.

Percebe-se que não há dificuldades relatadas pelos professores de educação física no que se refere a execução das atividades, pois os mesmos focam em adaptar suas aulas para que todos sejam incluídos. Essa afirmativa pode ser verificada na fala da participante P2 que diz "*Na educação física por exemplo nas minhas aulas eu procuro trabalhar bastante o basquete [..] Que foi o que eu percebi que funcionou para uns, para outros o que funcionou foi o futebol,[..] isso é inclusão para mim".* Reforçando a ideia, o participante P4 comenta que *" É o olho, né? A gente percebe que é melhor ou não, que vai funcionando, né?".* De acordo com Oliveira (2022) as atividades propostas devem incluir fatores que promovam saúde e bem estar geral. A introdução de uma criança autista em uma atividade física, seja individual ou em grupo, requer atenção especial por parte do professor.

Em vista disso, pode-se observar que, os professores de educação física partem da premissa que deve-se pensar no contexto e na funcionalidade da atividade para o planejamento e a realização das atividades com os alunos, como se destaca na fala da participante P5 *"eu não penso na atividade que eu vou fazer, eu penso no que meu aluno está precisando ser trabalhado [...] dessa forma eu busco uma atividade que vai estimular, ou ajudar o meu aluno nesse ponto que eu identifiquei".* Segundo Gomes *et al* (2021, p. 158) "A inclusão é, então, o primeiro passo da rota de planejamento de uma aula, independente da área de gestão em que o professor atua [..] é seu propósito criar atividades físicas voltadas às descobertas das aptidões dos alunos, habilidades e agilidades".

5. CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES

Quanto à capacitação dos profissionais de Educação Física, verifica-se que, por mais que não haja cursos ou treinamentos específicos para trabalhar com crianças autistas, os professores relatam que há apoio da escola, principalmente por meio de uma equipe especializada em inclusão social denominada pelos professores "sala de recursos". Pode-se observar na fala do participante P4 esse auxílio quando diz *"pode falar com eles aqui[...]sempre tem naquela sala de recurso"* ou ainda na fala da participante P2 *"o que nós temos de apoio é da sala de recursos"*, tem-se ainda o relato do participante P3 que afirma *"Falta de informação, não tem. A escola não peca. O professor não inclui se ele não quiser, porque a informação tem".* Dito isto, a posição do profissional de educação física frente aos desafios enfrentados é de extrema importância, principalmente no que se fala ao adaptar-se a sua realidade e se utilizar dos meios que lhe é proporcionado para trabalhar, isso

inclui a falta de capacitação adequada, pois sua atuação pode ser construtiva ou destrutiva (Oliveira, 2022).

Além da sala de recursos, os professores expõem que as atividades fisicas e praticas esportivas extraclasses proporcionadas pela escola são orientadas por profissionais especializados da Gerência de Educação Especial (GEE). Um bom exemplo são os Jogos Adaptados André Vidal de Araújo (Jaavas) conduzidos pela GEE. Observa-se a participação nesses jogos na fala da participante P3 ao dizer que "*também tem o Jaava, acho que é jogos adaptados que é justamente pra essas crianças, incluir elas, as vezes tem essa preparação"* e na fala da participante P2 quando diz que *"ano passado eu pude participar dos jogos como professora de educação física, levando eles, orientando, é algo que tem em relação a esse público".* Conforme Gonçalves (2019), a inclusão no ensino regular estimula vários benefícios em relação ao comportamento da criança autista. Os principais progressos percebidos foram no relacionamento com os colegas, no atendimento às ordens, e no interesse por brincadeiras.

6. REDUÇÃO DOS SINTOMAS DO TEA POR MEIO DA ATIVIDADE FÍSICA

Neste tópico será abordado sobre a redução dos sintomas ocasionados pela prática da atividade física.

Diminuição da hipersensibilidade auditiva

Algumas mães entrevistadas expuseram que seus filhos apresentam hipersensibilidade auditiva, e uma das consequências desse fator é a apresentação de irritabilidade, incômodo e/ou nervosismo quando inseridos em locais com sons muito altos, e por vezes são desencadeadas crises decorrentes da hipersensibilidade. Muitas pessoas com Transtorno do Espectro Autista experimentam uma percepção intensificada dos sons, o que pode causar desconforto, ansiedade e até mesmo dor. Podemos observar tal questão na fala da participante M1 ao comentar que*"agora ele fica mais calmo, antes se incomodava muito com o barulho e agora acostumou"*, assim como no relato da participante M3 ao dizer que *"meu filho melhorou bastante[...] já consegue ficar um tempo sem usar protetor auricular dentro da escola"*. Durante a entrevista a Participante M3 comenta que vê como motivo dessa redução da hipersensibilidade a interação com outras crianças na escola, porém depois afirma que a melhora é pouca fora da escola.A hipersensibilidade auditiva varia de pessoa para pessoa, algumas podem ser mais afetadas do que outras (Costa et al, 2022). O estímulo sensorial proporcionado pela atividade física auxilia as crianças a se acostumarem gradualmente a diferentes estímulos sonoros, reduzindo a hipersensibilidade e aumentando a tolerância a sons do ambiente (Hoffmam, 2018).

Essa afirmativa é verificada ainda no comentário da participante M5 *"meu filho usa abafadores de som [...] com o tempo dentro da escola ele começou a conseguir ficar sem ele por um tempo, curto até, é uma evolução pequena, mas é uma evolução".* A hipersensibilidade auditiva é uma experiência anormal em relação ao som, que pode ter impacto em várias situações do dia a dia, incluindo atividades sociais e de lazer (Costa et al, 2022).

Estímulo na comunicação verbal

Outro ponto evidenciado nas falas das mães entrevistadas foi o estímulo na comunicação verbal das crianças, entre elas e com a família . Isso é observado na fala da participante M4 que comenta *"ele começou a se soltar mais, a dialogar mais, que ele era muito na dele, se fechava pro mundinho dele e ele tá mais aberto agora"*, assim como no comentário da participante M1 *"essas atividades ajudou a mediar, se comunica mais"* e no comentário da participante M5 *"agora ele já conversa, ele se solta"*. Essa estimulação na comunicação verbal para as mães é considerada uma conquista, pois haja vista que, muitas crianças autistas apresentam um atraso significativo no desenvolvimento da linguagem verbal, o que pode dificultar a comunicação e a interação social (Ney; Hubner, 2022).

Um dos desafios enfrentados pelo professor que possui estudantes com Transtorno do Espectro Autista em sala é a questão da comunicação, pois essas crianças e adolescentes geralmente apresentam dificuldades ou atrasos na fala, que podem variar em intensidade de acordo com o grau de severidade do transtorno (HOFFMAM, 2018). Também houveram relatos dos professores em relação a interação verbal de crianças com TEA após iniciarem a prática esportiva. Esses alunos não falavam com frequência ou eram totalmente fechados, mas no decorrer dos meses começaram a se expressar por meio da fala, como relatado pelo participante P1 *"[fulano], por exemplo, ficava na dele, não falava com ninguém [...] hoje eu vejo que ele interage, fala com os coleguinhas, fala comigo também".*

Outros professores ainda relataram que alguns que tinham muita dificuldade na verbalização com o passar dos meses e anos começaram a apresentar melhoras. Isso é relatado por eles como resultado do desempenho de toda escola, e consequentemente também, da educação física, como podemos observar na fala do participante P4, ele relata uma mudança de uma aluna que ele acompanhou no 1° e 2° ano do ensino infantil ao dizer que:

> *"existe todo um envolvimento da escola nessas atividades [...] eu tenho uma aluna que depois de um tempo participando, antes ela estava no 1º, agora ela está no 2º, começou a participar mais, agora eu vejo ela falando com os coleguinhas, claro, não é tipo "nossa ela está falando muito bem" mas todo avanço é bom".*

A linguagem é essencial para que crianças autistas possam escolher comportamentos adequados, se comunicar efetivamente, expressar sentimentos e desejos, e buscar soluções alternativas durante negociações e interações sociais (SOUZA; SOUZA, 2021). A escola e a prática de atividade física desempenham um papel crucial no estímulo da comunicação verbal de crianças autistas. Na escola, os professores podem utilizar estratégias educacionais específicas, como sistemas de comunicação alternativa, para incentivar a comunicação. A interação com colegas também oferece oportunidades de praticar habilidades verbais. Já a atividade física regular melhora a atenção e a concentração, facilitando a participação em atividades de aprendizado. Além disso, esportes e atividades em grupo promovem interações sociais, permitindo o desenvolvimento da comunicação verbal (Ney; Hubner, 2022).

Interação social

Ao questionar sobre a participação e a interação das crianças com autismo na aula de educação física aos professores, o participante P1 comentou que *"nas minhas aulas elas fazem, participam e fazem melhor do que as crianças normais, e elas adoram a disciplina"*, em concordância o participante P3 relatou *"Vou te falar que eles são excelentes na minha aula, claro que tem limitações, claro que tem um outro modo que eles entendem [...] mas eles participam, e interagem do modo deles"*. Percebe-se que há um envolvimento satisfatório das crianças com Transtorno do Espectro Autista nas atividades de educação física. Jogos em equipe e atividades recreativas em grupo auxiliam na prática de habilidades sociais, como compartilhar, cooperar, seguir regras e se comunicar, promovendo interação social e desenvolvimento de habilidades de comunicação (Jesus; Aggio, 2022).

Crianças com Transtorno do Espectro Autista podem ter dificuldades em estabelecer e manter relacionamentos sociais. Elas podem ter dificuldade em entender e responder às emoções e aos comportamentos dos outros. As habilidades sociais, como iniciar ou participar de uma conversa, compartilhar interesses ou brincar de forma interativa, podem ser limitadas (Oliveira, 2022).

Em concordância com os professores, as mães também comentaram que as crianças demonstram gostar de participar das atividades da aula de educação física e relatam que houve um aumento da interação dentro e fora da escola. A participante M2 comentou *"o professor falou que ela se interage, né? Na aula, ela gosta, no começo era mais difícil, agora ela tem amiguinhos"*, a participante M1 contribui com o seu comentário*"ele está mais sociável, antes se vinha alguém perto, ele fugia",* como também a participante M6 *"em casa eu percebo mudanças [...] ele já tem mais essa interação com os familiares"*. Os resultados indicam que a participação em atividades físicas proporciona um ambiente propício para a interação e o engajamento social entre as crianças autistas e outras crianças. A atividade física proporciona uma atmosfera lúdica e descontraída, reduzindo barreiras sociais e promovendo a comunicação e o envolvimento entre as crianças (Hoffmam, 2018). A prática da atividade física, principalmente aquelas que lidam com a cooperação e coletividade, auxilia na melhora das suas habilidades físicas e sociais (Oliveira, 2022).

7. OS IMPACTOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS COM TEA

Neste tópico tratar-se-á dos impactos da atividade física relacionado à qualidade de vida dessas crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Redução da agressividade

Quando perguntado às mães entrevistadas sobre os efeitos da atividade física na qualidade de vida dos seus filhos, várias relataram uma redução nos comportamentos agressivos e das crises onde muitas vezes traziam traços agressivos. A participante M3 relatou que a inserção do filho em atividades fora da escola o ajudou a deslocar sua agressividade. Observa-se também na fala da participante M1 quando diz *"quando meu filho começou a natação, ele pode extravasar lá, né? [...] essa atividade ajudou na agressividade também"*. A agressividade pode ser observada em algumas crianças autistas,

mas não é intrínseca ao autismo, podendo se manifestar de maneiras variadas, como mordidas, chutes, socos, arremessos de objetos, entre outros comportamentos (Silvaa, 2019). A prática de atividade física permite que as crianças autistas liberem energia acumulada, reduzindo a tensão e o estresse que podem contribuir para comportamentos agressivos. O exercício físico ajuda a canalizar a energia de forma produtiva e saudável (Gonçalves, 2019).

Outro ponto mencionado pelas mães direcionado a esse tópico, foram as estratégias adotadas por elas quando havia a inviabilidade de levá-lo a algum lugar que houvesse essa inserção da prática da atividade física para a redução da ansiedade e consequentemente da agressividade, a participante M4 relata *"Tanto que um tempo que eu mesmo, pegava ele e aí bora caminhar com ele, e ele gosta [...] isso também mudou mais depois que ele começou a ter aula de educação física"*. Ao ensinar habilidades que facilitem a regulação emocional, incentivando a prática das atividades físicas, é possível auxiliar as crianças autistas a lidarem com emoções negativas, reduzindo comportamentos agressivos e promovendo bem-estar emocional (Gonçalves, 2019). De acordo com Silva (2021, p. 155) A atividade física para indivíduos autistas é ainda mais benéfica, pois é capaz de diminuir o comportamento agressivo, aprimorar a aptidão física, o desenvolvimento social, físico e motor e melhorar a qualidade de sono, além de reduzir a ansiedade e depressão.

Hipersensibilidade ao toque

Foi identificada contribuições da atividade física acerca da afetividade na fala da participante M2 quando ela relata que, *"essa parte do toque, não é todo mundo que pode tocar. Tem que permitir. Certo. Hoje em dia se você pede um abraço, tem vezes que ele já concorda, é difícil, mas antes nem isso".* Desde os primeiros anos de vida, as crianças autistas manifestam traços de isolamento, o que se torna evidente em sua dificuldade em estabelecer e desenvolver relações pessoais. Essa dificuldade de interação social é observada precocemente, pois a criança autista enfrenta desafios para se conectar emocionalmente com os outros (Souza;Souza, 2021). De acordo com Oliveira (2022) a atividade física oferece uma via para expressar emoções, melhorar o humor, estabelecer vínculos sociais e promover o desenvolvimento emocional e afetivo de forma geral.

É apresentado também na fala da participante M4 resultados no que tange à afetividade do filho, ela relata o seguinte, *"ele já toca na mão da pessoa assim, não é aquela coisa de dar abraço, mas tipo assim, já é uma comunicação assim que avançou mais",* assim como, na fala da participante M5 *"pelo menos com a avó e com a gente de casa ele deixa pegar na mão, é raro, mas deixa abraçar às vezes".* De acordo com Sousa e Souza (2021) "Conviver com outros indivíduos é complicado e até mesmo com a família, visto que acabam não deixando que as pessoas entrem no mundo dele, pois a percepção dele é diferente". No entanto, pode-se observar que, através da prática regular de atividades físicas, as crianças com TEA podem experimentar uma melhora no seu bem-estar emocional, expressão afetiva e interação social (Oliveira, 2022).

8. AUTONOMIA/INDEPENDÊNCIA

Verificou-se que houveram relatos das mães em relação a maior autonomia dos seus filhos dentro de casa, a participante M1 comentou que o seu filho hoje consegue pegar as coisas de dentro da geladeira, enquanto a participante M2 relata que seu filho

aos poucos consegue se lavar sem a ajuda de outra pessoa, são resultados satisfatórios para as mães pois, autonomia em pessoas autistas pode variar de acordo com o indivíduo e seu perfil. Foi identificado esse tópico também na fala da participante M4 onde percebeu que seu filho demonstra mais segurança para falar o que deseja e expressar suas vontades, isso fica evidente quando ela relata *"eu vi que ele começou a se soltar mais, a se expressar mais, a fazer pequenas coisas ele mesmo [...] tipo arrumar suas coisas".*

Alguns enfrentam desafios na comunicação, habilidades sociais, flexibilidade cognitiva e adaptação a mudanças, o que pode afetar sua capacidade de realizar tarefas diárias de forma independente e tomar decisões por conta própria (Borba, 2020). A autonomia é essencial para melhorar a qualidade de vida de crianças autistas. Ao desenvolverem habilidades que promovem a independência, elas desfrutam de benefícios como autoconfiança, autoestima, participação ativa em atividades diárias, escolares e sociais, e capacidade de expressar preferências, desejos e necessidades, reduzindo sua dependência (Alvez; Gambaro, 2023).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa foi possível perceber a importância em como os professores adaptam às atividades de acordo com as necessidades específicas dos alunos, visando incluir todas as crianças da turma, se mostrando fundamental destacar o papel essencial da inclusão na educação física para promover igualdade de oportunidades e plena participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e características individuais. Além disso, a participação em atividades físicas se mostrou benéfica na redução da agressividade em crianças com TEA.

Sendo importante ressaltar, que por observação feita no período que os pesquisadores estavam em campo, foi percebido que crianças com TEA que estão a menos tempo tendo interações sociais, como por exemplo, atividade física, demonstraram menor disposição e diferenças notórias de comportamento em comparação a crianças que estão a um maior tempo, sendo que essas crianças que estão a maior tempo expostas a essa ambiente escolar que busca a inclusão, demonstram uma maior interação em atividades físicas, além também de em atividades sociais, como interação interpessoal e uma melhor comunicação verbal. Sendo válido pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, para que um conhecimento mais amplo seja estabelecido sobre algo que influencia diretamente crianças que já sofrem com as consequências da falta de conhecimento em relação ao TEA.

Assim, a pesquisa apontou que a inclusão na educação física pode desempenhar um papel crucial na promoção da inclusão, redução da agressividade, aumento da interação social, desenvolvimento da autonomia e estímulo na comunicação verbal das crianças com TEA. A participação nessas atividades pode contribuir para o bem-estar emocional, social e físico dessas crianças, proporcionando benefícios significativos em seu desenvolvimento.

É de suma importância disseminar pesquisas como essa, especialmente em ambientes educacionais, nos quais a inclusão se tornou obrigatória, abrangendo não apenas pessoas com deficiência, mas também pessoas com transtorno do espectro autista, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 12.764. De acordo com essa lei, indivíduos com transtorno do espectro autista são reconhecidos de iguais a pessoas com deficiência, tendo os mesmos direitos legais.

REFERÊNCIAS

[1] AGGIO, M.T., JESUS, L.B. benefícios da atividade física para crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista. **Caderno Intersaberes,** Curitiba, v.11, n.31, p.177-188, 2022. Disponível em: https://cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2133. Acesso em: 25 jun. 2023.

[2] ALVES, A.R, GAMBARO, D. A jornada pela identidade e autonomia em atypical e as representações do transtorno do espectro autista. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada,** v.17, n.1, p.44-61, 2023. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/18140. Acesso em: 25 jun. 2023.

[3] ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

[4] BALBINO, E.M.S., et al. O aluno com Transtorno do Espectro Autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo. **Diversitas Journal,** v.6, n.1, p.1593-1605. Disponível em: https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1663. Acesso em: 03 jul. 2023

[5] BARBOSA,L., et al. Percepção dos responsáveis por crianças com autismo sobre a importância das aulas de educação física escolar. **Caderno de Educação Física e Esporte,** Marechal Cândido Rondon, v.20 n. 0, p.e–28800, 2022. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/28800. Acesso em: 25 jun. 2023.

[6] BERGER, S.B. Atividade Física adaptada para Autistas. In: KRUG, S.B.F et al. **Rede de cuidados à pessoa com deficiência:** Vivências, inovações e educação em saúde na 28º Região de saúde do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p.129-141.

[7] BERTOLDI, F.S.; BRZOZOWSKI, F.S.. O papel da Psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da pessoa autista. **Rev. Psicopedagogia,** Curitiba, v.37, n.144, p.341-352, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v37n114/07.pdf. Acesso em: 28 jun 2023.

[8] BORBA, B.B. Os processos de aprendizagem e o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do segundo ao terceiro ano do ensino fundamental. **Cadernos do Aplicação,** Porto Alegre, v.33, n.2, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2595-4377.98853. Acesso em: 25 jun. 2023.

[9] COSTA, K.T.L., et al. Percepção dos pais sobre hipersensibilidade auditiva de crianças com sinais clínicos de risco para o Transtorno do Espectro do Autismo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional,** Natal, v.30, p.e3038, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO23033038. Acesso em: 25 jun 2023.

[10] DIAS, S.A., HENRIQUE, K.E.N. Adaptação de materiais e atividades para uma criança com transtorno do espectro do autismo: o trabalho colaborativo no processo educacional. Rev. Assoc. Bras. **Ativ. Mot. Adapt.,** Marília, v.19, n.1, p.27-38, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2674-8681.2018.v19n1.03.p27. Acesso em: 28 jun 2023.

[11] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

[12] GOMES, A.C., et al. A educação física e crianças com transtorno do espectro autista: um cenário. **Caderno Intersaberes,** Curitiba, v.10, n.24, p.152-164, 2021. Disponível em: https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1730/1408. Acesso em: 25 jun 2023.

[13] GONÇALVES, W.R.D., et al. Barreiras e facilitadores para a prática de atividades físicas em crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista de Uruguaiana - RS. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.,** Marília, v.20, n.1, p.17-28, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/9074/5819. Acesso em: 25 jun. 2023.

[14] HOFFMAM, D. C. L. Psicologia, esporte e inclusão: considerações sobre o transtorno do espectro autista e a inclusão social por meio de atividades esportivas. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas,** Minas ,v.3, n.6, p.574-586, 2018. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15971. Acesso em: 25 jun. 2023.

[15] MINAYO, M.C.S**. O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

[16] NEY, T., HÜBNER, L. Linguagem oral e escrita no Transtorno do Espectro do Autismo - TEA: perspectivas teóricas e pedagógicas. **The ESPecialist,** v.43, n.2, p.18–35, 2022. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/53042. Acesso em: 25 jun. 2023.

[17] OLIVEIRA, R.C. Benefícios do esporte para inclusão de crianças autistas. **Revista Faipe,** v.12, n.1, p.43-53, 2022. Disponível em: http://portal.periodicos.faipe.edu.br/ojs/index.php/rfaipe/article/view/33/30. Acesso em: 25 jun. 2023.

[18] PEREIRA, F.P; FREITAS, J.F.F. Atividade física e transtorno do espectro autista: uma revisão de periódicos brasileiros. **Cenas Educacionais**, Bahia, v. 4, n.11933, p. 1-14, 2021. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11933. Acesso em: 13 jun. 2023.

[19] SCHLIEMANN, A., et al. Educação Física Inclusiva e Autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios . **Rev Bras Educ Fís Esporte,** São Paulo, v.34, n.Esp., p.77-86, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509202000034nesp077. Acesso em: 25 jun. 2023.

[20] SILVAA, S.A, et al. Conhecimento da equipe interprofissional acerca do autismo infantil. **Research, Society and Development**, v.8, n.9, p.e07891250, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i9.1250. Acesso em: 25 jun. 2023.

[21] SOUZA, R.F.A., SOUZA, J.C.P. Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de espectro autista. **Perspectivas em Diálogo,** Naviraí, v.8, n.16, p.164-182, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10668/8778. Acesso em: 25 jun. 2023.

[22] VARGAS, T. T., RODRIGUES, M. G. A. Mediação escolar: sobre habitar o entre. Revista brasileira de educação, v. 23, n. 0 p. 1-26, 2018. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbedu/a/s8SxgsjHKgdg7bRPnm6chTr/ . Acesso em: 11 jun. 2021.

CAPÍTULO

05 A contribuição do psicólogo para os pacientes com Alzheimer

Elizângela Brasil Pinto, Monique Silva Bezerra

1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados fornecidos pela World Health Organization (WHO), cerca de 50 milhões de pessoas vivem com demência em todo o mundo. A estimativa é que o número de pessoas com demência chegue a 82 milhões em 2030 e a 152 milhões em 2050. Entre os tipos de demência existentes, a doença de Alzheimer é atualmente a mais comum, representando cerca de 60% a 70% dos casos de demência no mundo.

Lourinho e Ramos (2019, p.724) "afirmam que o envelhecimento é uma fase que passa por alterações no campo biológico e psicológico, onde ocorre o surgimento ou não de doenças crônicas degenerativas, que podem acarretar transtornos mentais". Neste contexto inserem-se as demências, em destaque a Doença de Alzheimer (DA), que de acordo com a Associação Brasileira de Alzheimer (2022) é a perda de funções cognitivas, causada pela morte de células cerebrais, uma enfermidade incurável que se agrava à medida que seu estágio evolui, mas pode e deve ser tratada. Quando diagnosticada no início, é possível ter um controle do seu avanço e sintomas, garantindo uma melhor qualidade de vida a esses pacientes.

A cada ano cresce o número de idosos com essa doença degenerativa, considerando que seja um problema de saúde pública. Assim como o preconceito e a discriminação no país, colaboram para que pessoas vulneráveis e com a doença, não tenham acesso ou tenham dificuldades ao tratamento e em manter os custos com relação às atividades que o idoso deve ter para trabalhar seu lado cognitivo.

Ainda não existe tratamento estabelecido que possa curar ou reverter à deterioração causada pela Doença de Alzheimer (DA). As opções disponíveis visam aliviar os déficits cognitivos e as alterações de comportamento, através do uso de medicamentos, e melhorar a qualidade de vida do paciente, com uma abordagem multidisciplinar.

A escolha deste tema se dá pela importância crescente do Alzheimer na sociedade contemporânea e pela necessidade de direcionar atenção ao impacto psicossocial dessa doença. Uma vez que, com o aumento da expectativa de vida, é imperativo entender e abordar as complexidades associadas ao envelhecimento e às condições de saúde que podem emergir nessa fase da vida. Para tanto, o psicólogo, dotado de ferramentas e conhecimentos específicos, pode desempenhar um papel vital no apoio aos pacientes com Alzheimer e seus familiares, auxiliando na compreensão e aceitação da doença, no desenvolvimento de estratégias de adaptação e na promoção da qualidade de vida.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel do psicólogo no acompanhamento de pacientes com Alzheimer. Como objetivos específicos, foram estabelecidos: a. identificação das principais técnicas e abordagens da psicologia empregadas em idosos com Alzheimer; b. descrição a preparação técnica do psicólogo para atuar com pacientes idosos com Alzheimer; e c. discussão sobre as contribuições do psicólogo

nos cuidados aos pacientes com Alzheimer.

Além disso, esta pesquisa visa preencher uma lacuna de conhecimento ao investigar de maneira aprofundada as práticas psicológicas voltadas para pacientes com Alzheimer, contribuindo para o avanço da área e para uma assistência mais completa e humanizada a essa população vulnerável. Logo, a análise da contribuição do psicólogo para a qualidade de vida de pacientes com Alzheimer não apenas fortalecerá o embasamento teórico e prático da Psicologia na área de gerontologia, mas também poderá ter implicações diretas no desenvolvimento de políticas de saúde e práticas clínicas que melhor atendam às necessidades emocionais e cognitivas desses indivíduos, proporcionando-lhes uma jornada mais digna e enriquecedora mesmo diante dos desafios impostos pela doença.

Quanto à contribuição para a ciência, a pesquisa tem como objetivo ressaltar através das pesquisas bibliográficas existentes, através de uma revisão narrativa de procedimento bibliográfico e análise qualitativa quanto a intervenção contribui para o bem-estar do paciente.

Como contribuição social e acadêmica deste trabalho entende-se que os resultados contribuem na divulgação do assunto, visto não existir muitos trabalhos direcionados para a questão da contribuição do psicólogo para a qualidade de vida a pacientes com Alzheimer. Ainda busca sensibilizar as pessoas quanto à questão do preconceito existente com as pessoas com Doença de Alzheimer e o quanto isso repercute negativamente para o idoso acometido pela doença. Pode-se ainda destacar que o diagnóstico precoce contribui para início do tratamento a fim de mitigar os efeitos nocivos do transtorno oferecendo uma melhoria no desenvolvimento social, psíquico e cognitivo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado por meio de revisão sistemática, de procedimento bibliográfico, cunho descritivo e abordagem qualitativa. Conforme Oliveira et al (2021), a revisão sistemática é um método que auxilia a sintetizar os resultados de pesquisas relevantes e mundialmente reconhecidos, o que proporciona uma troca e ampliação do conhecimento, formando ideias mais consolidadas e fundamentadas para o exercício profissional de enfermagem.

Os instrumentos de pesquisa dos artigos e amostragem na literatura, serão a Biblioteca Virtual em Saúde, com bases de dados: LILACS (Literatura Latino – Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Biblioteca Virtual em Saúde, com bases de dados: LILACS (Literatura Latino – Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BDENF (Banco de dados em Enfermagem), SCIELO (*Scientifie Electronic Library Online*), Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e sites de universidades que continham trabalhos científicos publicados. Logo, utilizaremos os seguintes descritores: Alzheimer; Psicólogo; Psicologia.

Para a seleção dos trabalhos acadêmicos foram levados em consideração a aplicação de critérios de inclusão: publicações entre 2018–2023, artigos em texto completo, publicações em português e inglês, gratuitos e que atendessem os objetivos da revisão integrativa. Como referencial de critérios de exclusão: publicações anteriores ao ano de 2018 foram descartadas desta pesquisa.

Posteriormente, a análise de dados foi conduzida com a leitura minuciosa dos textos selecionados, com o intuito de extrair as informações mais relevantes para os objetivos da pesquisa. Nesta fase, a análise qualitativa culminou na integração e na síntese dos achados, com o objetivo de construir um entendimento abrangente sobre o tema investigado. Destacaram-se as principais contribuições, lacunas e potenciais direções para futuras pesquisas. Essa síntese permitiu não apenas agregar os resultados dos estudos individuais, mas também oferecer uma visão holística e aprofundada do campo de estudo como um todo.

3. RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram encontrados 68 artigos através de uma leitura preliminar dos quais foram excluídos 52, e selecionados apenas 16 que perfizeram o total da amostra, como podemos observar na figura 01.

Figura 1 – Seleção do material

Nesse contexto, foram selecionados os artigos abaixo para a discussão do papel do psicólogo no acompanhamento psicológico de pacientes com Alzheimer, vide Quadro 2.

Quadro 2 – Artigos selecionados para a discussão, descritos por ano, autor, título da obra, base de dados e síntese

AUTOR(ES)	ANO	TÍTULO DA OBRA	BASE	SÍNTESE
Oliveira, D.E.S.D.; et al.	2021	Possíveis aportes da Psicologia para o Tratamento da Doença de Alzheimer	LILACS	O estudo destaca a relevância da Psicologia como uma peça fundamental no tratamento da Doença de Alzheimer, destacando as principais abordagens e técnicas que podem ser aplicadas para promover a qualidade de vida dos pacientes. A pesquisa contribui para a compreensão da importância do suporte psicológico no contexto dessa doença e pode fornecer diretrizes práticas para profissionais de saúde e psicólogos que trabalham com pacientes idosos diagnosticados com Alzheimer.
Pipino, M. V. F.	2022	Alzheimer, psicologias, discursos: alguns apontamentos	BVS	O objetivo deste trabalho foi investigar o discurso da psicologia em relação ao tema do Alzheimer, na qual identificou duas possibilidades de atuação da psicologia: fornecendo suporte psicológico aos cuidadores e familiares de pessoas com Alzheimer e auxiliando pessoas com Alzheimer a manterem estáveis suas atividades funcionais ecognitivas.
Cunha, S.G.	2022	Estudo sobre a reabilitação neuropsicológica na avaliação cognitivo-comportamental em pessoas acometidas pelo Alzheimer Leve.	PEPSIC	O estudo analisa as ferramentas e o processo da abordagem cognitivo-comportamental em relação a Doença de Alzheimer Leve, mostrando como é feito os processos de intervenção, seja com o paciente acometido pela doença ou o processo de trabalho com as famílias, considerando todo o trabalho feito, desde a degeneração cognitiva até os fatores subjetivos e histórico de vida.
Silva, L. E Souza, M.	2018	Os transtornos neuropsicológicos e cognitivos da doença de Alzheimer: a psicoterapia e a reabilitação neuropsicológica como tratamentos alternativos	BVS	O artigo aborda os transtornos neuropsicológicos e cognitivos associados à doença de Alzheimer, investigando a psicoterapia e a reabilitação neuropsicológica como possíveis tratamentos alternativos. Através de revisões da literatura e estudos de caso, os autores destacam a relevância dessas abordagens para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e lidar com os desafios emocionais e cognitivos decorrentes da doença.
Madureira, B. G, et al.	2018	Efeitos de programas de reabilitação multidisciplinar no tratamento de pacientes com doenças de Alzheimer: uma revisão sistemática.	SCIELO	O artigo examina os efeitos positivos de programas de reabilitação multidisciplinary no tratamento de pacientes com doença de Alzheimer, por meio de uma revisão sistemática de estudos relevantes. A pesquisa enfatiza a importância de abordagens integradas para enfrentar os desafios complexos apresentados pela doença, fornecendo uma base de evidências que respalda a eficácia dessas intervenções na melhoria da qualidade de vida e funcionalidade dos pacientes.
Brotti, B. O.; Vendrametto, D. C.	2020	Psicologia e Alzheimer: contribuições do psicólogo no tratamento de idosos	BVS	O artigo apresenta uma análise das contribuições do psicólogo no tratamento de idosos com Alzheimer, destacando a importância das intervenções psicológicas para a melhoria da qualidade de vida tanto do paciente quanto de seus familiares. A pesquisa oferece insights sobre o papel essencial do psicólogo nesse cenário desafiador, fornecendo uma base sólida para a compreensão das estratégias eficazes e sensíveis empregadas nesse contexto clínico. O estudo contribui para o aprimoramento da prática clínica e o desenvolvimento de políticas de saúde mais adequadas às necessidades emocionais e cognitivas dessa população vulnerável.
Oliveira, W. da S.; Lima da Silva, T. B.	2020	Centro-dia para idosos e psicoeducação: intervenções no grupo de profissionais cuidadores e na sua relação com as pessoas idosas	LILACS	O artigo explora o papel do centro-dia para idosos e da psicoeducação na relação com pessoas idosas. Embora não se concentrem apenas na preparação do psicólogo, destacam a relevância das intervenções psicológicas e da formação adequada dos profissionais para melhorar o cuidado a idosos com Alzheimer.
Ribeiro, B. A. da M.	2022	A Contribuição da Reabilitação Neuropsicológica em Idosos na prática Terapêutica Ocupacional	BVS	O trabalho discute a contribuição da reabilitação neuropsicológica em idosos. Embora focado na terapia ocupacional, o estudo sugere que a preparação técnica do psicólogo também desempenha um papel crucial na abordagem multidisciplinary necessária para atender idosos com Alzheimer.

Quadro 2 – Artigos selecionados para a discussão, descritos por ano, autor, título da obra, base de dados e síntese (continuação)

AUTOR(ES)	ANO	TÍTULO DAOBRA	BASE	SÍNTESE
Henriques, J.J.;Melo, D.M.de.	2023	A reabilitação neuropsicológica e o diagnóstico Doença de Alzheimer: uma revisão narrativa da literatura	SCIELO	Destaca-se a importância da reabilitação neuropsicológica no diagnóstico da Doença de Alzheimer. O artigo enfatiza a relevância da preparação técnica do psicólogo para entender e tratar essa condição, ressaltando a necessidade de abordagens terapêuticas específicas para lidar com os desafios cognitivos da doença.
Nunes, H.P.; Francisco, A.L.	2022	Doença de Alzheimer em idosos e a importância da Psicologia numa perspectiva de abordagem Cartográfica: uma revisão da literatura.	BVS	Realizou-se uma revisão da literatura sobre a Doença de Alzheimer em idosos, enfocando a importância da psicologia em uma perspectiva de abordagem cartográfica. O trabalho destaca a abordagem psicológica em relação à doença, considerando abordagens inovadoras
Silva, D. da.	2020	Alzheimer: fatores de riscos para a incidência da doença em idosos e a atuação do psicólogo neste contexto		A pesquisa investigou os fatores de risco para a incidência da doença de Alzheimer em idosos e a atuação do psicólogo nesse contexto. O artigo explora o papel do psicólogo na prevenção e no manejo dessa doença em idosos, considerando fatores de risco.
Erretegui, C.	2023	Acompanhamento psicológico aos principais cuidadores familiares de idosos com diagnóstico de Alzheimer a partir da Terapia de Aceitação e Compromisso e *Mindfulness*	LILACS	O autor propôs o acompanhamento psicológico aos principais cuidadores familiares de idosos com Alzheimer, com base na Terapia de Aceitação e Compromisso e Mindfulness. O estudo se concentra em oferecer suporte psicológico específico para os cuidadores, destacando abordagens terapêuticas específicas.
Ferreira, J.V.G.S.; Esteves, A.P.	2022	Doença de Alzheimer: os desafios do cuidado	BVS	As evidências presentes nos ensaios clínicos randomizados (ECRs) analisados sugerem que a terapia com Donepezila, Rivastigmina e Galantamina de forma isolada cursa com melhora clínica geral dos pacientes com DA, principalmente aqueles com doença leve a moderada.
Moreno, L.D., et al.	2019	Avaliação neuropsicológica em idosos com Alzheimer.	BVS	As contribuições da Neuropsicologia na avaliação do idoso e suas implicações na promoção de saúde para esta população ficam evidentes nos estudos apresentados no decorrer do trabalho. O aperfeiçoamento dessas técnicas de avaliação merece um olhar especial, de forma a desempenhar um papel importante e imprescindível na investigação das demências, contribuindo para uma avaliação multidimensional do idoso.
Caparrol, A.J.S. et al. (2021)	2021	Intervenções psicoeducacionais para cuidadores de idosos com doença de Alzheimer: revisão sistemática.	BVS	As intervenções psicoeducacionais demonstraram melhora no conhecimento sobre Doença de Alzheimer, autoeficácia, resiliência e desempenho cognitivo dos cuidadores. Modelos de intervenções psicoeducacionais para essa população são propostos em diferentes formatos e demonstram efeitos positivos em variados aspectos.
Santos, M.V.N.; Pedra, P.S. (2020)	2020	Psicoterapia: Um caminho para compreender processos subjetivos de uma pessoa diagnosticada com Alzheimer	BVS	Tal estudo possibilitou compreender a pessoa para além do Alzheimer, compreendendo os desdobramentos do adoecimento em uma ótica mais ampla, percebendo os processos subjetivos tanto individuais quanto sociais que atravessam e circundam as pessoas nessa nova forma de estar no mundo.

Dos 16 artigos que foram escolhidos para a análise exploratória e seletiva, separou-se os artigos para cada etapa de discussão, sendo divididos em:

a) As principais técnicas e abordagens da psicologia empregadas em pacientes com Alzheimer;

b) Preparação técnica do psicólogo para atuar com pacientes idosos com Alzheimer;

c) As contribuições do psicólogo para os pacientes com Alzheimer.

Cada análise buscou discutir os fatores pertinentes ao papel do psicólogo na melhoria de pacientes idosos diagnosticados com Alzheimer, partindo dessa análise e discussão teórica, foi analisada a visão dos autores sobre o referido assunto, podendo contrastar as ideias de que o profissional de psicologia é fundamental no processo de saúde do idoso e consequentemente o processo de atendimento do idoso com Doença de Alzheimer.

4. AS PRINCIPAIS TÉCNICAS E ABORDAGENS DA PSICOLOGIA EMPREGADAS EM PACIENTES COM ALZHEIMER

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa devastadora que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, causando uma progressiva deterioração cognitiva e funcional. Ferreira e Esteves (2020) destacaram que essa deterioração cognitiva é umacaracterística marcante do Alzheimer, afetando a memória, a atenção e a capacidade de resolução de problemas, além de comprometer as atividades cotidianas e provocar alterações comportamentais. Moreto et al. (2019) corroboraram essas descobertas, enfatizando que no Alzheimer há uma deterioração ou declínio intelectual em relação à condição do indivíduo idoso.

No entanto, Oliveira et al. (2021) apresentam uma perspectiva diferente em seu estudo, ao discutirem a técnica da estimulação cognitiva pela abordagem psicológica. De acordo com o autor, essa técnica envolve atividades que desafiam o pensamento, a memória e o raciocínio, utilizadas para manter e melhorar as funções cognitivas remanescentes. O uso de jogos de memória, quebra-cabeças, atividades de reminiscência e exercícios de treinamento cognitivo são bons exemplos de intervenções que visam manter a mente ativa e preservar a funcionalidade cognitiva (Cunha, 2022).

Entretanto o mal de Alzheimer tem como sinal a deterioração, causando perda da cognição. Conforme Ferreira e Esteves (2020) e Moreto et al. (2019) existem diversos aspectos negativos com a deterioração cognitiva no Alzheimer. Oliveira et al. (2021) e Cunha (2022) argumentam a favor da estimulação cognitiva como uma abordagem eficaz para manter e melhorar as funções cognitivas em pacientes com Alzheimer. A discordância entre essas perspectivas destaca a complexidade da doença e a necessidade de mais pesquisas para determinar a eficácia das diferentes abordagens terapêuticas.

A Terapia Comportamental, também conhecida como Terapia Comportamental Cognitiva (TCC), é uma abordagem que se concentra em identificar e modificar padrões de comportamento disfuncionais ou indesejados, bem como os pensamentos e crenças associados a esses comportamentos. Continuamente, Cunha (2022) faz uma importante observação sobre a eficácia da terapia comportamental em lidar com as mudanças comportamentais frequentes em pacientes com Alzheimer. Ele destaca que, devido à propensão desses idosos à agitação, agressividade, apatia e isolamento social, a terapia comportamental se torna uma abordagem eficiente.

Além disso, Oliveira et al. (2021) e Moreno (2019) destacam que a Terapia Comportamental se concentra em identificar os gatilhos desses comportamentos e desenvolver estratégias para gerenciá-los de maneira eficaz. Isso envolve a aplicação de técnicas de modificação comportamental, reforço positivo e treinamento de habilidades sociais, com o objetivo de minimizar comportamentos problemáticos e promover interações saudáveis com o ambiente e com os outros.

Outra abordagem da psicologia que merece destaque é a terapia de reminiscência,como defendida por Pipino (2022) e Silva e Souza (2018). Essa abordagem baseia-se na exploração das memórias passadas do paciente como forma de estimular a comunicação e o senso de identidade. Sobre essa terapia, Pipino (2022) ressalta que ao focar na história de vida do paciente, é possível melhorar a autoestima, reduzir a ansiedade e criar uma maneira de se conectar emocionalmente com familiares e cuidadores. Contudo, Silva e Souza (2018) destacam que, isso só é alcançado através da utilização de elementos como fotografias, músicas e objetos relacionados ao passado, que servem como estímulos para evocar memórias e facilitar a expressão do paciente.

Outra técnica utilizada, conforme Da Silva (2020), refere-se a psicoterapia, que envolve um conjunto de conhecimentos técnicos e métodos utilizados pelo profissional psicólogo para intervir nos sofrimentos psíquicos, atingindo o paciente com Alzheimer e os que estão ao seu redor, logo, proporciona uma melhora na qualidade de vida de um modo geral, visando o alívio do sofrimento gerado pelos sintomas. Para Santos e Pedra (2020), a psicoterapia não é um tratamento curativo para o Alzheimer em si, no entanto, ajudar a reduzir a frustração e a agitação, bem como a manutenção das funções cognitivas, por meio da abordagem de escuta e apoio psicológico.

Ainda temos Caparrol et al. (2021) e Madureira et al. (2018) que citam a psicoeducação como método de intervenção complementar, em prol a promoção da saúde do idoso com Doença de Alzheimer. Madureira et al (2018, p.222), cita “que essas medidas apresentam influência positiva aliviando os sintomas neuropsiquiátricos, promovendo uma melhora nos quadros de depressão, estresse, agitação fortalecendo a autonomia do paciente”. Assim, Caparrol et al. (2021) enfatizam que as intervenções psicoeducacionais fornecem a estimulação e o acolhimento de pacientes auxiliando na interação social.

Além dos fatores acima, Brotti e Vendrametto (2020) mencionam a terapia de grupo e intervenções sociais, que ao promover interações sociais entre os pacientes idosos com Alzheimer pode-se contribuir significativamente para a qualidade de vida. Já que, as terapias de grupo proporcionam um espaço seguro para compartilhar experiências, trocar apoio emocional e participar de atividades conjuntas. Além disso, a integração social ajuda a reduzir o isolamento, preservar habilidades sociais e promover um senso de pertencimento (Caparrol et al., 2021).

Portanto, as principais técnicas e abordagens da psicologia empregadas para promover a qualidade de vida em pacientes idosos com Alzheimer são diversificadas e abrangentes. Cada abordagem visa a atender às necessidades específicas dessa população, proporcionando um atendimento integral e enriquecedor que contribui para um aumento significativo da qualidade de vida em meio aos desafios impostos pela doença.

5. PREPARAÇÃO TÉCNICA DO PSICÓLOGO PARA ATUAR COM PACIENTES IDOSOS COM ALZHEIMER

A preparação técnica do psicólogo desempenha um papel crucial na prestação de cuidados eficazes e compassivos a pacientes idosos que sofrem de Alzheimer, visto que, diante dos desafios únicos apresentados por essa condição, os profissionais de psicologia devem adquirir um conjunto específico de habilidades e conhecimentos para oferecer suporte adequado a esses indivíduos e suas famílias.

Conforme apontado por Oliveira et al. (2021), uma formação acadêmica sólida é o ponto de partida essencial para os psicólogos que desejam trabalhar com pacientes idosos

afetados pelo Alzheimer. Durante a graduação em Psicologia, Henriques e Melo (2023)ainda enfatizam que, é crucial que os futuros profissionais desenvolvam uma base sólida em disciplinas como psicopatologia, neuropsicologia e gerontologia. Essa base sólida os capacita a compreender profundamente as complexidades da doença de Alzheimer e seu impacto nas funções cognitivas e emocionais dos pacientes.

Ainda nesse sentido, Henriques e Melo (2023) afirmam que, essa base acadêmica sólida permite que os psicólogos estejam preparados para abordar questões clínicas complexas relacionadas à doença, desenvolvendo estratégias terapêuticas e de apoio adequadas para atender às necessidades específicas dos pacientes idosos com Alzheimer, fomentando a capacidade dos psicólogos de fornecerem cuidados eficazes e compassivos a essa população vulnerável. Contudo, além da formação acadêmica em psicologia, Oliveira e Lima da Silva (2020) destacam a busca por uma especialização em gerontologia é essencial para os psicólogos que desejam atuar com idosos, especialmente aqueles diagnosticados com Alzheimer.

Ademais, a especialização em Gerontologia que se concentra em compreender os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais do envelhecimento humano. Conforme Brotti e Vendrametto (2020), a gerontologia proporciona o conhecimento necessário para lidar com as particularidades do tratamento de condições como o Alzheimer, permitindo uma abordagem mais precisa e eficaz no cuidado desses pacientes.Uma vez que, o Alzheimer não afeta apenas a cognição, mas também a personalidade e o comportamento dos pacientes, tornando essencial que os psicólogos desenvolvam habilidades de comunicação sensível e empatia. Em concordância Oliveira e Lima da Silva (2020), afirmam que essa especialização se concentra no estudo do envelhecimento e nas complexas questões relacionadas à terceira idade, abrangendo a análise das mudanças físicas, cognitivas e emocionais que acompanham esse processo.

Continuamente, Ribeiro (2022) menciona também, o conhecimento sólido em neuropsicologia, pois permite ao profissional avaliar de maneira precisa e detalhada as funções cognitivas comprometidas pelos sintomas da doença. Isso inclui a capacidade de condução de testes neuropsicológicos especializados, que possibilitam a avaliação minuciosa do funcionamento cognitivo dos pacientes e o monitoramento da evolução da doença ao longo do tempo. Em concordância, Henriques e Melo (2023) que afirmam que essa habilidade é fundamental para o diagnóstico precoce, o planejamento de intervenções terapêuticas personalizadas e o acompanhamento da resposta ao tratamento, contribuindo significativamente para uma abordagem mais eficaz e compassiva no cuidado dos indivíduos afetados pelo Alzheimer.

Em resumo, os autores destacam que a preparação técnica do psicólogo deve envolver uma base acadêmica sólida, especialização em gerontologia e conhecimento em neuropsicologia. Esses elementos são essenciais para oferecer cuidados eficazes e compassivos aos pacientes idosos com Alzheimer, considerando suas complexas necessidades cognitivas, emocionais e comportamentais.

6. AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO PARA O IDOSO COM ALZHEIMER

As contribuições do psicólogo desempenham um papel fundamental na melhoria de idosos que enfrentam a desafiadora jornada do Alzheimer. Esta condição neurodegenerativa, que afeta a cognição e a memória, pode resultar em uma série de desafios emocionais, comportamentais e relacionais tanto para os pacientes quanto para seus

cuidadores. Nesse contexto, o psicólogo ao oferecer suporte emocional, ajuda na adaptação a mudanças cognitivas e comportamentais, fornece estratégias para melhorar a comunicação e a interação social, além de promover o bem-estar geral.

Nunes e Francisco (2022) enfatizam o papel fundamental da Psicologia nos cuidados às pessoas que enfrentam a doença de Alzheimer. Em estágios mais avançados da doença, quando os pacientes podem necessitar de cuidados integrais e assistência profissional, os psicólogos desempenham um papel crucial. Nessa fase, Caparrol et al. (2021) concordam que, eles se tornam uma ferramenta importante para minimizar o sofrimento psíquico, oferecendo assistência individual como parte de uma equipe multidisciplinar. Isso resulta em maior conforto psicológico e melhora na qualidade de vida tanto para o paciente quanto para sua família.

Além disso, quando diagnosticada precocemente, a Doença de Alzheimer pode ter seus sintomas retardados a partir dos cuidados da equipe multiprofissional, e nesse caso, a psicologia também tem sua importância no tratamento. Logo, Silva et al (2020) concordam que, a Psicologia pode contribuir para melhorar a qualidade de vida e garantir cuidados dignos aos idosos que sofrem com essa patologia, todavia, Madureira et al (2018)afirmam que devem considerar que as terapias de cuidados contribuem para a preservação das competências cognitivas dos pacientes com Alzheimer, bem como para a reabilitação das que estão em alguma circunstância complexa.

Na percepção de Ribeiro (2022) o cuidar da saúde mental do idoso é fundamental para garantir um envelhecimento saudável, nesse viés, a psicologia pode contribuir para combater a desumanização do envelhecimento por meio da promoção da saúde mental e do combate aos preconceitos relacionados ao envelhecimento. Para tanto, Silva (2020) afirma que, as contribuições do psicólogo para a qualidade de vida do idoso com Alzheimer são vastas e fundamentais, uma vez que essa doença neurodegenerativa traz consigo uma série de desafios cognitivos, emocionais e comportamentais que afetam significativamente a vida do paciente.

Dessa forma, o papel do psicólogo vai muito além da avaliação clínica, como enfatizado por Silva (2020). Ele desempenha um papel crucial no apoio tanto ao paciente quanto à sua família, na promoção de estratégias de adaptação e no desenvolvimento de intervenções terapêuticas específicas. Oliveira e Lima da Silva (2020) contribuem para esse contexto, destacando que as contribuições do psicólogo para a qualidade de vida do idoso com Alzheimer são multifacetadas. O profissional desempenha um papel crucial na avaliação, no fornecimento de suporte emocional, na estimulação cognitiva, no manejo de comportamentos desafiadores e na orientação da família. Essa atuação holística visa aprimorar a qualidade de vida do paciente e criar um ambiente de cuidado compassivo e eficaz.

De acordo com Oliveira e Lima da Silva (2020), o psicólogo desempenha um papel fundamental na melhoria do bem-estar emocional do paciente, auxiliando-o a enfrentar a confusão, a frustração e a perda de autonomia que o Alzheimer pode acarretar. Além disso,os autores destacam a importância de considerar o cuidador do idoso como um participante essencial do processo de terapia, uma vez que estão profundamente envolvidos no cuidado do paciente com Alzheimer.

Erretegui (2023) reforça essa perspectiva, enfatizando que o psicólogo desempenha um papel educativo crucial ao fornecer informações precisas e orientações práticas para a família e os cuidadores sobre o Alzheimer, seus sintomas e o que esperar à medida que a doença progride. Isso não apenas ajuda a reduzir o estigma associado à doença, mas também melhora o planejamento de cuidados.

À medida que a doença avança, o psicólogo continua a desempenhar um papel ativo, monitorando de perto a condição do paciente e fazendo adaptações nas estratégias de tratamento. Isso garante que o cuidado seja sempre personalizado e eficaz, proporcionando suporte tanto ao paciente quanto à família ao longo de todo o processo de enfrentamento do Alzheimer.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que, a promoção da qualidade de vida em pacientes idosos com Alzheimer é uma tarefa complexa que requer abordagens especializadas da psicologia,pois os profissionais dessa área desempenham um papel fundamental ao oferecer suporte emocional, cognitivo e comportamental, não apenas para os pacientes, mas também para seus familiares e cuidadores.

Logo, faz-se necessário a formação técnica do psicólogo, uma vez que, esta formação inclui uma base sólida em psicopatologia, neuropsicologia e gerontologia, permitindo uma compreensão profunda das complexidades do Alzheimer e o desenvolvimento de estratégias terapêuticas personalizadas. Além disso, a especialização em gerontologia fornece o conhecimento necessário para lidar com as complexas questões relacionadas ao envelhecimento. E ainda, a neuropsicologia é importante na avaliação das funções cognitivas afetadas pela doença, permitindo um diagnóstico precoce e um acompanhamento mais preciso.

Para tanto, considerando a complexidade da Doença de Alzheimer, diversas abordagens terapêuticas, como a estimulação cognitiva, a terapia comportamental, a terapia de reminiscência e a psicoeducação, são empregadas para manter ou melhorar as funções cognitivas, lidar com comportamentos desafiadores e estimular a comunicação e a identidade dos pacientes. Além disso, intervenções como a musicoterapia, atividades físicas, reabilitação cognitiva, terapia ocupacional e terapia artística também são úteis para promover a saúde mental e a qualidade de vida dos pacientes.

Portanto, conclui-se que, o psicólogo desempenha um papel central na promoção da qualidade de vida de pacientes idosos com Alzheimer, oferecendo um cuidado integral e compassivo que melhora significativamente o bem-estar dos pacientes e suas famílias.Sua atuação abrange não apenas o paciente, mas também sua rede de apoio, fornecendo informações precisas e orientações práticas para enfrentar os desafios dessa doença neurodegenerativa.

REFERÊNCIAS

[1] BATISTA, L; KUMADA, K. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC),** IFSP. Itapetininga, v. 8,ed.021029, p. 1-17, 2021.

[2] BROTTI, B; VENDRAMETTO, D; SILVA, F; ASSUNÇÃO, H E SANTOS, M. Psicologia e alzheimer: contribuições do psicólogo no tratamento de idosos. **Revista Terra & Cultura:Cadernos de Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 36, n. 70, p. 111-116, jul. 2020. ISSN 2596-2809. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1282>.Acesso em: 22 ago. 2023.

[3] CAMÕES, C.; PEREIRA, F. M.; GONÇALVES, A. Reabilitação na doença de Alzheimer. **Psicologia Pt, Lisboa**, p. 1-20, set. 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0244.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2023

[4] CASAL, E.**Os fenômenos mais esquisitos da memória**. A mente é maravilhosa, 2013.Disponível em:<https://amenteemaravilhosa.com.br/os-fenomenos-esquisitos-da-memoria/>. Acesso em: 08 mai. 2023

[5] CÔRREA, S. E. S.; SILVA, D. B.da; Abordagem Cognitiva na Intervenção Terapêutica Ocupacional com Indivíduos com Doença de Alzheimer. **Rev. Bras. Curitiba**, p.463-474,2009. Disponível em: Acesso em: 08 de Maio de 2023.

[6] DALGALARRONDO, Paulo. A memória e suas alterações. In: DALGALARRONDO, Paulo.Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.2. ed. Porto Alegre: Artmed,2008.Cap. 15. p. 148-149

[7] DE LA RUBIA ORTÍ, J. E., GARCÍA-PARDO, M. P., IRANZO, C. C., MADRIGAL, J. J. C.,CASTILLO, S.S., ROCHINA, M. J.; GASCÓ, V. J. P. (2018). Does Music Therapy Improve

[8] AnxietyandeDepression in Alzheimer'sPatients? **The Journal of Alternative and Complementary Medicine,** v.24(1), p. 33-36, 2016.

[9] ERRETEGUI, Camila. **Acompanhamento psicológico aos principais cuidadores familiares de idosos com diagnóstico de Alzheimer a partir da Terapia de Aceitaçãoe Compromisso e Mindfulness.** Trabalho de Conclusão de curso (Psicologia).Universidade de Belgrano. Buenos Aires, 2023.

[10] FERREIRA, J.V.G.S.; ESTEVES, A.P. Doença de Alzheimer: os desafios do cuidado. **Revista de Medicina de Família e Saúde Mental**, v.2, n.1, 2020.

[11] FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão (1927)**. Obras completas, v. 17, 1996.

[12] GIL, Roger. **Neuropsicologia das Demências**. In:Neuropsicologia.2. ed. São Paulo: Editora Santos, 2005. Cap. 16. p. 214-238.

[13] HAUSMANN, Camila. **Atendimento a idoso com doença de Alzheimer e Demências similares realizado pelo serviço de atendimento móvel de urgência**. 2021. Trabalhode Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

[14] HENRIQUES, J.J.; MELO, D.M.de. A reabilitação neuropsicológica e o diagnóstico Doençade Alzheimer: uma revisão narrativa da literatura. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, Juiz deFora, v. 5, n. 9, p.159-177, jan./jun. 2023.

[15] KAMADA, M; CLEMENTE, J; MONTEIRO, A; BARROS, L; HELENE, A; MORATO, D.Correlação entre exercício físico e qualidade de vida em pacientes com doença de Alzheimer**.Revista Sociedade Brasileira De Clínica Médica**, v.16, São Paulo, p.119 –122, abr – jun, 2018.

[16] LIMA, Juliane Silveira. Envelhecimento, demência e doença de Alzheimer: o que a psicologia tem a ver com isso? **Revista de Ciências Humanas**, n. 40, p. 469-489, 2006.

[17] LIZARRAGA-CIA, Alicia; VÁZQUEZ-CALATAYUD, Mónica. Paciente com Alzheimer em fase moderada e sua família: análise bibliográfica de um caso clínico. **Gerokomo,** v. 32, n.3, p. 172-177, 2021.

[18] LOURINHO, B; RAMOS. O envelhecimento, o cuidado com o idoso e a doença de Alzheimer. **Enciclopédia Biosfera – Centro Cientifico Conhecer**. Goiânia, v16, n.30,p.723 – 739, 2019

[19] MADUREIRA, Bruna Guimarães, etal. Efeitos de programas de reabilitação multidisciplinar no tratamento de pacientes com doenças de Alzheimer: uma revisão sistemática. **Cad.Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, p. 222-232, Jun 2018.

[20] MATOS, Dalton Ferreira etal. Caracterização epidemiológica da mortalidade por Alzheimerno Brasil entre 2010 a 2019. **Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento,** SãoPaulo, v.10, n.11, p. 1-8, 2021.

[21] MATTOS, Emanuela Bezerra Torres; KOVACS, Maria Júlia. Doença de Alzheimer: a experiência singular dos cuidadores familiares. **Psicologia da USP** , v. 31, 2020.

[22] MERTINS, Hellen Lucas et al. ALZHEIMER E SUA RELAÇÃO COM A DEMÊNCIA NA POPULAÇÃO IDOSA. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8,n. 1, p. 208-216, 2020.

[23] MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; DA SILVA,Ana Lucia Andrade. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,v. 19, n. 3, p. 507- 519, 2016

[24] MONTIEL, José Maria etal. Testes do desenho do relógio e de fluência verbal**:** contribuição diagnóstica para o Alzheimer. **Psicologia: teoria e prática**, v. 16, n. 1, p. 169-180, 2014.

[25] MOREIRA, S. V; JUSTI, F. R. dos R; MOREIRA, M. Intervenção musical pode melhorar a memória em pacientes com doença de Alzheimer?Uma Revisão Sistemática. **Dementia&Neuropsychologia**, v. 12, n. 2, p. 133-142, 2018.

[26] MORENO, L.D., et al. Avaliação neuropsicológica em idosos com Alzheimer. **VI Congresso Internacional de envelhecimento humano,** n.7, 2019.

[27] NASCIMENTO, Hellen Guedes do; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos. Demência, familiares cuidadores e serviços de saúde: o cuidado de si e do outro**. Ciência & Saúde Coletiva**, v.24, p. 1381-1392, 2019.

[28] NUNES, H.P.; FRANCISCO, A.L. Doença de Alzheimer em idosos e a importância da psicologia numa perspectiva de abordagem cartográfica: uma revisão da literatura. **EditoraRealize**, v.179, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2022/TRABALHO_EV179_MD1_ID961_TB685_23062022092819.pdf>. Acesso em: 01 set 2023.

[29] O QUE É ALZHEIMER, **Associação Brasileira de Alzheimer**. Disponível em https://abraz.org.br/sobre-alzheimer/o-que-e-alzheimer/. Acesso em 28 set. 2022.

[30] OLIVEIRA, D.E.S.D. de et al. Possíveis aportes da Psicologia para o Tratamento da Doença de Alzheimer. **Journal of Research in Humanities and Social Science**, v.9, n.8, p.16-24, 2021.

[31] OLIVEIRA, W. da S.; LIMA DA SILVA, T. B. Centro-dia para idosos e psicoeducação: intervenções no grupo de profissionais cuidadores e na sua relação com as pessoas idosas. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 89–109, 2020. DOI: 10.23925/2176-901X.2020v23i3p89-109. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/51344. Acesso em: 5 set. 2023.

[32] ORTIZ, Karin Zazo et al. Alterações de linguagem na fase moderada da demência na doença de Alzheimer. **Arquivos Neuropsiquiátricos**, v. 79, p. 283-289, 2021.

[33] PIPINO, Mariana Viviane Ferreira. **Alzheimer, psicologias, discursos: alguns apontamentos.** 2022. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

[34] PRIGATANO, G.P. Aprendendo com nossos sucessos e fracassos: reflexões e comentários sobre a reabilitação cognitiva: como é e como pode ser. **Jornal da Sociedade Internacional de Neuropsicologia**, 3(5):497-499, 1997.

[35] RIBEIRO, Brenda Alves da Mata. **A Contribuição da Reabilitação Neuropsicológica em Idosos na prática Terapêutica Ocupacional**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

[36] RODRIGUES, T; CASTRO, A; CONCEIÇÃO, T; LEITE, J; FERREIRA, V; FAUSTINO, A. Impacto da Doença de Alzheimer na qualidade de vida de pessoas idosas: revisão de literatura**. Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health,** Brasília, v.12 n.4, p.1 – 8, 2020.

[37] ROUBAL, Jan. Depression – A Gestalt theoretical perspective**. British Gestalt Journal,** v.16, n. 1, p. 35, 2007.

[38] SANTA'ANA, N; et al. Terapia antiamiloide: uma nova estratégia para tratamento da doença de Alzheimer. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd**. v. 16. n. 2, p 127 – 131, 2018.

[39] SANTOS, C E CARDOSO, C. Efeito da suplementação de ômega 3 isolado ou associado em pacientes com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática da literatura científica. **HU Revista,** v. 45, n. 4, p. 452-464, 2019.

[40] SILVA, D. da. Alzheimer: fatores de riscos para a incidência da doença em idosos e a atuação do psicólogo neste contexto. **Renovare**, v.2, n.7, 2020. Disponível em: <http://book.ugv.edu.br/index.php/renovare/article/view/226>. Acesso em: 01 set 2023.

[41] SILVA, L. E SOUZA, M. Os transtornos neuropsicológicos e cognitivos da doença de Alzheimer: a psicoterapia e a reabilitação neuropsicológica como tratamentos alternativos. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, jan. - jun.,2018.

[42] SILVA, MICHELE MARIA DA; OLIVEIRA, GUILHERME SARAMAGO DE E SILVA, GLÊNIO OLIVEIRA DA**.** A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos**. Revista Prisma,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

[43] SOUZA, E; SILVA, T; SILVA; NASCIMENTO, M; ALENCAR, M; FEITOSA, A. Dificuldades encontradas pelos cuidadores de idosos com Alzheimer. **Brazilian J Prod Eng,** p. 216 –224, 2020. Disponível em https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/32945. Acesso 08 mai. 2023.

[44] VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 1929-1936, 2018.

[45] World Health Organization (WHO). Demência. Acesso em 08 mai 2023.

CAPÍTULO

06 Adicção de aparelho celular na adolescência

Raquel Marinho, Rosemary de Castro

1. INTRODUÇÃO

O uso de aparelho celular se tornou algo rotineiro de diversas pessoas, principalmente pelo seu uso voltado para o compartilhamento de informações. A comunicação passou a ser uma ferramenta que estabelece laços psicossociais entre pessoas dos diversos continentes, por meio da rede global de internet que unifica todas as pessoas através de uma tela de aparelho celular.

Sendo assim, o consumo de aparelhos celulares se tornou algo imprescindível, visto que permite a aproximação de pessoas, compartilhamento de ideias, informações, imagens, vídeos e acesso facilitado ao entretenimento (DIAS et al., 2021).

No Brasil estima-se que 22 milhões de pessoas ficam conectadas diariamente através de aparelhos celulares. Contudo, contradizendo as expectativas voltadas para a função de compartilhamento de informações e desenvolvimento de relacionamentos, diversos adolescentes conseguiram caminhar para outra trilha, como de jogos virtuais que propiciaram o vício dos adolescentes para ficarem até altas horas conectados (Zancan; TONO, 2018).

Com isso, esses indivíduos deixam de se entreter com atividades ao ar livre e com pessoas próximas, passando a valorizar as relações com pessoas distantes e detrimento das relações físicas com pessoas próximas, como amigos e familiares. O descontrole do tempo na frente das telas trouxe a preocupação da adicção de adolescente ao uso desenfreado do aparelho celular (Souza; Da Cunha, 2019).

Aos poucos os números voltados para a adicção de adolescentes ao aparelho celular foram aumentando ao ponto de se apresentar como um quadro de saúde pública mundial. A quantidade de adolescentes que passaram a apresentar dificuldades na interação e também passaram a desenvolver transtornos que envolvem o uso do aparelho celular aumentou gradativamente nos últimos anos (Dias et al., 2021).

Percebe-se, portanto, que o contato direto com o mundo virtual que o aparelho celular proporciona acaba conduzindo o adolescente a uma outra realidade paralela, fazendo com que ele tenha menos contato com o seu mundo real.

A partir dessas indagações busca-se a melhor compreensão sobre o assunto de grande relevância que deve ser tratado com responsabilidade e de forma seria, a fim de evitar o desenvolvimento de transtornos e sofrimento psíquico dos adolescentes.

E por fim, estabeleceu-se como objetivo geral discutir a adicção do uso de aparelhos celulares por adolescentes. Para alcançar esse objetivo a pesquisa inicialmente levantou as consequências do uso contínuo do aparelho celular por adolescentes e dando ênfase as principais alterações psicológicas que afetam a vida social do adolescente a

partir da dependência do aparelho celular. Por fim, apresentou-se sobre a contribuição da psicologia no tratamento de adolescentes com a adicção ao uso aparelho celulares.

2. PERCURSO METODOLOGICO

Os procedimentos metodológicos são etapas que são realizadas para que possam ser encontradas as respostas voltadas para as questões norteadoras que envolvem uma problemática. Por isso que Marconi e Lakatos (2017) destacam que uma pesquisa refere-se a um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir fatos novos ou dados, relações e leis, em qualquer campo do conhecimento.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, no qual não se baseia em gráficos ou quantidades de uma determinada amostra, mas o seu foco envolve comportamentos e resultados a partir de uma prática executada (Bell, 2016).

Esta pesquisa possui fins descritivos. Com isso, pode-se afirmar que a pesquisa descritiva é um estudo que procura determinar um status, que envolve opiniões e projeções nas respostas obtidas. A sua principal premissa é de que os problemas podem ser resolvidos quando aplicados uma solução prática ou que podem ser realizadas determinadas melhorias dentro de algum processo ou atividade, conforme a descrição e análise de observações diretas (Aquino, 2017).

Trata-se de uma pesquisa que foi realizada a partir da consulta de banco de dados Scielo, Google Acadêmico e LILACS. Utilizando-se como descritores “adicção”, “adolescentes” e “aparelho celular”.

Como critérios de inclusão estabeleceram-se o período das publicações, 2016 a 2023, o idioma português brasileiro, que estejam voltados para o objetivo da pesquisa.

Em contrapartida, foram descartados todos os estudos que possuem mais de 07 anos de publicação, pertencentes à idiomas estrangeiros, que não estejam voltados para a resposta das perguntas norteadoras.

A partir da análise realizada foram selecionados 19 estudos, publicados no período de 2018 a 2022, nos idiomas português e inglês. No decorrer da a leitura, foram identificados pontos convergentes e divergentes entre eles e com base nessas percepções foram relacionados 10 estudos tidos como norteadores desse estudo.

3. RESULTADOS

Após feita a análise das publicações relativas ao assunto, chegou-se ao número de 32 estudos e com isso, elaborou-se o quadro 1, no qual se faz um resumo dos resultados encontrados pelos autores dos referidos estudos, assim como se identifica, os memos, o título da publicação, os objetivos e os resultados.

Em seguida faz-se a contextualização na forma de discussão dos resultados, ocasião que se complementa com outros autores.

Quadro 1 Quadro Analítico de Autores

Autores	Ano	Título	Tipo de Estudo	Resultados
MORILLA, Jéssica Leitão et al.	2020	Nomofobia: uma revisão integrativa sobre o transtorno da modernidade	Revisão de Literatura	Foram observadas características psicológicas, como ansiedade, sensação de solidão e dependência do uso do celular. Além disso, foram consideradas questões sociodemográficas, como idade, gênero e nível de escolaridade. Esses fatores tiveram impacto tanto na qualidade de vida quanto no desempenho das tarefas.
ESPER, Marcos Venicius	2021	Nomofobia, Adolescência E Distanciamento Social	Revisão de Literatura	Durante períodos de confinamento e distanciamento social, é comum surgirem sentimentos de ansiedade, preocupações e tédio, principalmente devido às restrições nas opções de entretenimento. Esses elementos podem levar a um aumento na dependência de dispositivos celulares, o que, por sua vez, aumenta a probabilidade de desenvolver sintomas de nomofobia.
FINOTTI, Mariane Barbosa et al.	2019	Correlação entre a dependência do smartphone na adolescência e alguns transtornos psiquiátricos- revisão de literatura	Revisão de Literatura	As pessoas que sofrem de nomofobia têm uma maior propensão a apresentar transtornos psiquiátricos. No entanto, muitas vezes é difícil determinar se os transtornos mentais são fatores de risco para a dependência do smartphone, ou se o uso excessivo do dispositivo pode aumentar as chances de desenvolver uma desordem psiquiátrica. As causas e consequências da relação entre a dependência do smartphone e os transtornos mentais podem ser complexas e ainda não estão completamente compreendidas. É necessário realizar mais pesquisas para entender melhor essa relação e identificar os mecanismos subjacentes envolvidos.
SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiam Tamar Gomes	2017	Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais	Revisão de Literatura	Entre os principais resultados, destacam-se os seguintes aspectos: Conflitos familiares; Predominância de relações superficiais e uma falsa sensação de intimidade; Dificuldades de aprendizagem causadas pela dependência excessiva da internet; Transtornos de ansiedade e déficit de atenção, que podem ser desencadeados ou agravados pelo uso abusivo de dispositivos eletrônicos e pela falta de limites no uso da internet.
ZANCAN, Cássia Rejane Balvedi; TONO, Cineiva Campoli Paulino	2018	Hábitos dos adolescentes quanto ao uso das mídias digitais	Revisão de Literatura	O prognóstico revela motivos de preocupação e a necessidade urgente de conscientizar a sociedade sobre os impactos biopsicossociais do uso das tecnologias digitais. Essa conscientização é crucial para que as pessoas compreendam os efeitos negativos potenciais do uso excessivo de dispositivos eletrônicos e da dependência da internet em sua saúde física, mental e social.
SOUZA, Adriellen Fernandes de; MIRANDA, Ana Clara de Oliveira	2018	Os problemas causados pelo uso excessivo de smartphones	Revisão de Literatura	O uso desenfreado pode causar ansiedade, pânico, depressão e nomofobia (medo de ficar fora do meio digital).
SIQUEIRA, Alessandra Cardoso; FREIRE, Claudia de Oliveira	2019	A influência da tecnologia no desenvolvimento infantil	Estudo de Corte Tranversal	É importante ressaltar que alguns indivíduos já apresentam uma dependência moderada em relação ao uso de tecnologias, o que pode ter um impacto negativo em duas habilidades sociais específicas: afetividade e responsabilidade das crianças. Essa dependência pode afetar a capacidade das crianças de demonstrar afeto de maneira adequada e comprometer sua responsabilidade em relação a tarefas e obrigações diárias.
MAZIERO, Mari Bela; DE OLIVEIRA, Lisandra Antunes	2017	Nomofobia: uma revisão bibliográfica	Revisão Bibliográfica	Estudos pioneiros realizados no Brasil têm revelado que o uso das tecnologias digitais influencia diversos aspectos da vida cotidiana, desde a forma como as pessoas se relacionam até a maneira como trabalham.
BRAGA, Letícia Rodrigues; SENE, Arthur Siqueira	2017	Dependência Tecnológica Em Idade Escolar	Revisão de Literatura	Observa-se a necessidade de os mediadores fornecerem opções que utilizem a tecnologia, a fim de orientar os alunos sobre os aspectos positivos e negativos oferecidos pelo meio tecnológico. Isso contribuirá para reduzir dependências e problemas decorrentes dessas tecnologias, ao mesmo tempo em que se aproveitam seus recursos para melhorar o processo de aprendizado.

Quadro 1 Quadro Analítico de Autores (continuação)

Autores	Ano	Título	Tipo de Estudo	Resultados
SOUZA, Karlla; DA CUNHA, Mônica Ximenes Carneiro	2019	Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura	Revisão de Literatura	Existem conexões entre a dependência tecnológica e a saúde mental de adolescentes e jovens. Além disso, é evidente que as redes sociais virtuais podem agravar problemas sociais e ter grandes repercussões na vida de qualquer indivíduo, incluindo ansiedade, depressão e dependência.
NOE et al.	2019	Identifying indicators of smatphone addiction through user-app interation.	Estudo de Corte Transversal	O vício em smartphones do usuário se correlaciona significativamente com altos níveis de interação com aplicativos de estilo de vida, especialmente para usuários do sexo feminino. As interações com aplicativos sociais em geral também foram associadas ao vício em smartphones. Em particular, as interações dos usuários com o Snapchat correlacionaram-se com o vício em smartphones, representado em todos os tipos de interação de interface.
KHOURY et al.	2019	Bad choices make good stories: the impaired decision-making process and skin conductance response in subjects with smatphone addiction	Estudo de Corte Transversal	Os dependentes de smartphone apresentaram perfil de prejuízo na tomada de decisão sob ambiguidade, sem prejuízo na tomada de decisão sob risco.
COCORADÃ et al.	2018	Assessing the smartphone addiction risk and its	Revisão de Literatura	O número de horas de utilização do smartphone, a sua utilização generalizada, as atitudes positivas face ao mesmo e a ansiedade sem tecnologia medeiam a relação entre traços de personalidade e o risco de dependência.
SALES; SILVA; LIMA	2018	Adaptação da escola de uso compulsivo de internet para avaliar dependência de smartphone	Estudo de Corte Transversal	Estudo apresenta um nível exploratório através da indicação da EDS indicando parâmetros psicométricos de dois contextos distintos de dependência por aparelho celular.
PINHEIRO e PINHEIRO	2021	O uso do celular em tempos de pandemia – uma análise da nomofobia entre jovens	Estudo qualitativo explicativo	Pesquisa realizada com adolescentes através do *Google Forms* via *Whatsapp*. Evidenciou-se mudanças psicológicas e comportamentais nos indivíduos durante o período de isolamento em casa.
MACÊDO et al	2021	Ubiquidade na palma da mão: as potencialidades do uso do smartphone para estudantes de Pedagogia	Estudo de caso	Foram analisadas a utilização do smartphone por estudantes com o objetivo de identificar os possíveis usos educacionais deste artefato e refletir sobre sua apropriação na educação formal.
DENG et al.	2018	Medindo o uso do smartphone e a alternância de tarefas com rastreamento de registros e autorrelatos	Estudo de Corte Transversal	Os resultados mostram que, em média, os participantes passaram 2 horas e 39 minutos em seus smartphones e fizeram 101 trocas de aplicativos por dia. Entre outras descobertas, as redes sociais foram a categoria de aplicativos mais utilizada, a idade foi um fator demográfico significativo e os participantes, especialmente os usuários frequentes de smartphones, superestimaram o uso de aplicativos móveis. Implicações teóricas e práticas dessas descobertas são discutidas.
ORTEGA , CORSO e MOREIRA	2020	Dependência de smartphone: investigando a realidade de uma prestadora de serviço do sistema "S"	Estudo descritivo	Foram observados os impactos do uso do s*martphone* através de entrevistas, danos físicos e psicológicos, como a ansiedade que é gerada pela dificuldade de concentração.
TEIXEIRA et al.	2019	Nomofobia: os impactos psíquicos do uso abusivo das tecnologias digitais em jovens universitários	Estudo de Corte Transversal	Estudo voltado para a análise sobre o desconforto ou ansiedade causada pela não disponibilidade de um telefone celular.
CASTELLON et al.	2022	Aspectos psicológicos da dependência de smartphone no contexto da pandemia de Covid-19	Estudo de caráter descritivo e quantitativo	Estudo evidenciou que cerca de 47.7% dos participantes apresentam uso compulsivo e restrito, isolamento sócio-emocional, alterações do humor, no sono e na execução de tarefas.
PORTUGAL; SOUZA	2020	Uso das redes sociais na internet pelos adolescentes: uma revisão de literatura	Revisão de literatura	Constata-se mudanças psicológicas que alteram a forma do adolescente se comportar perante a família e os amigos. Entende-se também que a atenção especial possui vários atores que estão relacionados, tanto o Estado, quanto a família, psicólogos, estão envolvidos na conscientização do uso do aparelho celular.

Quadro 1 Quadro Analítico de Autores (continuação)

Autores	Ano	Título	Tipo de Estudo	Resultados
LOPES et al.	2022	O papel da dependência	Estudo de Corte Transversal	O estudo evidencia que embora não se tenha atualmente uma perspectiva definitiva sobre como controlar tal uso, um primeiro passo é aprofundar a compreensão sobre a nomofobia, investigando os principais correlatos e preditores do comportamento de dependência do smartphone.
ANDRADE et al.	2022	Uso excessivo de internet e smartphone e problemas emocionais em estudantes de psicologia e psicólogos.	Estudo de Corte Transversal	Estudo realizado para avaliar a prevalência de dependência de internet/aparelho celular, destacando os principais preditores ou problemas emocionais/psicológicos presentes em estudantes de psicologia.
VASCONCELOS ; AL-AOUAR	2022	Smarthphone que não liga: o uso e a dependência do celular por gestores de uma grande empresa	Estudo de caráter descritivo e quantitativo	Todo o estudo evidencia quatro paradoxos relacionados ao uso de aparelhos celulares, nos quais pode-se citar: controle/caos, liberdade/escravidão. Independência/isolamento.
SANTOS e DIAS	2021	A dependência de Internet como risco para integridade da saúde física e mental e crianças e adolescentes	Pesquisa bibliográfica	A exposição prolongada traz prejuízos mentais para os adolescentes. Discrimina-se a dependência devido ao envio constante de mensagens por redes sociais.
Souza e Cunha	2017	Nomofobia: o vazio existencial	Estudo de caráter descritivo e qualitativo	Estudo evidenciou que a dependência em aparelho celular causa efeitos como transtornos psicológicos e /ou psiquiátricos.
LINDENBERG et al.,	2022	Eficácia da intervenção baseada na terapia cognitivo-comportamental na prevenção de transtornos de jogos e transtornos não especificados por uso da internet em adolescentes: um ensaio clínico randomizado em grupo.	Estudo de Corte Transversal	Participaram adolescentes 422 alunos de 12 a 18 anos pertencentes a 33 escolas. No qual foi realizada uma intervenção PROTECT, em grupo, baseada na terapia cognitivo-comportamental.
Nascimento	2020	A psicoterapia e sua contribuição para o tratamento da pessoa com dependência química	Pesquisa bibliográfica	A psicoterapia pode contribuir para o tratamento de pessoas com dependência química e a mesma abordagem pode ser adaptada para outros tipos de adicção, de maneira que o terapeuta possa contextualizar a prática terapêutica na perspectiva fenomenológica existencial na compreensão do sujeito contemporâneo.
SILVA; SILVA	2023	Como a psicoterapia de grupos pode auxiliar no tratamento de pacientes dependentes químicos	Revisão bibliográfica	A terapia em grupo não é algo novo no campo do tratamento psicoterapêutico, e na atualidade, considerando-se os casos de adoecimento humano, as novas formas de dependência colaboram para o surgimento de novos transtornos mentais.
LEMES; NETO	2017	Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde	Revisão bibliográfica	A psicoeducação é uma técnica que relaciona os instrumentos psicológicos e pedagógicos com o objetivo de ensinar os pacientes sobre a patologia física e/ou psiquíquica.
STOQUE et al.,	2016	Tecnologias da informação e comunicação e formação do psicólogo clínico	Revisão bibliográfica	Os profissionais de psicologia são demandados a construírem novos contextos formativos para que possa estar preparado e capacitado para atuar nas áreas que envolvem a tecnologia por causa da demanda que é recorrente.
OLIVEIRA et al	2022	Atuação do psicólogo com familiares de dependentes químicos	Revisão bibliográfica	A família influencia o modo de vida de todos os membros, e que por sua vez afeta o convício familiar, por isso que uma pessoa que é dependente também está relacionada com a psicologia do desenvolvimento individual e familiar.

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. AS CONSEQUÊNCIAS DO USO CONTÍNUO DO APARELHO CELULAR POR ADOLESCENTES

4.1.1. CONSEQUÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

De acordo com o estudo realizado sobre as consequências comportamentais, Morilla et al., (2020) afirmam que os sintomas que surgem nos comportamentos dos adolescentes são semelhantes ao de uma dependência química. Visto que se observa a necessidade do jovem em ficar a todo momento tocando no aparelho celular mesmo que não venha de fato usar para alguma finalidade, mas somente o fato de estar em contato com o dispositivo já causa uma certa "tranquilidade". Nesse mesmo sentido, Esper (2021) no seu estudo definiu um comportamento que evidencia a dependência, que no caso é quando o indivíduo permanece no mínimo uma hora e meia podendo chegar até as dez horas ininterruptas, alcançando 38 horas semanais. Por outro lado, Freire e Siqueira (2019) apontam nos estudos que os adolescentes passam a desenvolver agressividade físicas e verbais. Esses comportamentos são influenciados pelo contato contínuo com conteúdos violentos que estão presentes na internet e em aplicativos, como jogos baixados.

De acordo com Noe et al., (2019) afirma que os adolescentes passam mais tempo conectados por causa do estímulo que uma boa parte dos aplicativos fazem com os usuários, oferecendo recompensas para uma sequência de acessos contínuos, contribuindo com esse comportamento. Outro estudo semelhante realizado por Khoury et al., (2019) afirma que mesmo quando uma alternativa gera recompensas, ela é escolhida mesmo trazendo punições a longo prazo, que por sua vez contribui para o surgimento de comportamentos aditivos. Além disso, estudos realizados por Cocoradã et al., (2018) apresentaram que a falta do contato com o aparelho celular causou abstinência, além da presença de fuga de problemas e um comportamento voltado para o medo de perder o aparelho.

4.1.2. AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

No que se refere às consequências sociais pelo uso do aparelho celular, Maziero e De Oliveira (2017) descrevem o desenvolvimento de ansiedade social, baixa capacidade de enfrentamento, junto com o baixo senso de autoeficácia em adolescentes, além disso também conseguem desenvolver baixa proatividade, com capacidade de obterem relacionamentos sociais empobrecidos. Outro estudo realizado Zangan e Tono (2018) evidenciaram na sua pesquisa que o mundo virtual que os indivíduos da pesquisa adentram, colaboram para o distanciamento familiar, mudando condutas e formas dos mesmos se relacionarem com amigos e familiares. Silva e Silva (2017) também ressaltam o distanciamento do adolescente com as pessoas acontecem por causa da falta de diálogo nas relações, visto que o indivíduo passa a ficar concentrado em interagir com o aparelho celular e não sente necessidade de gerar interações no ambiente real.

No estudo de Pinheiro e Pinheiro (2021) 29% dos adolescentes utilizam o aparelho celular para ficar trocando mensagens pelo aplicativo *whatsapp*, evidenciando-se a interação virtual como uma prioridade. Zancan e Tono (2019) afirmam que a complexa vida dos adultos faz com que os adolescentes criem fantasias virtuais estereotipadas, como uma forma de concordar com a indústria cultural global. Nesse sentido, Sales et al.

(2018) afirmam que os jovens vêm trocando interações sociais e por smartphones, que por usa vez são mundos virtuais, como base para suas relações sociais.

4.1.3. AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

Morilla et al., (2020) descrevem que com o passar do tempo, o indivíduo passa a desenvolver uma fobia de estar sem o aparelho celular, que é chamada de nomofobia. Nesse sentido, Finotti et al., (2019) evidenciam que a maioria dos transtornos psiquiátricos se iniciam durante a infância ou adolescência e se não tratados estendem para fase adulta. Por isso se torna fundamental estabelecer uma relação entre dependência de aparelho celular com a ocorrência de quadros psiquiátricos. Assim, Souza e De Miranda (2018) afirmam que o uso constante de aparelho celular por adolescentes causa alteração no humor, ao estar em constante conexão com o aparelho celular há um aumento da secreção de dopamina trazendo um alívio e prazer a curto prazo.

Pinheiro e Pinheiro (2021) descrevem o surgimento ansiedades, nervosismos e agitação nos adolescentes que tem adicção ao aparelho celular, no qual no estudo apresentado evidenciam que 25,8% dos participantes evidenciaram a necessidade de ficar perto do aparelho celular a todo momento. 32.3% apresentaram sentir medo do aparelho tocar e não conseguirem responder. Bhattacharya et al., (2019) acreditam que existem vários fatores psicológicos para que surja essa adicção por aparelhos celulares, no qual pode-se citar: baixa auto-estima, fobia social, ansiedade e personalidade introvertida. No entanto, a nomofobia (medo de ficar desconectado) colabora para outras condições psicológicas, como transtorno de ansiedade e pânico. Portugal e Souza (2020) afirmam que a compulsão por aparelho celular e ao acesso à internet colabora com o surgimento de transtornos mentais, ansiedade e depressão.

Cordeiro (2020) afirma que o uso do aparelho celular junto com a internet e redes sociais colaboram para o aparecimento de doenças como a depressão, ansiedade e estresse e que causa da nova forma de viver, esses sintomas foram maiores durante a pandemia que é quando adolescentes tiveram que viver em isolamento social. Deng et al., (2019) afirmam que o tempo que passam usando o aparelho celular é maior que o que é vivido na realidade que atua diretamente na percepção e na memória dos indivíduos. Ortega, Corso e Moreira (2020) no estudo realizado evidencia a necessidade de ter um autocontrole do uso do *smartphone* mas é importante que exista um equilíbrio entre o tempo de usar por causa da ansiedade que é gerada no indivíduo.

De acordo com Lopes et al., (2022) as alterações psicológicas mais frequentes com quem tem dependência em aparelho celular colaboram com o surgimento de problemas no desenvolvimento de cognições e emoções disfuncionais, desencadeando com isso a depressão, ansiedade e ideação suicida. Nesse sentido, Andrade et al., (2021) nos estudos levantados evidenciaram casos de ansiedade, depressão, estresse e menos satisfação com a vida nos adolescentes participantes da pesquisa. Principalmente com o público estudante que usam o smartphone para realizar pesquisas ou tarefas diárias acadêmicas.

4.2. ALTERAÇÃO PSICOLÓGICA QUE AFETA A VIDA SOCIAL DOS ADOLESCENTES

Souza e Da Cunha (2019) descreve o surgimento de sintomas tais quais: narcisismo, pois passa-se a ter uma busca constante pela perfeição da própria imagem. Os mesmos autores ainda comentam que há desenvolvimento do toque fantasma, que é

quando a pessoa tem a sensação que recebeu uma notificação ou que esteja tocando, sem que de fato realmente esteja apresentando esses sinais. Nesse sentido, Silva e Silva (2017) evidenciaram que a adicção de adolescentes com aparelhos celulares faz com que o indivíduo desenvolva narcisismo, isolamento social, depressão, ansiedade e dependência social. Os mesmos autores discriminam ainda que no campo cognitivo, a quantidade de informações que são descarregadas no adolescente pode ocasionar transformações biológicas que se apresenta como sobrecarga cognitiva ao invés de trazer conhecimento. No estudo sobre o assunto Macedo (2018) discriminou que a maioria dos dependentes possuem um padrão de sono com duração menor que os indivíduos que não possuem dependência do uso do aparelho celular. Além disso 74,2% dos participantes afirmam que logo que acordam a primeira coisa que fazem é utilizar o aparelho celular, essa abstinência gera efeitos negativos na forma do adolescente se relacionar com a família (Macêdo, 2018).

Teixeira et al., (2019) descrevem que para os jovens e adolescentes a vida virtual se faz mais presente do que a vida real, no qual o indivíduo se isola criando sua "realidade virtual" abandonando o círculo de amizades, passando a ter um hábito de ter pouco contato face-a-face com pessoas humanas, escolhendo se relacionar com a tecnologia. Nesse sentido, Castellon et al., (2022) afirmam que essa característica deixa o adolescente mais vulnerável a transtornos psiquiátricos relacionados a comportamentos aditivos, trazendo além de problemas de se relacionar com outras pessoas, dificuldades conjugais, profissionais, educacionais, físicas e mentais. Os mesmos autores afirmam ainda que como os dispositivos estão propensos a perdas, danos, prejuízos, enquanto isso acontece o adolescente entra em profundo pesar por sentir que está faltando uma parte do seu corpo. Ciclos de abstinência que afetam o humor e o convívio com a família podem aparecer e tornar o ambiente familiar hostil por causa da forma como as alterações psicológicas podem influenciar também no comportamento da pessoa (Portugal; De Souza, 2020).

No estudo realizado por Andrade et al., (2022) todos os participantes que tinham dependência por internet/aparelho celular apresentavam algum sintoma psicológico, tais quais: depressão, ansiedade e estresse. Dessa mesma forma, Vasconcelos e El-Aouar (2022) discrimina que saber contornar a situação de dependência com afeitos psicológicos é considerado como um desafio porque afeta a forma de se relacionar, mas que por ser uma ferramenta necessária no trabalho, precisa ser um desafio a ser superado. Santos e Dias (2021) ressaltam que a dependência do aparelho celular está relacionada com o que os adolescentes mais estão desprendendo suas atenções, pode ser jogos, contato, redes sociais, nomofobia. Os mesmos afirmam ainda que essa adicção por sua vez atrapalha a evolução da realidade e das relações sociais dos adolescentes, passando-se a ficar também dependente de mensagens contínuas propiciando o indivíduo passar menos tempo com a família, amigos e fazendo lições de casa.

Souza e Cunha (2017) afirmam que esse tipo de dependência ocasiona em uma fuga da realidade por parte do adolescente, no qual o mesmo experimenta um vazio existencial, dando espaço para a ansiedade e fobias. Maziero e De Oliveira (2017) discrimina pode acontecer uma antecipação de uma situação agorafóbica, trazendo sentimentos parecidos com ataques de pânico e por isso, para evitar essas sensações o adolescente busca estar a todo momento com o aparelho conectado, enquanto que as interações sociais se tornam enfraquecidas, restando isolamento. Souza e Cunha (2017) discriminam que a dependência em aparelho celular por parte do adolescente é resultante da falta de propósito de vida, no qual dá espaço para que o adolescente desenvolva alguns

transtornos por causa da luta interna que acontece ao ficar dependente do aparelho celular, ao prazer que o mesmo proporciona.

4.3. CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DOS ADOLESCENTES ADICTOS AO CELULAR

Com relação a contribuição da psicologia para auxiliar no tratamento dos adolescentes que possuem essa dependência de aparelho celular, Nascimento (2017) afirma que o uso da psicoterapia se apresentou viável para trabalhar a dependência, visto que o terapeuta irá trabalhar com entrevistas iniciais psicoeducacionais para que supostas dúvidas possam ser esclarecidas. Nesse sentido, Silva e Silva (2023), ressaltam que a psicoterapia em grupo colabora para a construção de um ambiente seguro e acolhedor que ajuda o adicto a desenvolver habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Os autores evidenciam ainda utilizar a liberdade de escrita para a expressão de ideias e reflexões críticas são relevantes para serem usados pela psicologia clínica. Nesse tocante, Silva et al., (2018) discrimina que pode ser utilizada a Terapia Cognitiva-Comportamental (TCC) para auxiliar no comportamento desaptativo do sujeito, no sentido de encontrar respostas para a adicção do adolescente.

Lindenberg et al., (2022) evidenciou no seu estudo que a TCC, sendo realizada através de 4 sessões por psicólogos treinados durante 12 meses, no qual conseguiram alterar o comportamento e outras mudanças no processo de recompensas viciantes, atuando também diretamente no mecanismo cognitivo patológico denominada como intervenção PROTECT. Por sua vez, Finotti et al., (2019) evidenciam a atuação de uma intervenção comportamental para colaborar com o controle do uso de aparelhos celulares e ainda indica que os pais desses adolescentes busquem participar de Grupo de Orientação (GO), para trocar experiências e conhecimentos de vida com outros pais, isso porque os adultos psicologicamente estáveis conseguem repassar mais tranquilidade para os adolescentes.

Por outro lado, pode-se usar também da psicopedagogia, como afirma Esper (2021) no seu estudo que evidenciou a atuação da psicologia através da psicopedagogia, no qual o profissional psicopedagogo pode criar atividades com o adolescente no qual o foco é nas necessidades educacionais especiais desse indivíduo, que envolve o campo social, emocional em convivência social, direcionado para os quadros comportamentais utilizando-se de oficinas. Dessa maneira, as oficinas, para essa finalidade, não deixam de ser uma intervenção terapêutica. Lemes e Neto (2018) aplicaram a psicoeducação em pacientes com transtornos mentais e evidenciaram um aumento de 80% nas atitudes positivas dos pacientes, podendo ser utilizados vídeos, áudios e panfletos para trazer conscientização e conhecimento para os pacientes.

No tocante do preparo do profissional para atuar nesse ramo, Stoque et al., (2016) descrevem que é preciso que o psicólogo busque sempre estar capacitado e preparado para as novas doenças que surgem a cada momento por causa do contato com a tecnologia, em vista disso precisa estar em contínua capacitação. Oliveira et al., (2022) afirmam que o tratamento de dependência exige do terapeuta capacitação para usar os métodos e as abordagens para usar a TCC de forma eficiente, usando as técnicas de identificação, avaliação e questionamento de pensamentos automáticos (PA), registro de pensamento automático disfuncional (RPD), identificação, avaliação e modificação de crenças, solução de problemas, cartões de enfrentamento, exercício físico, relaxamento, dramatização, tratamento de assertividade e também a psicoeducação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, levando-se em consideração os objetivos discriminados. As consequências relacionadas com o uso contínuo de aparelhos celulares por adolescentes podem causar problemas relacionados ao comportamento, isto é, desenvolvimento de comportamentos agressivos, por causa do contato destes com sites de violência e até conteúdos sexuais. Além disso, se o adolescente passar diversas horas em um determinado jogo virtual que tenha violência como a principal atividade lúdica, este passa a habituar-se com a violência, passando a desenvolver também comportamentos violentos que o próprio jogo ajuda a simular.

Alterações psicológicas também foram evidenciadas pelos estudos, como no caso de desenvolvimento de depressão e até pensamentos suicidas. Estes por sua vez são ocasionados devido a presença de dopamina que é gerada quando o indivíduo passa bastante tempo em contato com o aparelho celular. Ao ficar sem o aparelho, o sentimento de vazio, transtorno de ansiedades, mudanças de humor passam a ser marcantes, até ocasionarem a abstinência.

No campo social, as habilidades sociais ficam comprometidas, visto que o indivíduo passa a se isolar gerando relacionamentos mais estreitos com pessoas que são mais distantes. O contato com a família, amigos e pessoas próximas ficam em segundo plano, resultando no isolamento social que por sua vez colabora para o surgimento de transtornos psicológicos ou mudanças comportamentais, por causa da ausência da convivência e da interação no seu meio social.

No tocante da atuação da psicologia no tratamento da adicção de aparelho celular, ainda não há muitos estudos que evidenciam formas de como controlar o uso de aparelhos celulares, principalmente porque vive-se em constante ascensão tecnológica a todo momento. No entanto, a psicologia pode contribuir é de se aprofundar na compreensão que envolve a nomofobia investigando mais profundamente a mudança dos comportamentos, no sentindo de alertar a sociedade sobre o uso indevido e inadequado do tempo no uso do aparelho celular principalmente no que tange o público adolescente. Diante disso, entende-se que a estratégia mais adequada é a prevenção. Sugere-se para estudos futuros as estratégias voltadas para a prevenção do surgimento da adicção de aparelho celular, não somente pelos adolescentes, mas também para crianças, visto que cada vez mais cedo este público está tendo contado com telas.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, A.L.M.; SCATENA, A.; BEDENDO, A.; MACHADO, W.L.; OLIVEIRA, W.A.; LOPES, F.M.; DE MICHELI, D. Uso de excessivo de internet e smartphone e problemas emocionais em estudantes de psicologia e psicólogos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.40, 2023.

[2] ANDRADE. A.L.M.; SCATENA, A.; BEDENDO, A.; MACHADO, W.L.; OLIVEIRA, W.A.; LOPES, F.M.; MICHELI, D. Uso excessivo de internet e smartphone e problemas emocionais em estudantes de psicologia e psicólogos. **Estudos de Psicologia,** Campinas, v.40, 2023.

[3] BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

[4] BORGES, L; PIGNATARO, T. **NOMOFOBIA**: uma síndrome no século XXI. Seminário, Universidade Federal do Rio Grande do Norte., 2016. Disponível em: https://seminario2016.ccsa.ufrn.br/assets/upload/papers/f958aee198713a85b791aeb8ba99a03 0.pdf. Acesso em: 14 setembro de 2022.

[5] BRAGAZZI, N.L.; DEL PUENTE, G. A proposal for including nomophobia in the new DSM-V. **Psychology Research and Behavior Management,** Genoa, v.7, 2014.

[6] CASTELLON, L.A.S.; DANTAS, F.G.; MELO DE SÁ, L.B.M.; MEDEIROS, L.G.R.; CAVALCANTI, J.B.; SOUZA, R.A.D.C. Aspectos psicológicos da dependência de smartphone no contexto da pandemia de Covid-19. **Research, Society and Development,** v.11, n.11, 2022.

[7] CORDEIRO, K.M.D.A. **O impacto da pandemia na educação: a utilização de tecnologia como ferramenta de ensino**. 2020. Disponível em:< https://dspace.sws.net.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em 13 set 2023.

[8] DENG, T.; KANTHAWALA, S.; MENG, J.; PENG, W.; KONONOVA, A.; HAO, Q.; DAVID, P. Measuring smartphone usage and task switching with log tracking and self-reports. **Mobile Media & Communication**, v.7, n.1, 2019.

[9] DIAS, L.C. et al. **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2021.

[10] FINOTTI, M.B.; BARROS, J.M.; TOLEDO, A.L.S.; FARIA, F.S.; FERREIRA, J.K.S.; DA MATA, A.T.H.; DUTRA, I.M.; PRAVATO, G.T.; BERBERT, L.M.; ROCHA, A.A. Correlação entre a dependência do smartphone na adolescência e alguns transtornos psiquiátricos. Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Surgery and Clínical Research** – BJSCR. V. 25, n.2, dez, 2019.

[11] FUKUMITSU, K.O. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. Revista **Psicologia USP,** v. 25, n.3, 2014.

[12] IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Informações atualizadas sobre tecnologias da informação e Comunicação.** IBGE Educa. 2021. Disponível em:< https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html#:~:text=98%2C2%25%20dos%20estudantes%20da,foi%20de%2087%2C0%25.&text=A%20pesquisa%20revelou%20que%2095,a%20programas%2C%20filmes%20e%20s%C3%A9ries.>. Acesso em 28 agosto 2023.

[13] KHOURY, J.M.; COUTO, L.F.S.C.; SANTOS, D.A.S.; DRUMMOND, J.P.S. SILVA, L.L. et al., Bad choices make good stories: the impaired decision-making process and skin conductance response in subjects with smatphone addiction. **Frontiers in Psychiatry**, 10, art.73, 2019.

[14] KING, A.L.S.; VALENÇA, A.M.; NARDI, A.E. Nomophobia: the mobile phone in panic disorder with agoraphobia: reducing phobias or worsening of dependence? **Cognive and Behavioral Neurology,** Rio de Janeiro, v.23, n.1, 2010.

[15] LEITE, R.J.L.; WELTER, M.M.; BARRETO, L.K.S.; GONÇALVES, D.M.; ROCHA NETO,M.P. É possível sobreviver sem o celular? Uma revisão bibliográfica sobre o tema nomofobia. **Revista Espacios.** V.41, n.3, 2020.

[16] LOPES, B.J.; CERQUEIRA, I.S.; MOIZÉS, H.B.C.; FIGUEIREDO, C.V. O papel da dependência do smartphone na explicação do bem-estar e estresse. **Revista de Psicologia da IMED**. Passo Fundo, v.14, n.1, janeiro-junho, 2022.

[17] LOPES, B.J.L.; CERQUEIRA, I.S.C.; MOIZÉIS, H.B.C.; FIGUEIREDO, C.V. O papel da dependência do smartphone na explicação do bem-estar e estresse. **Revista de Psicologia da IMED.** Passo Fundo, v.14, n.1, janeiro-junho, 2022.

[18] LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

[19] MACEDO, C.C. et al. Ubiquidade na palma da mão: as potencialidades do uso do smartphone para estudantes de Pedagogia. Revista Tecnologias na Educação. V.24, n. temática. **VII – Simpósio Ibero-Americano de Tecnologias Educacionais**, 2018.

[20] MARQUES, L.D. **Obsolescência programada de aparelhos celulares:** responsabilidade civil e socioambiental das empresas. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

[21] MELO, G. **A nomofobia entre crianças e adolescentes**. 2022. Disponível em:< https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59450>. Acesso em 27 set 2022.

[22] NASCIMENTO, E.M. A psicoterapia e sua contribuição para o tratamento da pessoa com dependência química. **Psicologia.Pt**. 2018.

[23] NOE, B.; TURNER, L.D.; LINDER, D.E.; ALLEN, S.M. et al. Identifying indicators of smatphone addiction through user-app interation. Computer in Human Behavior, v.99, 2019.

[24] ORTEGA, F.C.; CORSO, K.B.; MOREIRA, M.G. Dependência de smartphone: investigando a realidade de uma prestadora de serviço do sistema "s". **Revista Social & Humanas**, v.33, n.3, 2020.

[25] PARAZZI, M. **Terapia cognitivo-comportamental e dependências digitais:** como a abordagem pode ajudar. 2018. Disponível em:< https://www.marceloparazzi.com.br/blog/terapia-cognitivo-comportamental-e-dependenciasdigitais#:~:text=O%20objetivo%20da%20TCC%2C%20como,geridos%20por%20uma%20cren%C3%A7a%20central>. Acesso em 26 set 2022.

[26] PINHEIRO; A.P.; PINHEIRO, F. O Uso do celular em tempos de pandemia- uma análise da nomofobia entre os jovens. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede**, Santa Maria, v.2, n.3, 2021.

[27] PORTUGAL, A.F.; DE SOUZA, J.C.P. Uso das redes sociais na internet pelos adolescentes: uma revisão de literatura. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**. Ano 4, v. IV, jul-dez, 2020.

[28] RIBEIRO, Q.; SILVA, R.B.A.R. Os impactos dos dispositivos móveis nas pessoas. REFAS – **Revista FATEC Zona Sul**, São Paulo, v.2, n.1, 2015.

[29] ROSADO, J.S.; JAGER, M.E.; DIAS, A.C.G. **Padrões de uso e motivos para envolvimentos em redes sociais virtuais na adolescência.** 2014. Disponível em:< https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/28029>. Acesso em 10 2022.

[30] SACRAMENTO, I.S.S.; MENEZES, M.C.F. O uso de celular como recurso didático no ensino-aprendizagem de Ciência da Natureza: possiblidades e desafios. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia**. Revista Brasileira. Ensino. Tecn. Ponta Grossa, v.16. 2023.

[31] SALES, H.F.S.; SILVA, F.M.S.M.; LIMA, B.J.L. Adaptação da escala de uso compulsivo de internet para avaliar dependência de smartphone. **Avances em Psicologia Latinoamericana**. Bogotá, v.36, 2018.

[32] SANTOS, M.J.S.; DIAS, A.S. A dependência de internet como risco para a integridade da saúde física e mental de crianças e adolescentes. **Revista Parajás.** V.4, n.2, 2021.

[33] SILVA, T.O.; SILVA, L.T.G. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista Psicopedagogia**, v.34, n.103, 2017.

[34] SILVA, S.F.; SILVA, D. Como a psicoterapia de grupo pode auxiliar no tratamento de pacientes dependentes químicos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** V.9, n.6, 2023.

[35] SOUZA, A.F.; MIRANDA, A.C. **Os problemas causados pelo uso excessivo de smartphone.** 2018. Disponível em:< https://prpi.ifce.edu.br/nl/_lib/file/doc4147-Trabalho/ARTIGO%20terminado.pdf>. Acesso em 27 set 2022.

[36] SOUZA, K. N.;CUNHA, M. R. Nomofobia: O vazio existencial. **Psicologia.pt** , 1 - 12. 2017.

[37] TEIXEIRA, I.; SILVA, P.C.; SOUSA, S.L.; SILVA, V.C. Nomofobia: os impactos psíquicos do uso abusivo das tecnologias digitais em jovens universitários. **Revista Observatório**, v.5, n.5, ago, 2019.

[38] VASCONCELOS, C.R.M.; EL-AOUAR, W.A.S. Smathphone que não desliga – o uso e a dependência do celular por gestores de uma grande empresa. **Recima 21-** Revista Científica Multidisciplinar, v.3, n.8, 2022.

[39] VIRILIO, Paul. **El accidente original.** 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

[40] YOUNG, K.S.; DE ABREU, C.N. **Dependência de internet:** manual e guia de avaliação e tratamento, Porto Alegre, Artmed Editora, v.98, 2011.

CAPÍTULO

07 O processo do desacolhimento institucional para adolescentes em uma instituição na cidade de Manaus-AM

Carolaine Cristina de Almeida Andrade, Tommaso Lombardi

1. INTRODUÇÃO

Acolhimentos institucionais para crianças e adolescente são "entidades públicas ou privadas que acolhem crianças e adolescentes em risco social e pessoal, buscando promover osseus direitos e o resgate de suas famílias" (Dias; Silva, 2012, p. 180). De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é dever da família, do estado e da sociedade garantir os direitos da criança e do adolescente de forma prioritária, além de protegê-los de negligência, exploração, violência, discriminação, crueldade e opressão. Dessa forma o abrigo tem o objetivo de acolher de forma provisória crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, abandono, negligência ou quaisquer formas de violação de seus direitos, no que tange a incapacidade da família de assegurá-los.

Embora promover e assegurar os direitos de crianças e adolescentes não seja um trabalho exclusivo das instituições de acolhimento, mas sim compartilhada por uma extensa rede de atendimento à criança e ao adolescente, vale ressaltar que essas instituições têm um papel fundamental nesse sentido. Apesar de a criança e do adolescente encontrarem no abrigo um espaço de cuidado e proteção, a instituição tem medida provisória, ou seja, tem o objetivo de reinseri-los em tempo mais breve possível à sua família. Além disso, a instituição tem o papel de mediar e manter os vínculos familiares da criança e do adolescente, além de proporcionar a convivência comunitária na rotina do atendimento. Considerando, principalmente, os casos em que a reinserção familiar se mostra inviável, no qual a criança e aoadolescente terão de permanecer por tempo considerável no abrigo (Silva, et al, 2005)

Apesar de essas instituições assumirem o papel de proteger e zelar por essas crianças e adolescentes, a inserção na instituição é temporária, seja ela de curto ou longo prazo. Portandoa reinserção à sociedade é obrigatória e de acordo com Jacinto e Dazzani (2020) há três principais formas de desinstitucionalização, são elas: reinserção familiar, adoção ou desligamento por maioridade. Nessa última verifica-se uma menor visibilidade. Diante dessa menor visibilidade ao que se refere a desinstitucionalização por maior idade, acredita-se que há uma necessidade em abordar sobre o tema buscando saber qual processo adotado pelosacolhimentos institucionais ao inserirem esses jovens adultos à vida independente. Visto que, após completar dezoito anos, esse jovem, antes regido pelo ECA, precisa ser desligado da instituição para ter uma vida autônoma em sociedade.

Com isso, é importante analisar projetos, programas, serviços e políticas públicas que as instituições desenvolvem para o preparo do acolhido à vida autônoma e independente no processo de desinstitucionalização (Gutierrez; et al, 2021).

Estes pesquisadores foram norteados pelo objetivo geral de compreender o processo daautonomia no desacolhimento institucional para adolescentes. Para alcançar o objetivo geral estabeleceram-se como objetivos específicos: a) apresentar os tipos de apoios institucionais queos jovens recebem no desacolhimento; b) levantar melhores práticas realizadas pela instituição no processo do desligamento; e c) investigar a participação do psicólogo nesse processo.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram a importância do tema para a sociedade, vistoque esse assunto gera muitas variáveis que necessitam ser exploradas a âmbito social, e psicológico, para que haja uma maior compreensão dos impactos do processo de desacolhimento por maior idade nos abrigos.

Para contribuição do trabalho na comunidade acadêmica, considera-se que os resultadosdesta pesquisa ofereçam um novo material para agregar futuros trabalhos e atividades de acadêmicos em relação ao desligamento institucional por maior idade. No que se refere a comunidade científica, acredita-se que os achados do trabalho contribuirão para uma melhor compreensão da participação da psicologia no processo de desacolhimento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de perspectiva qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e de campo. A pesquisa compõe aspecto exploratório pois buscou levantar informações sobre o temaapresentado em um estudo de caso de forma descritiva e de perspectiva qualitativa, pois buscouabordar o tema de forma subjetiva e não com levantamento de dados.

A abordagem qualitativa ainda busca investigar o fenômeno situado no local em que ocorre, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quando interpretar os significadosque as pessoas dão a ele (Chizzotti, 2008). Sobre a pesquisa exploratória diz Gil (2002, p. 41) “Essas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Para Gil (2002) as pesquisas descritivas buscam estudar as características do grupo, identificando variáveis, proporcionando uma nova visão do problema, junto com a pesquisa exploratória, a descritiva é usada com mais frequência por pesquisadores sociais.

Os instrumentos utilizados na realização da pesquisa foram a entrevista aberta e a observação assistemática. A entrevista foi feita com três perguntas iniciais, as quais os participantes puderam responder abertamente. Os encontros ocorreram em dois dias, inicialmente com a psicóloga do local, e no segundo dia com os adolescentes.

Primeiramente houve a escolha do local, em seguida foi feito o pedido de autorização da diretoria para a realização da pesquisa e o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido paraaqueles que se propuseram a participar da pesquisa, somente os que aceitaram as condições dotermo passaram para a etapa da entrevista. Os procedimentos de coleta de dados foram feitos através de entrevistas abertas com a psicóloga do local e quatro jovens, entre eles os que estão em processo de desligamento e os que já foram desligados.

Os dados foram analisados através da técnica da análise do conteúdo que segundo Bardin(2004, p. 41) é a "análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inseridas) destas mensagens". Dessa forma a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: a) pré análise, b) categorização do material e c) interpretação dos resultados.

A população onde foi realizada a pesquisa equivale à dez adolescentes acolhidos. A pesquisa foi realizada apenas com jovens que estejam em processo de desinstitucionalização, com isso a população constituiu-se por quatro jovens, por amostragem censitária, portanto a amostra foi de quatro jovens.

Por se tratar de uma pesquisa com pessoas foram seguidos todos os procedimentos relacionados à ética, conforme estabelecidos na Resolução n 466 de 12 de dezembro de 2012 doConselho Nacional da Saúde, após a autorização da Instituição, onde foi feita a pesquisa e dosparticipantes declarando através do TCLE a participação livre e espontânea à pesquisa, para proteger o sigilo e confidencialidade dos participantes foram usados apenas iniciais para eles.

Para critérios de inclusão na pesquisa foram exigidas as seguintes características: jovementre 17-19 anos do sexo masculino membro da instituição que esteja em processo de desinstitucionalização ou já tenha feito o desligamento da instituição. Não puderam participar da pesquisa jovens que estavam em processo de desligamento que não fosse por atingirem a maior idade, e os que não estivessem em processo de desligamento.

3. RESULTADOS

Nos resultados qualitativos foram levantadas três categorias a serem estudadas, como se segue:

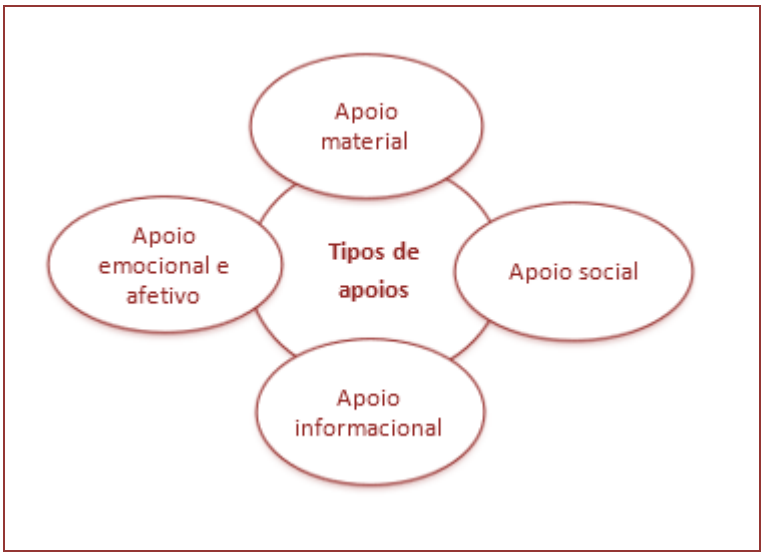
a) tipos de apoios;

b) melhores práticas;

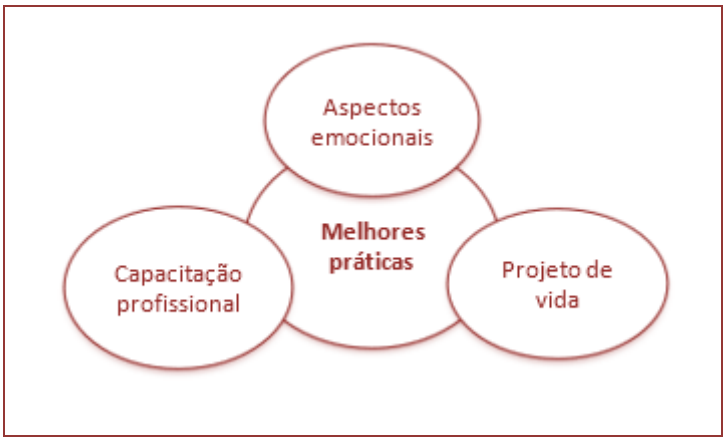
c) papel do psicólogo.

Conforme ilustradas nas figuras a seguir:

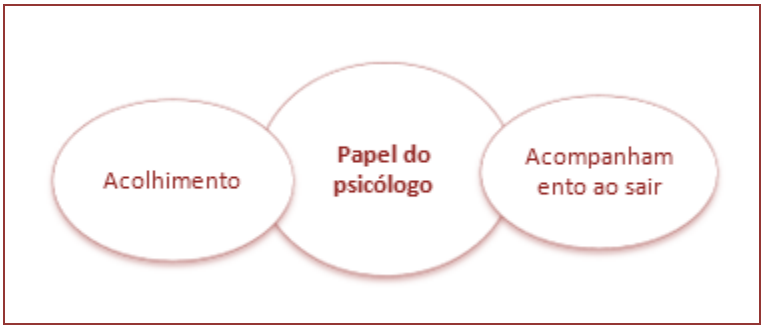
a) Tipos de apoios



b) Melhores práticas



c) Papel do psicólogo



4. DISCUSSÃO

Neste capítulo faremos uma discussão a partir das subcategorias levantadas e obtidas apartir das respostas dadas pelos participantes.

4.1. TIPOS DE APOIOS

Nesta categoria buscou-se identificar nas falas dos participantes quais os tipos de apoiosoferecidos pela instituição no processo da desinstitucionalização. Após a análise das respostas foram levantadas as seguintes subcategorias: apoio material, apoio emocional e afetivo, apoio social e apoio informacional. A seguir serão analisadas e discutidas cada uma das subcategorias.

4.2. APOIO MATERIAL

O apoio material é caracterizado pela ajuda com organizações do lar, alimentação e suporte financeiro. Tendo em vista que esses jovens já passaram pela privação à alimentação em dado momento de sua vida, a entrega de alimentos é uma forma de apoio material para as necessidades diárias até que possa se sustentar sozinho.

Este tipo de apoio foi evidenciado na fala do participante GP ao dizer "sempre eles medão rancho, final do mês", quanto ao suporte material à alimentação Valente (2002, p.137) comenta que "o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui- se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida".

A instituição ao oferecer esse tipo de apoio está contribuindo para a atenção básica a estes jovens, como verificado também na fala do participante PH: "eles vão me ajudar com rancho, essas coisas básicas". A alimentação e nutrição, enquanto requisitos básicos para a promoção da saúde, possibilitam o pleno potencial de crescimento e desenvolvimento humano,com qualidade de vida e cidadania (Jaime, et al, 2012).

Identificou-se na pesquisa que entre todos os apoios mencionados o principal é este, pois é através dele que se pode obter dignidade.

4.3. APOIO EMOCIONAL E AFETIVO

O apoio emocional e afetivo pode ser recebido e percebido através de afeto, proteção, cuidado e assistência por parte dos profissionais que acompanham os adolescentes. Dessa forma a instituição visa que o adolescente vivencie experiências positivas dentro e fora do abrigo.

Este tipo de apoio foi identificado na fala do participante DFS ao comentar "eu posso sempre falar com ela [...] a abertura com ela já é outro nível [..] com meus familiares eu não tenho total abertura como tenho com ela". Segundo Siqueira (2006) o apoio emocional e afetivoé disponibilizado por meio de confiança, disponibilidade de ouvir, preocupação e compreensãode problemas.

O que também foi evidenciado na fala do participante PH ao dizer "aqui dentro eu tenhouma pessoa que eu compartilho e eu digo o que tá passando comigo lá fora e essa pessoa sempreme apoia". O apoio emocional e afetivo é fundamental no momento do desacolhimento, para não incorrer no sentimento de desamparo (Campos; Figueiró, 2013).

Foi possível compreender na pesquisa que o profissional de referência para os acolhidospossui um papel único e indispensável no processo de desacolhimento, visto que este possibilitao sentimento de ser protegido, cuidado e amado para o adolescente.

4.4. APOIO SOCIAL

As relações interpessoais vivenciadas entre os profissionais da instituição e os adolescentes, caracterizadas pela disponibilidade de ouvir, comunicar-se, demonstrar preocupação, valorizar e assistir com os recursos disponíveis é o que define o apoio ou suportesocial.

Este suporte foi possível identificar na fala do participante KL ao comentar “eu não tivemuito apoio da minha família [...] o apoio que eu tive foi daqui”. A rede de apoio social édefinida como o núcleo de sistemas e pessoas significativas que juntos, formam os elos derelacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (Brito; Koller, 1999 apud Siqueira, 2006).O que pode ser observado também na fala do participante GP ao dizer “sempre me acolhem na casa, porque o lema deles é: uma vez pequeno nazareno sempre nazareno”. Deacordo com Barros (1999) o apoio social é sentir-se cuidado, amado, querido e estimado,gerando autoestima e uma outra série de fatores que irão fortalecer outras situações que vão se vivenciar.

Foi evidenciado na pesquisa que o apoio social é fundamental para o desacolhido, poisa partir dessas relações ele experimenta o sentimento de pertencimento e amparo.

4.5. APOIO INFORMACIONAL

O apoio informacional disponibilizado por profissionais da instituição é o suporte adquirido por sugestões, aconselhamento, informações e explicação para que o acolhido possase sentir orientado, facilitando a resolução de problemas no dia a dia.

O que pode ser observado na fala do participante KL “aqui tem uma psicóloga que eu posso ligar qualquer hora pra ela, aí eu pergunto dela o que posso fazer e ela me aconselha das coisas”. O apoio informacional é o fornecimento de informações e orientações a uma pessoa afim de ajudá-la a lidar com questões pessoais e problemas diários (Weissheimer, et al, 2021).

Evidenciado também na fala do participante PH ao dizer “se alguma coisa acontecer najustiça ou coisa que eu não sei lidar é pra eu procurar elas, pra elas me guiar pelo certo”. Afinalapesar de estarem envolvidos no processo de transição, ainda possuem o desespero para lidar com as tarefas do dia a dia, segundo estudos realizados com adolescentes e jovens brasileiros (Martinez, et al, 2008).

Na pesquisa pode-se observar que o fornecimento de informações e orientações é essencial para que o adolescente possa ser direcionado e assim facilitando sua reinserção à sociedade.

5. MELHORES PRÁTICAS

Nesta categoria buscou-se levantar as melhores práticas realizadas pela instituição no que se refere a desinstitucionalização, todos os participantes apresentaram falas satisfatórias quanta essas práticas. Após a análise das respostas foram levantadas as seguintes subcategorias:aspectos emocionais, projeto de vida e capacitação, que serão discutidas a seguir.

5.1. ASPECTOS EMOCIONAIS

Trabalhar os aspectos emocionais dentro da instituição corrobora para que o acolhido possa adentrar a sua vida autônoma bem resolvido com suas questões, tendo em vista que a institucionalização é devido à violação de seus direitos, o que resulta em marcas recorrentes a sua vida fora do abrigo.

Como pode-se observar na fala da psicóloga D ao comentar "se ele não resolver o passado ele não vai prosseguir". As estratégias de se trabalhar as habilidades de tomada de decisão, controle da impulsividade, pensamento consequencial e habilidades sociais, são usadas para auxiliar o adolescente a se proteger em situações de risco à saúde (Gorayeb, et al., 2003)

O que pode ser confirmado na fala do participante PH quando diz "pra recuperar aquiloque eu tinha perdido dentro de mim [...] ela trabalhava no contexto de me resgatar [...] me ajudou a conquistar minha ambição de querer minhas coisas". Segundo Fepa (2014) O processo será bem-sucedido, sempre que forem organizados planos de ação que considerem as características de cada jovem.

Evidenciou-se na pesquisa que ao se trabalhar os aspectos emocionais visa-se uma construção de um indivíduo mais resiliente, centrado e capaz de direcionar sua própria vida.

5.2. PROJETO DE VIDA

Trabalhar com projeto de vida dentro da instituição foi outra prática levantada pelos participantes na qual dita como uma das melhores

A prática de construir junto ao acolhido um projeto de vida, no qual ele será autor de sua própria história proporcionou aos participantes uma visão de um futuro próspero, como observado na fala do participante PH: "me ajudou a terminar meus estudos, logo após começoua trabalhar com meu projeto de vida pra eu começar a trabalhar". Silva (2014) comenta que aose construir um projeto de vida futuro no que diz respeito ao trabalho relacionado à sua posiçãosocial, dos desejos e valores produzidos no seu grupo, que assimilados e produzidos por ele, setornam objetivos a serem alcançados.

O projeto de vida trabalhado dentro da instituição trouxe benefícios que podem ser observados na fala do participante GP ao responder "não, eu comprei! [...] com 14 anos eu sempre falei que meu sonho era comprar uma casa com minha mãe [...] aí eu fui trabalhando, trabalhando [...] aí ela falou segura teu dinheiro [...] com 17 anos [...] aí a gente foi lá no cartórioe comprou um apartamento". Segundo Medrado (2010, p.75) "Projeto de vida se caracteriza pela busca de um sentido de existência, pois assim se estabelece o próprio existir, em uma dimensão que sai de si mesma para encontrar o entorno, no reconhecimento, na aceitação".

Dar a estes jovens um motivo pelo qual eles podem continuar sua vida de uma forma saudável e honesta contribui para que não voltem a uma vida de violações e desamparo.

5.3. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das práticas mais destacadas nas falas dos participantes é o trabalho para ensinar como se comportar diante do mercado de trabalho. Capacitação profissional é um

processo pelo qual se adquire conhecimento, habilidades e atitudes que o torna mais capacitado.

O que foi observado na fala do participante PH “saber conversar, saber se impor, postura, corte de cabelo, vestimenta”. Ramos (2001) fala sobre o desenvolvimento de competências como uma forma de aquisição de novas habilidades e capacidades, asseguradorasda entrada ou permanência no mercado de trabalho.

Para o participante KL essa prática foi essencial para que conseguisse crescer na vida, ao comentar “eles trabalharam muito comigo foi o meu comportamento, minha postura [...] issofoi fundamental pra mim, pra mim crescer na vida”. Para Figueiró e Campos (2013) a própriatransição para o mundo adulto pode acarretar mudanças de comportamento em adolescentes abrigados, pois a partir disso devem lidar com a necessidade de adentrar no mercado de trabalhoe com o novo código legal a qual deve cumprir, somando-se com o processo de desacolhimento.Dessa forma quando se trabalha a capacitação desses jovens é com o intuito de assegurar uma vida financeira estável, buscando evidenciar sua autonomia na vida adulta fora do abrigo.

6. PAPEL DO PSICÓLOGO

O papel do psicólogo foi a categoria que buscou investigar o trabalho desse profissional no processo da desinstitucionalização dos participantes, todos eles demostraram em suas falas a satisfação por esse profissional. Após a análise das respostas foram identificadas duas subcategorias, são elas: acolhimento e acompanhamento ao sair, as quais serão discutidas a seguir.

6.1. ACOLHIMENTO

Na instituição pode-se observar que o papel da psicóloga é, primeiramente, acolher os adolescentes, proporcionando a eles um lugar e um espaço seguro e protetivo. Acolhendo-os eorientando-os em um momento de desamparo no qual não havia mais ninguém a quem recorrer. Ao ser questionada sobre qual é o seu papel no processo de desligamento a profissional D responde “papel ativo e participante! Pra mim o acolhido é prioridade [...] foram violados todos os direitos dele, antes ele não tinha isso, não tinha quem cuidasse dele [...] trato ele com dignidade e justiça [...] e quando ele sai daqui ele sabe que onde ele estiver, se ele precisar daquialguém vai acolher ele”. A relação estabelecida com as pessoas que trabalham na instituição, desempenha papel fundamental na vida dos adolescentes abrigados, na medida em que esses adultos assumem o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo-se nos modelos de identificação (Siqueira, 2006).

O participante DFS confirmou a participação da profissional nesse processo ao dizer “me ajudou me preparando não é de hoje, né [...] ela prepara tipo falando tu vais sair, mas tu nunca vai tá só, sempre nós vamos tá do teu lado [...] ela fez eu sair com pensamento que vou ter um apoio, né, que é eles, minha família”, dessa forma proporciona ao adolescente um ambiente acolhedor que busca amenizar as sequelas de violência trazidas pela sua história de vida (Antoni; Koller, 2001).

Esse vínculo estabelecido entre a psicóloga e o acolhido possibilita a ele um sentimentode segurança frente a sua nova realidade.

6.2. ACOMPANHAMENTO AO SAIR

No momento que os meninos são desligados da instituição acolhedora, inicia-se um percurso que irá levá-lo à autonomia, mas para isso acontecer sem que tenha uma ruptura ou que o jovem se sinta pressionado o setor psicossocial fica próximo com um contato telefônico todas as vezes que tiver uma necessidade e com visitas presenciais na sua nova residência.

Como na fala da psicóloga D “tem menino que saiu daqui tem 4 anos e ele me liga [...] porque sou uma profissional de referência [...] confirma que está ligação e acompanhamento não tem um limite de encerramento pré-determinado, mas sim depende da exigência de cada jovem. Segundo Nascimento, Coutinho e Sá (2010), os profissionais fazem parte integrante dosistema de garantia de direito, sendo a ponta nesta fase com estes jovens, representando a efetivação da política pública para assumir o protagonismo e desenvolver a autonomia.

Também pode-se confirmar a continuidade do vínculo no desacolhimento na fala do participante GP: “converso com ela todo dia [...] ela vai me visitar, vê como eu estou, se preciso de alguma coisa”. Considera-se este vínculo como um laço durável que se estabelece entre umaou mais pessoas que se tornam importantes uma para outra. É uma ligação afetiva que une as pessoas que criaram um vínculo entre si, um estado interno desenvolvido ao longo do tempo (Carvalho; Bussab, 2013).

Diante disso, pôde-se observar que o acompanhamento psicológico para o ex-acolhido apenas assegura de que ele terá um processo bem-sucedido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho foi relevante a medida em que possibilita a identificação dos impactos positivos ao que se refere os apoios institucionais, as práticas adotadas e a participação do psicólogo no processo de desacolhimento institucional para adolescentes.

Verificou-se que os apoios oferecidos pela instituição, como o apoio afetivo e apoio social, continuam de forma esporádica e conforme a necessidade de cada desacolhido. Onde se destacou pelos participantes que o contato com o profissional de referência continua quase quediário e outros já não precisam tanto, mas a segurança em ter a quem recorrer em casos de necessidade é destacada como fundamental para que possa se desligar com menos medo e maisseriedade. Com isso, tornam-se necessários programas de capacitação que visam a valorizaçãodesses profissionais enquanto pessoas essenciais para os adolescentes abrigados.

Ressaltando ainda, que a prática de se construir um projeto de vida, trabalhar aspectos emocionais e capacitar profissionalmente esses adolescentes contribui para o amadurecimento pessoal e profissional, o que se torna indispensável na transição à vida adulta. Salientando queesse amadurecimento é um processo no qual se constrói de forma gradativa com o adolescente ainda institucionalizado. Dessa forma, faz-se necessário investir em programas que visam o crescimento pessoal e profissional dos acolhidos.

Por outro lado, identificou-se também que as práticas utilizadas pela equipe técnica do setor psicossocial, com ênfase na atuação da psicóloga, conseguiram apoiar, fortalecer e preparar os adolescentes para vivenciar de forma sadia a saída do acolhimento. Evidenciado natranquilidade apresentada pelos adolescentes entrevistados

que estavam no início desse processo. Diante do exposto, verifica-se que a o papel do psicólogo nesse processo, além de acolher e preparar para saída da instituição, continua de forma ativa no acompanhamento dessesadolescentes já desacolhidos.

Contudo, vale ressaltar que tal assunto requer a realização de outras pesquisas acerca da compreensão dos impactos ocasionados pelo processo de desligamento devido a maior idadevivenciado por adolescentes institucionalizados.

REFERÊNCIAS

[1] ARPINI, D. Violência e Exclusão: Adolescência em grupos populares. **São Paulo: Edusc**. 2003.

[2] BARDIN, Laurence**. Análise de Conteúdo**. Lisboa**:** Edições 70, 2004.

[3] BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1993.

[4] BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Aprova diretrizese normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Resolução CNS n466, 12 de 2012**.** Brasília, 2012. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada. Acesso em 14 nov 2022.

[5] BRASIL. Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e doAdolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

[6] BENTO, R. A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar. Dissertação, **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** - PUCSP - São, Paulo- SP, 2010.

[7] CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. C.; MAGALHÃES, C. M. C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal- estar e Subjetividade**, X(4), p.1147-1172, 2010.

[8] CARVALHO, A. M. A.; BUSSAD, V. S. R. Apego: o primeiro vínculo. In L. V. C. Moreira(Ed.), Psicologia, família e Direito Curitiba: Juruá, p. 119-134, 2013.

[9] Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério do DesenvolvimentoSocial e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa doDireito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, 2006. Disponível em http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-deimprensa/publicacoes/PNCFC%20_%2028_12_06%20_%20Documento%20Oficial1%20_2_.pdf/view. Acesso em 20 out 2022.

[10] DIAS, M. S. L.; SILVA, R. S. B. O histórico de institucionalização de crianças eadolescentes. Tuiuti**: Ciência e Cultura**, n. 45, p. 177-188, 2012.

[11] FIGUEIRÓ, M. E. S. S. CAMPOS, H. R. Abandono e acolhimento institucional: Estudo decaso sobre maioridade e desinstitucionalização. Curitiba: **Psicologia Agum**, v. 31, n. 72, p.113-125, jan/mar 2013

[12] GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo**: Atlas**, 2002.

[13] GORAYEB, R. et al. Promoção de saúde na Adolescência: experiências com programas deensino e habilidades de vida. São Paulo**: Psicologia e Saúde**. p. 89-100, 2003.

[14] GUTIERREZ, B. S; et al. Transformando vidas de meninas e meninos acolhidos: com desinstitucionalização afetiva e protetiva. Campinas: **Direito em Foco**, ed. 13, p. 124-146.2021.

[15] HUDSON, A. L.; NANDY, K. Comparisons of substance abuse, high-risk sexual behaviorand depressive symptoms among homeless youth with and without a history of foster care placement**.** ***Contemporary Nurse****,* ed. 42, v. 2, p 178-186, 2012.

[16] JACINTO, P. M. S, DAZZANI, M. V. M. Acolhimento institucional e desinstitucionalização:uma revisão integrativa de literatura em psicologia. Ponta Grossa: **Emancipação**, v. 20, p. 1- 15, jul /out 2020.

[17] MEDRADO, J. A. L. Histórias de vínculos, rupturas e projetos de vida de jovens egressos deum abrigo em Salvador (Bahia). **Universidade Católica do Salvador**. p. 1-214, 2010.

[18] MORAES, A. L. M.; SOARES, A. P. S. O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. Belo Horizonte: **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 2, p.113-132, dez. 2008.

[19] NASCIMENTO, M. L.; COUTINHO, A. P. C.; SÁ, D. A. Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del-Rei, v. 5, n. 1, p. 104-111. 2010. Disponível em: https:// ufsj.edu.br/portal2- repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/ nascimento_et_al.pdf. Acesso em: 20 out. 2023

[20] PAIVA, Ilana Lemos de; MOREIRA, Tabita Aija Silva; LIMA, Amanda de Medeiros. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. **Revista Direito ePráxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1405-1429, jun. 2019.

[21] PINHEIRO, L, S. A desinstitucionalização de crianças e adolescentes como garantia dodireito à convivência familiar. Fortaleza: **Revista Jurídica da FA7**, v. 4, n.1 p. 135-142. 2012.

[22] PINHO, L. B, et al. Apoio Material, Família e Cuidado as Pessoas que utilizam Crak. **RevCuidado é Fundamental,** v. 11, p. 1236- 1241, out/dez, 2019.

[23] RAMOS, M. N. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação. São Paulo: **Cortez**,2001.

[24] SILVA, C. D. L, et al. A psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. São João del-rei: **Pesquisas** e **PráticasPsicossociais**, jan/jun 2015.

[25] SILVA, E. R. A, et al. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivênciafamiliar e comunitária. **Políticas sociais – acompanhamento e análise,** ago. 2005

[26] SIQUEIRA, A. C., DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e naadolescência: Uma revisão de literatura. **Psicologia e Sociedade**, ed.18, p. 71-80, 2006.

[27] SOARES, N. F., SARMENTO, M. J., TOMÁS, C. Investigação da infância e crianças como investigadoras: Metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. Nuance: **Estudos sobre educação**, 12(13), 1-16. 2005

[28] VALENTE, F. L. S. Direitos Humanos à Alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: **Cortez Editora**, p. 137. 2002.

APÊNDICE

Entrevista semiestruturada

Entrevista com a psicóloga:

1. Quais tipos de apoios a instituição oferece para os desacolhidos?
2. Quais são as práticas realizadas pela instituição com os adolescentes que estão no processo de desligamento?
3. Qual o seu papel no processo de desacolhimento?

Entrevista com os jovens:

1. Que tipo de apoio você pode contar agora que saiu da instituição?
2. Quais as práticas foram fundamentais para que houvesse um bom desacolhimento?
3. Pode descrever o papel do psicólogo nesse processo?

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, os pesquisadores Carolaine Cristina de Almeida Andrade e Tommaso Lombardi, viemos nos apresentar ao (a) senhor (a), como responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa intitulada "O Processo do Desligamento Institucional para Adolescentes em um Instituição na cidade de Manaus-Am" e solicitar a sua participação na mesma. A seguir será explicada a estrutura da pesquisa, visando cumprir a determinação da Resolução 466/12 quanto aos tópicosque devem constar no presente Termo.

1) Justificativa – dentro do contexto de desligamento institucional para adolescentes que atingem a maioridade, há muitos fatores que precisam ser estudados para uma melhor compreensão do processo. Diante disso, faz-se necessário fazer um levantamento das práticas realizadas, dos apoios oferecidos e da atuação do psicólogo, para que o desligamento ocorra de forma saudável e oferecendo benefícios a longo prazo. Assim, este trabalho contribuirá para a melhoria do próprio grupo de reflexão, já que as participantes do grupo expressarão seus pontos de vista em relação ao mesmo, adicionando aspectos que podem ser melhoradas. .Também contribuirá para o meio acadêmico e social, pois, através da leitura deste trabalho, osacadêmicos irão conhecer essa realidade e a importância de produção técnica e científica a respeito desse assunto, assim como a importância de seus trabalhos nessa área de atuação. Contribuindo também para a psicologia a partir dos resultados dos quais serão feitas reflexões sobre a importância dessa ciência dentro das instituições de acolhimento. Objetivos – está pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo da autonomia no desacolhimento institucional para adolescentes. Para alcançar o objetivo geral estabeleceram- se como objetivos específicos: a) apresentar os tipos de apoios institucionais que os jovens recebem no desacolhimento; b) levantar as melhores práticas realizadas pela instituição; e c) investigar a participação do psicólogo nesse processo.
2) Procedimentos e métodos da pesquisa - A pesquisa é de abordagem qualitativa de caráter descritivo, exploratório e de campo. Os instrumentos utilizados serão a entrevista e a observação assistemática.
3) Quanto a possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, foi considerado o fato de que a pesquisa envolve seres vivos e desta forma pode oferecer algum risco, seja psicológico, físico ou moral. Verificando-se qualquer questão que possa vir a oferecer desconforto ou risco à integridade física e/ou psicológica ao Senhor (a), ou mesmo aos pesquisadores, a pesquisa será imediatamente suspensa. A fim de reduzir a possibilidade de se apresentar algum risco durante a coleta de dados serão tomadas as seguintes medidas: a) A aplicação é de inteira responsabilidade dos pesquisadores,respeitando todos os quesitos

necessários antes do início; b) A aplicação da entrevista será em um local reservado que ofereça condições ambientais favoráveis para os participantes responderem à entrevista; c) Todos os participantes serão voluntários, e os mesmos deverão lere assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4) Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação,consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

5) A participação do Senhor (a) nesta pesquisa se dará gratuitamente, conforme o item II.10 da Resolução 466/12, bem como os pesquisadores não serão remunerados, tendo os mesmos que arcar com todas as suas despesas.

6) Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação **a dano causado pela pesquisa**.

7) Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que fornecessário.

8) Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seusdados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

9) Cabe ressaltar que o (a) Senhor (a) tem plena liberdade de recusar-se a participar desta pesquisa, bem como retirar seu consentimento de participação, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum.

10) Este termo foi elaborado em duas vias que serão rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, pelo Senhor (a), assim como pelos pesquisadores. Fica garantido ao Senhor (a) o recebimento de uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

11) O(A) Sr(a). pode entrar com contato com o pesquisador Tommaso Lombardi, pelo númerode telefone (92) 99339-3003 ou via e-mail: lombarditommaso@gmail.com ou comparecendo aCoordenação do curso de Psicologia na Unidade III do Centro Universitário – FAMETRO, localizada na Avenida Constantino Nery, n° 3204, bairro Chapada, Manaus/AM.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu,_____, CPF nº_____,Idt nº_____acredito ter sid suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo a pesquisa intitulada **A importância da utilização da psicoeducação no processo de ensino-aprendizagem sobre educação sexual infanto-juvenil**: **A percepção do corpo estudantil** e decidi participar desseestudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de sigilo e as demais informações pertinentes. Ficou claro que a minhaidentificação permanecerá em sigilo absoluto. Ficou claro também que não haverá despesas ou bônus pela minha participação, que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo.

O(A) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Amazonas (CEP/UEA) e com a Comissão Nacional deÉtica em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UEA está localizado na Av. CarvalhoLeal, 1777 – Chapada, Manaus/AM, CEP: 69.050-030, Fone: (92)3878-4368 E-mail: cep.uea@gmail.com. O Comitê de Ética em pesquisa é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Desta forma, concordo voluntariamente em participar deste estudo e estou ciente de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou de meu atendimento.

Manaus,_____de_____de 2023.

_____

Assinatura do participante

_____

Carolaine Cristina de Almeida Andrade

Pesquisadora 1

Impressão datiloscópica

_____

Tommaso Lombardi

Pesquisador 2

CAPÍTULO

08 A importância da família na vida de crianças com TEA

Artemiza Martins Portela, Débora Kelly Pinto dos Santos Brito

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno de Espectro Autista é caracterizado por comprometimentos nos relacionamentos no aspecto interpessoal, embora alguns sinais possam ser identificados precocemente, em geral a investigação e diagnóstico ocorre após o ingresso no período escolar, local onde as habilidades sociais e interação com outras crianças são manifestadas e facilmente observadas por educadores em relação ao desenvolvimento social e na interação (Zanon *et al.* 2017).

De acordo com Soares *et al*., (2020), o nascimento e desenvolvimento de uma criança geram em seus pais e familiares expectativas que podem ser modificadas após o diagnóstico de TEA. Após realizar entrevistas com pais e cuidadores de crianças com TEA, os autores relatam que metade das mães ao receber o diagnóstico relataram sentir insegurança e outros sentimentos foram denominados, como tristeza temor e angústia (Soares *et al.,* 2020).

Dos Anjos e Morais (2021) relatam que nesta fase, os pais passam por um período de adaptação e instabilidade entre a aceitação e a rejeição, podendo ocorrer também um sentimento de luto ou perda emocional (Souza; Souza, 2021).

Segundo Bastos *et al.* (2019) para os pais, o diagnóstico de Autismo pode ser um momento de grande choque. Eles podem sentir que estão perdendo a criança idealizada que tinham em mente. Eles podem sentir medo do futuro do filho, da forma como ele será aceito pela sociedade e do impacto que o autismo terá na vida familiar. Onde esses sentimentos podem levar os pais a um processo de luto simbólico.

O luto simbólico é um processo de perda, mas não necessariamente de uma pessoa que morreu. É a perda de uma expectativa, de um sonho, de uma ideia.

Desta forma, o acolhimento dos pais, a capacitação e informação a respeito do transtorno pode torná-los mais seguros e aptos para exercerem sua função de cuidadores, bem como poderão desempenhar o papel de acolhimento e auxílio de outros pais (Mapelle *et al.,* 2018).

A partir dessa temática e considerando a relevância do tema, buscando nortear a pesquisa, o presente trabalho teve como objetivo geral discutir os impactos emocionais e sociais em familiares após receberem o diagnóstico da criança com TEA. E como objetivos específicos, tem-se: descrever o luto simbólico dos pais, apresentar os impactos emocionais e sociais vivenciados por pais ao receber o diagnóstico e levantar a contribuição do psicólogo para a mitigação desses impactos.

O interesse de se pesquisar sobre a participação da família na vida de crianças com TEA, surgiu através de uma observação em um local de estágio onde foi notório que os pais de crianças com TEA vão à procura de profissionais especializados na área e muitas vezes não encontram, aonde os mesmos vão em busca de qualidade de vida para os filhos e para si mesmo, estes são um dos fatores que motivou a ideia da temática da pesquisa.

Esta pesquisa trará contribuição para a comunidade científica, disponibilizando materiais de estudo para futuras pesquisas relacionadas com o tema proposto, visando que a comunidade de crianças cresce a cada ano e estuda-la é de suma importância, pois o conhecimento adquirido é uma contribuição na melhora da qualidade de vida da criança. A relevância da pesquisa para o grupo investigado está na importância do papel do psicólogo na promoção de qualidade de vida para a criança e seus pais e/ou cuidadores, visando o cuidado com a saúde mental dos mesmos.

Por se tratar de um tema que afeta a vida não só das crianças diagnosticadas, assim também como a dos pais e/ou cuidadores. É preciso olhar com atenção para esses grupos, levando em consideração as diferentes realidades de cada criança autista e de suas famílias, sendo assim a pesquisa trará para os alunos graduando de psicologia principalmente para aqueles que se interessam na especialização voltada para o Transtorno Espectro autista (TEA), esta pesquisa servirá como subsídio para agregar conhecimentos para a saúde mental da criança com Transtorno Espectro Autista (TEA), levando em consideração que o Transtorno Espectro Autista (TEA) afeta principalmente essa população.

2. METODOLOGIA

A pesquisa teve uma revisão sistemática, com procedimentos bibliográficos, abordagem qualitativa e caráter descritivo. Como instrumento de pesquisa utiliza-se pesquisa bibliográfica sistemática, utilizado o método PRISMA.

Para Michel (2015), a pesquisa bibliográfica pode ser uma pesquisa em si ou apenas uma fase de uma pesquisa descritiva ou experimental, no que concorda com Martins e Theóphilo (2016).

A abordagem qualitativa tem em seu significado uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (Prodanov; Freitas, 2013).

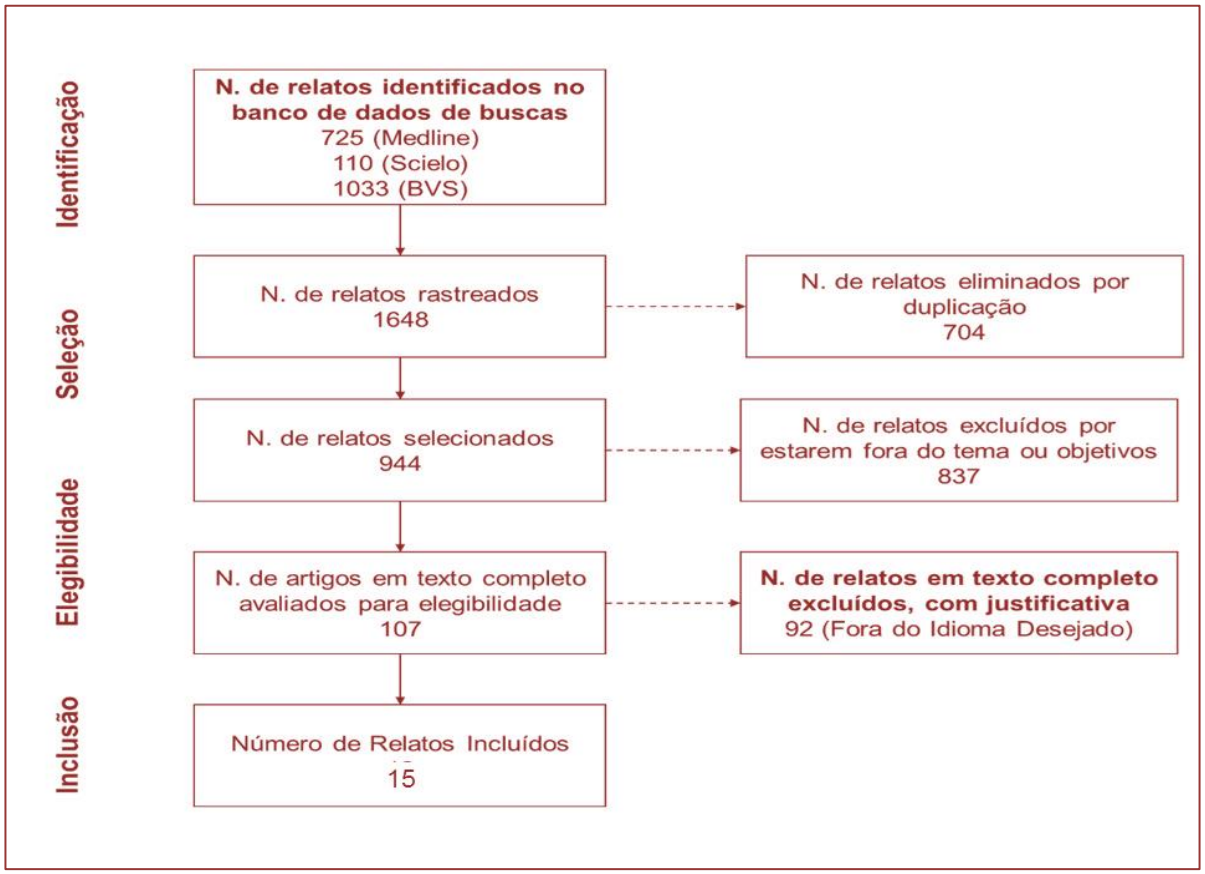
De acordo com Cajueiro (2013, p. 16), a pesquisa descritiva "relacionase a descrição do objeto ou do sujeito com a utilização de técnicas padronizadas para coleta de dados.

Gross *et al.* (2013) consideram que a revisão sistemática é um tipo de pesquisa que abrange estudos relevantes sobre determinado tema, de modo não tendencioso, a fim de avaliar e sintetizar os estudos selecionados a partir de um método pré-determinado.

A busca bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados: PubMed; Scielo e BVS, por meio dos descritores "família", "criança", "autismo" e "impactos emocionais". Admitiu-se publicações redigidas em línguas portuguesa e inglesa, no período de 2017 a 2022. Excluiu-se artigos incompletos, que não tratassem do tema abordado.

Os estudos identificados na busca bibliográfica foram selecionados e avaliados, estudos de acordo com os critérios de elegibilidade. Os estudos que não atenderam aos critérios de elegibilidade foram excluídos da revisão. Onde, seguindo a metodologia PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) resume-se na figura 1 o fluxo de seleção de estudos que compõem os estudos base utilizados.

Figura 1 Fluxo de seleção de estudos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

3. RESULTADOS

Os dados extraídos incluem: Título do estudo; autores; ano de publicação; tipo de estudo e desfechos do estudo. Os resultados dos estudos selecionados foram sintetizados de acordo com os seguintes critérios: Desfechos do estudo e Qualidade dos estudos no qual sintetiza-se no quadro 1.

Quadro 1: Estudos encontrados acerca dos impactos emocionais e sociais em familiares após receberem o diagnóstico da criança com TEA

ANO	AUTORES	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
2018	BATISTA, P. S. S.	O luto do filho idealizado frente ao transtorno do espectro autista	Revisão de Literatura	Com esta pesquisa, ficou evidente que o autismo é um transtorno com uma ampla gama de sintomas e manifestações que variam consideravelmente em gravidade. Até o momento atual, ainda não se tem um entendimento preciso das suas causas, com o conhecimento predominantemente baseado em teorias cognitivas.
2018	MACHADO,M. S. *et al.*	Tornar-se família de uma criança com Transtorno do Espectro Autista	Estudo de Coorte Transversal	Os resultados indicaram que o diagnóstico de TEA repercutiu nas famílias dos participantes, demandando alterações na rotina, na dinâmica e nas relações familiares.
2018	MAPELLI, L. D. *et al.*	Criança com transtorno do espectro autista: cuidado na perspectiva familiar	Estudo de Coorte Transversal	A família percebe sinais do Transtorno do Espectro Autista; entretanto, acredita que não existem comportamentos suspeitos, mas personalidades próprias da criança. Quando o diagnóstico é definido, a aceitação familiar é aflitiva.
2019	BASTOS, S. F. *et al.*	O sofrimento psicológico dos pais ou cuidadores de crianças com transtorno do espectro do autismo	Revisão de Literatura	Os pais ou responsáveis podem necessitar do apoio de familiares ampliados, assim como de um aconselhamento terapêutico para enfrentar os desafios associados à parentalidade de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Isso possibilita uma reavaliação positiva dessa nova realidade e a disponibilização de um tratamento multidisciplinar apropriado para promover o desenvolvimento saudável da criança com TEA.
2019	FADDA, G. M.; CURY, V. E.	A Experiência de Mães e Pais no Relacionamento com o Filho Diagnosticado com Autismo	Estudo de Coorte Transversal	Os resultados principais foram: (a) o diagnóstico é desencadeador de uma nova compreensão sobre o filho; (b) as mães desenvolvem uma relação de exclusividade com o filho; (c) as mães descuidam de si para cuidarem bem do filho; (d) brincadeiras tornam o relacionamento mais gratificante; (e) a escola é percebida como uma parceira no cuidado do filho. Conclui-se que o relacionamento afetivo entre pais e filhos ultrapassa as limitações que a patologia impõe e pode ser potencializado pela atenção psicológica aos pais.
2020	CARLEIAL, G.M.A.	Identificação dos primeiros sinais de autismo: um estudo retrospectivo no Brasil	Estudo de Coorte Transversal	Os resultados mostraram que os dois grupos apresentaram pontuações significativamente diferentes em ambas as escalas, quer nas pontuações totais quer em alguns compósitos.
020	FIGUEIREDO, S. L. *et al.*	O diagnóstico do transtorno do espectro autista e suas implicações na vivência da família	Revisão Bibliográfica	É inegável que a partir do diagnóstico do TEA, há mudanças profundas na dinâmica familiar. Essas mudanças trazem consigo uma série de dúvidas e preocupações, frequentemente acompanhadas por sentimentos negativos em relação ao prognóstico da criança, seja em nível individual, familiar ou social. É evidente que essa situação pode gerar sobrecarga, especialmente nas mães das crianças com TEA, dado o seu envolvimento direto nos cuidados.
2020	CONSTANTI NIDIS, T.C; PINTO, A. S	Revisão integrativa sobre a vivência de mães de crianças com transtorno de espectro autista.	Revisão Integrativa	Os resultados apontam a sobrecarga emocional com o enfrentamento dessa fase, a perda do filho idealizado, confusão de sentimentos, medo, estresse, ter de lidar com o preconceito, assim como a necessidade dessa mãe em ter auxílio no cuidado com o filho.
2020	SOARES, A. P. T. *et al*	Transtorno do Espectro Autista (TEA): Conhecimento e Sobrecarga dos Pais	Estudo de Coorte Transversal	Foram avaliadas 20 mães. Em geral, no momento do diagnóstico, essas mães não tinham conhecimento sobre TEA e atualmente apresentam interesse de ampliar seus conhecimentos.

Quadro 1: Estudos encontrados acerca dos impactos emocionais e sociais em familiares após receberem o diagnóstico da criança com TEA. (continuação)

ANO	AUTORES	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
2021	VIDAL, A. J. *et al.*	O luto familiar pelo diagnóstico do transtorno do espectro autista na visão psicanalítica	Revisão Bibliográfica	Ocorre de fato um processo de luto entre os pais de crianças diagnosticadas com o TEA. O luto é resultado das fantasias e expectativas que os pais criam ao terem um filho e, ao perceberem que a criança não
2021	LIMA, J. C. *et al.*,	Luto pelo filho idealizado: pais de crianças com tea	Revisão Bibliográfica	Fica evidente que sentimentos de frustração, ansiedade, rejeição e revolta são componentes naturais do processo de luto experimentado pelos pais quando descobrem que seu filho não se encaixa na idealização que tinham antes do diagnóstico.
2021	ANJOS, B. B.; MORAIS, N. A	As experiências de famílias com filhos autistas: uma revisão	Revisão de Literatura integrativa da literatura	A análise de conteúdo dos artigos gerou quatro categorias: vivências, desafios e manutenção das relações familiares (n= 38); recursos e estratégias para enfrentar os desafios (n= 29); subsistema fraterno (n= 10); e rede de apoio social (n= 14).
2021	SOUZA, R.F. A.; SOUZA, J. C. P.	Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de espectro autista	Estudo de Coorte Transversal	No que tange aos resultados, verificou-se que 4 familiares obtiveram o diagnóstico antes de a criança completar três anos. Compreendeu-se que a idade dos genitores pode interferir nas chances de a criança apresentar o transtorno.
2022	PASSOS, B. C; KISHIMOTO, M. S. C.	O impacto do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista na família e relações familiares	Revisão Bibliográfica	Um peso emocional e físico recai sobre todos os membros da família, especialmente sobre a figura materna. A detecção precoce do diagnóstico e a capacitação de profissionais de saúde e educadores para identificar essas dificuldades de comunicação e encaminhar ou atender esses pacientes de forma mais eficaz são cruciais. A forma como a notícia é comunicada, abordando as limitações ou as potencialidades, influencia diretamente como a família investe na criança, o que exerce um papel determinante em seu desenvolvimento.
2022	NASCIMENTO , M. C.; COUTINHO, D. J. G.	Luto de um filho idealizado: mães atípicas de crianças com transtorno do espectro autista (tea)	Revisão de Literatura	Independentemente de terem um diagnóstico formal, as mães de crianças com autismo conseguem identificar características em seus filhos que as levam a buscar a orientação de profissionais, na esperança de diferenciar comportamentos considerados normais de estereotipias. Elas buscam apoio para seus filhos e, consequentemente, reconhecem a necessidade de acompanhamento para si mesmas, devido à carga emocional que carregam, à falta de uma rede de apoio adequada, à ausência de empatia por parte da sociedade e da família, à falta de preparo das escolas e de profissionais qualificados para lidar com indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), entre outras demandas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. O QUE É O LUTO, LUTO SIMBÓLICO DE PAIS DE CRIANÇAS COM TEA E AS FASES DO LUTO

Nas palavras de Vidal *et al.* (2021), o luto é um processo natural e corriqueiro da vida, que pode ser desencadeado por uma variedade de perdas, sejam elas reais ou simbólicas. Sobre o assunto, Bastos *et al*. (2019) citaram a percepção de Freud sobre o tema, onde o luto refere-se a perda de um elo significativo entre uma pessoa e seu objeto. A perspectiva de Lima *et al.* (2021) o luto também pode ser entendido como uma perda objetal, que diz respeito a uma perda real ou simbólica.

A identificação de uma criança que não corresponde aos padrões de tipicidade ou fora dos parâmetros do considerado "normal" ocasiona nos pais um impacto, trazendo desilusão, ao confrontar o filho idealizado com o filho real (Figueiredo *et al.* 2020), este sentimento pode ser comparado ao luto.

Quando os pais recebem o diagnóstico de TEA para seu filho, muitas vezes isso desencadeia uma fase de negação. Esta negação pode ser vista como um mecanismo de enfrentamento, uma defesa contra a esmagadora resposta emocional à perda do filho idealizado (Bastos *et al*. 2019). Tal como os indivíduos que enfrentam perdas trágicas procuram negar a realidade da sua situação, os pais de crianças com TEA podem inicialmente resistir em reconhecer o diagnóstico, esperando um resultado diferente. Batista (2018) aponta que o luto vivido pelos pais de filhos com deficiência pode ser caracterizado por uma dor profunda e caracterizado por uma dor profunda e angustiante. Essa dor pode ser causada por uma série de fatores, como a perda da expectativa de uma vida normal para o filho, o medo do futuro, e o sentimento de culpa.

O luto simbólico, a partir da perspectiva psicanalista de Freud, não está limitado apenas à morte, mas também a perdas importantes, sejam elas reais como a amputação de um membro ou simbólicas, como a perda de algo idealizado, ou seja, a principal característica do luto é a perda relevante de um elo entre uma pessoa e seu objeto (Vidal *et al.* 2021). Machado *et al.* (2018) afirmam que a elaboração do luto transpassa por processos, sendo eles: negação, raiva, depressão e aceitação e barganha. Não há um critério da ordem de acontecimentos de cada estágio, tornando-se necessário acompanhamento psicológico para proporcionar qualidade de vida e dignidade aos envolvidos no cenário, isto significa, pais e crianças (Passos e Kishimoto, 2022).

Por sua vez, o luto simbólico dentro de uma família que lida com uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um processo psicológico profundo que pode ser comparado ao luto vivenciado em diversas outras situações da vida. Conforme mencionado anteriormente, as pessoas encontram diferentes formas de luto, desde a perda de entes queridos até o diagnóstico de doenças terminais, e essa compreensão constitui um pano de fundo crítico para a compreensão do luto simbólico vivenciado pelas famílias de crianças com TEA (Carleial, 2020).

A dinâmica psicológica em jogo durante esta fase de negação é complexa. Os pais podem lutar contra sentimentos de descrença, raiva e tristeza, ecoando os estágios de luto comumente vistos em outros contextos de perda. Eles também podem enfrentar um sentimento de culpa, questionando se fizeram algo errado ou falharam como pais. Isto reflete a auto culpa e a culpa que os indivíduos muitas vezes experimentam face a acontecimentos trágicos (Mapelli *et al.* 2018).

4.2. IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO DO TEA PARA OS PAIS DA CRIANÇA

A aceitação do diagnóstico pelos pais torna-se uma das piores etapas desse processo, não satisfeitos com o parecer médico, eles buscam em outras fontes mais "confiáveis" alternativas outras que não seja o que se recusam a admitir. Antes desse momento, a família viveu um período de desejos e sonhos para a criança, mas que logo se converteu em frustração e descontentamento com o recebimento do diagnóstico (Souza R.; Souza J., 2021). Discutir a aceitação dos pais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) de um filho é um desafio, não apenas para a família afetada, mas também pelas dificuldades inerentes impostas pela própria condição e pelo processo de diagnóstico.

Este desafio estende-se a várias facetas da vida, incluindo a educação e a integração social da criança, constituindo uma tarefa trabalhosa, extenuante e, por vezes, emocionalmente desgastante (Vidal *et al.* 2021).

Em essência, o tema dos fatores socioemocionais e psicológicos no diagnóstico de TEA na família, na perspectiva da psicologia, sublinha os imensos desafios emocionais e práticos que pais e famílias enfrentam quando confrontados com um diagnóstico de TEA. Também sublinha o papel crítico da atenção psicossocial na remodelação do panorama de apoio aos indivíduos com TEA e às suas famílias, enfatizando a necessidade de intervenção precoce, disseminação abrangente de informação e desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e empática que valorize o potencial de cada indivíduo, independentemente de sua condição de neurodesenvolvimento (Soares *et al*. 2020).

De Souza e de Souza (2021) afirmam que o nascimento de uma criança com deficiência causa nos pais sentimento de desilusão. É importante salientar que o autismo não é uma deficiência e sim uma condição que envolve fatores sociais e neurológicos, entretanto as barreiras no desenvolvimento motor e cognitivo frustram as expectativas dos pais do comportamento e desenvolvimento da criança que fora idealizada (Vidal *et al*. 2021).

Constantinidis e Pinto (2020) afirmam que as mães são as primeiras a identificar déficits no desenvolvimento das crianças e são em sua maioria as responsáveis pela busca de diagnóstico e tratamento, os autores salientam que este membro familiar, em geral, passa a ser o cuidador principal e consequentemente costuma ser o mais afetado pela sobrecarga. Dessa maneira, também os pais acabam se distanciando do convívio social devido à inadequação de seus filhos aos padrões ditos "normais" da sociedade, algumas pessoas mediante o contato, ainda que indireto, com indivíduos autistas, sentem-se desconfortáveis, esquivam-se deles ou fitam os olhos neles a ponto de causar constrangimento na família, pois o olhar lançado raramente é de empatia, mas de preconceito. Assim, para evitar episódios como esse, os pais optam pelo exílio (Machado *et al.* 2018).

A criança começa a existir no imaginário da família anteriormente ao seu nascimento, gerando expectativas e idealizações, após o nascimento as características individuais dos pais e filhos aliadas às expectativas e representações sociais formam as interações e vínculos (Carleial, 2020).

Soares *et al*. (2020) ao questionarem qual sentimento mães de crianças autistas tiveram ao receber o diagnóstico 50% afirmaram sentir insegurança e angústia, 40 % relataram tristeza e 25 % temor. Outro fator estressante e gerador de ansiedade é a incerteza a respeito da independência e inserção social do filho.

Ainda Soares *et al*. (2020) relataram que 95% das mães entrevistadas afirmaram que a dinâmica familiar alterou após o diagnóstico de TEA, mas cabe salientar que nem sempre este impacto é negativo.

A interação da família com as instituições sociais desempenha um papel fundamental na compreensão e afirmação dos direitos, no envolvimento ativo nos esforços de defesa específicos do TEA e, em última análise, no benefício dos utilizadores destas instituições (Nascimento; Coutinho, 2022). Neste contexto, é essencial que as famílias cultivem a crença no potencial inerente aos seus filhos, desafiando os estigmas sociais que rodeiam o TEA e demonstrando confiança inabalável nas iniciativas

empreendidas pelos órgãos sociais. Este compromisso é fundamental para o processo inclusivo e para o bem-estar geral dos indivíduos com TEA (Passos; Kishimoto, 2022).

Porém entende-se que ainda há uma carência sobre a complexidade dos sentimentos dos pais e da dinâmica estrutural das famílias, fazendo-se necessário a busca pela compreensão e acolhimento de pais, sobretudo dos que receberam o diagnóstico a pouco tempo.

4.3. A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO ACOMPANHAMENTO DOS PAIS DE CRIANÇA COM TEA

O ajuste à nova realidade após o diagnóstico é uma parte importante, e o psicólogo ajuda os pais a reestruturar expectativas e metas, além de desenvolver estratégias para lidar com mudanças na dinâmica familiar. Fortalecer os laços familiares e promover um ambiente de apoio também é essencial, e o psicólogo pode oferecer aconselhamento para melhorar a comunicação e estratégias para reduzir o estresse (Soares *et al.* 2020).

O psicólogo, neste contexto, deve assumir a sensibilidade aos relatos das famílias, atuar nos estágios do luto, considerar as fases e trazer enfoque para a criança "permanente", em outros termos, a criança real, a "nãoidealizada", legitimando-a. Quanto mais breve estes estágios do luto forem vencidos e houver ressignificação da realidade, maior a disponibilidade afetiva haverá entre os pais e filhos, proporcionando desta forma, continuidade no tratamento do TEA (Mapelli *et al.* 2018). O autismo pode interferir no ciclo de vida de todos os membros da família, atingindo sua estrutura e representando um desafio ao seu desenvolvimento, por isso dois aspectos são fundamentais para serem trabalhados junto às famílias: a força psicológica pessoal e a coesão familiar (Machado *et al*. 2018).

O apoio psicológico das famílias deve focar os aspectos positivos nas relações familiares, como a maior união da família diante das dificuldades cotidianas, bem como nos aspectos negativos, como a dedicação única e integral à criança, num afastamento dos papéis de cada membro (Machado *et al.* 2018). O papel do psicólogo é buscar conhecer a realidade tal como é percebida pelo sujeito e não os fatos que podem ser imediatamente mensurados, ir além de perceber como o indivíduo se sente, buscando qual o significado deste sentimento na relação com o mundo (Fadda; Cury, 2019).

No entanto, para que as famílias enfrentem de forma saudável a crise, a fim de retomarem seu curso de desenvolvimento, entende-se que devam receber adequado amparo e suporte psicológico, pois o bem-estar da criança e da família caminham juntos, de forma que a adaptação das famílias depende da rede de apoio e dos serviços disponibilizados para o acompanhamento delas e de suas crianças (Machado *et al*. 2018).

4.4. A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O cuidado psicológico de pais com filhos autistas é de suma importância, bem como a formação profissional do psicólogo e de outros profissionais das áreas de saúde e educação para oferecer esse cuidado, por isso mais pesquisas devem ser publicadas nesta área para que os profissionais se capacitem e intervenham de forma correta (Machado *et al.* 2018).

A ausência de informações abrangentes e a escassez de profissionais qualificados com experiência em TEA muitas vezes levam à inércia na busca de tratamento adequado

e apoio educacional. Consequentemente, as crianças com TEA podem ser privadas de oportunidades de educação, atividades extracurriculares, intervenções médicas essenciais, cuidados psicológicos e do cumprimento dos seus direitos fundamentais e necessidades de desenvolvimento (Anjos; Morais, 2021).

Em seus estudos, Fadda e Cury (2019) relatam que o autismo ainda é inconclusivo em diversas questões, entretanto no que se refere aos pais, os mesmos parecem se beneficiar, e consequentemente beneficiar a evolução do autista, com uma escuta atenta direcionada a eles, mas também compartilhando entre pais as experiências com seus filhos. Destaca-se, ainda, que conhecer a experiência das famílias de crianças com TEA é fundamental para qualificar as intervenções destinadas a elas (Machado *et al.* 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos permitiu destacar a existência de um processo de luto simbólico vivenciado por pais de crianças com diagnóstico de TEA, decorrente do contraste entre suas fantasias e expectativas iniciais ao se tornarem pais e a realidade de criar um filho com necessidades únicas.

Constatou-se que esta jornada simbólica de luto simbólico abrange várias fases, incluindo a negação do diagnóstico, a raiva, a negociação, a depressão e, em última análise, a aceitação. Tais fatores nos levam a concluir que o luto simbólico apresentado por familiares de crianças com TEA, é um processo que desafia as noções preconcebidas dos pais sobre a parentalidade e exige que se adaptem e cresçam juntamente com os seus filhos com TEA.

Além disso, enfatiza-se a importância do apoio psicológico profissional em equipes multidisciplinares para ajudar os pais a navegar eficazmente nestas fases emocionais. Uma vez que de uma perspectiva psicanalítica, o TEA não é visto como uma condição a ser curada ou um comportamento a ser normalizado, mas sim como uma forma única de funcionamento do indivíduo. Assim, o papel do psicólogo é fundamental para ouvir não apenas as crianças com TEA, mas também as suas famílias. Este apoio ajuda a lidar com as frustrações vividas tanto pela criança como pelos familiares, à medida que os indivíduos com TEA interagem com o mundo de formas distintas.

Reconhecendo as necessidades e desafios específicos enfrentados pelas famílias de crianças com PEA, destaca-se a importância de oferecer apoio psicológico tanto à criança como à família. Esse apoio pode contribuir para uma melhor qualidade de vida da criança e dos seus familiares, ao mesmo tempo que promove dinâmicas positivas no seio da equipa multidisciplinar.

No contexto mais amplo de produção e formação de conhecimento relacionado ao TEA e seu impacto nas famílias. Enfim, conclui-se que a descoberta de que seu filho tem TEA desencadeia uma cascata de emoções atípicas nos pais e familiares da criança, incluindo medo, frustração, vergonha, tristeza, raiva e negação, entre outras. Estas emoções levam ao desenvolvimento de um quadro psicológico que necessita do envolvimento de profissionais que os possam ajudar a processar, identificar e adaptar-se a esta nova realidade.

REFERÊNCIAS

[1] BASTOS, S. F. *et al.* O sofrimento psicológico dos pais ou cuidadores de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 8, n. 1, p.23-33, 2019. Disponível em: https://revistas.brazcubas.edu.br/index.php/dialogos/article/view/628. Acesso em 24 ago. 2023.

[2] BATISTA, P. S. S. **O luto do filho idealizado frente ao transtorno do espectro autista**. TCC em Psicologia, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, 2018. Disponível: em https://unileao.edu.br/repositoriobibli/tcc/PATR%C3%8DCIA%20SOUZA%2 0DA%20 SILVA%20BATISTA.pdf. Acesso em 25 ago. 2023.

[3] CAJUEIRO, R. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** Guia prático do estudante. São Paulo: Vozes, 2013.

[4] CARLEIAL, G. M. A. **Identificação dos primeiros sinais de autismo:** um estudo retrospectivo no Brasil. Tese de Mestrado em Psicologia, Universidade do Porto, 2020. Disponível em: https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/131624/2/437536.pdf. Acesso em 17 mai. 2023.

[5] CONSTANTINIDIS, T. C.; PINTO, A. S. Revisão integrativa sobre a vivência de mães de crianças com transtorno de espectro autista. **Revista Psicologia e Saúde**, 2020. Disponível em https://pssaucdb.emnuvens.com.br/ pssa/article/view/799. Acesso em 19 mai. 2023.

[6] FIGUEIREDO, S.L; *et al.* O diagnóstico do transtorno do espectro autista e suas implicações na vivência da família. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia**, Psicologia escolar e Educação, v. 25, n. 2, jul-dez, p. 93-107, 2020. Disponível em https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7765. Acesso em 22 jun. 2023.

[7] NASCIMENTO, M. C.; COUTINHO, D. J. G. Luto de um filho idealizado: Mães atípicas de crianças ATÍPICAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPÉCTRO AUTISTA (TEA). **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 11, p. e3112208-e3112208, 2022. Disponível em https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/ view/2208. Acesso em 22 ago. 2023.

[8] ANJOS, B. B.; MORAIS, N. A. As experiências de famílias com filhos autistas: uma revisão integrativa da literatura. **Ciências Psicológicas**, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S168842212021000101203&script=sciarttext. Acesso em 13 jun. 2023.

[9] FADDA, G. M.; CURY, V. E. A Experiência de Mães e Pais no Relacionamento com o Filho Diagnosticado com Autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 35(spe). 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe2 GROSS, M. J. *et al.* China hotel research: A systematic review of the English language academic literature. Tourism Management Perspectives, v. 6, p. 68-78, 2013.

[10] LIMA, J. C. *et al*. Luto pelo filho idealizado: Pais de crianças com TEA. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, v. 7, n. 3, 2021. Disponível em https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/636. Acesso em 01 set. 2023.

[11] MACHADO, M. S. *et al.* Tornar-se família de uma criança com Transtorno do Espectro Autista. **Contextos Clínicos**, v. 11, n. 3, p. 335-350, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S198334822018000300006&script=sci_arttext. Acesso em 21 mai. 2023.

[12] MAPELLI, L. D. *et al*. Criança com transtorno do espectro autista: cuidado na perspectiva familiar. **Escola Anna Nery**, v. 22, 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/ean/a/zxYG5PMyxpVZf4YJSfjgyYg/?lang=pt. Acesso em 22 mai. 2023.

[13] MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.Martini, A. M. R. A chegada do estrangeiro: grupo de família - construindo pontes.Vínculo, v. 16, n.1, p.78-88. 2019. Disponíveil em: https://dx.doi.org/10.32467/issn.1982-1492v16n1p78-88. Acesso em: 22 mai. 2023.

[14] MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

[15] PASSOS, B. C.; KISHIMOTO, M. S. C. O impacto do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista na família e relações familiares. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 5827-5832, 2022. Disponível

em https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/43094. Acesso em 20 jun. 2023.

[16] PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:**métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

[17] SOARES, A. P. T. *et al*. Transtorno do Espectro Autista (TEA): Conhecimento e Sobrecarga dos Pais. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 8, n. 3, p. 09-16, 2020. Disponível em https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article /view/6971. Acesso em 20 jun. 2023.

[18] SOUZA, R. F. A.; SOUZA, J. C. P. Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de espectro autista. **Perspectivas em diálogo:***Revista de Educação e Sociedade.* Naviraí, v.8, n.16, p. 164182, jan./abril, 2021.

[19] VIDAL, A. J.; DE ANDRADE, I. S.; SILVA, G. H. O Luto Familiar Pelo Diagnóstico Do Transtorno Do Espectro Autista Na Visão Psicanalítica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 7, p. 1456-1464, 2021. Disponível em https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1834. Acesso em 02 jun. 2023.

[20] ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. **Psicologia: teoria e prática**, v. 19, n. 1, p. 152-163, 2017. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/1938/193851916009.pdf. Acesso em 04 jun. 2023.

CAPÍTULO

09 As consequências emocionais em filhos de pais separados

Maria Raimunda de Oliveira Silva, Miracilde Fernandes da Silva Pereira

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema as consequências emocionais em filhos de pais separados, entende-se que a família é constituída por pessoas unidas por sangue ou afinidades, geralmente constituídas por pai, mãe e filhos que formam uma instituição social ou um núcleo familiar (Noqueira, 2004). Neste contexto, a união entre um homem e uma mulher é chamada de casamento, que como forma natural de constituição familiar existe há tempos tendo sido preservado por diversas religiões e pelas legislações civis nas nações pelo mundo.

No Brasil, após a Proclamação da República, que o casamento deixou de ser visto como uma celebração precipuamente religiosa. "Durante este período, sucederam-se decretos e atos legislativos diversos que tiveram por objetivo instituir o casamento civil, inclusive deixando de atribuir, no início, qualquer efeito jurídico ao casamento celebrado apenas religiosamente" (Gozzi, 2020, p. 23 - 24).

Porém, o panorama atual das famílias brasileiras tem sido afetado pelo divórcio, que é considerado como uma crise transacional no ciclo de vida familiar. Sabe-se que o divórcio envolve questões complexas e conflituosas que afetam todos os membros familiares. O processo de divórcio, que se inicia quando ambos os cônjuges ainda vivem juntos e termina muito depois do divórcio judicial (Raposo et al., 2011 apud Rolim et al., 2022)

Entretanto, o processo do divórcio traz diversos impactos psicológicos e sociais para os/as filhos/as. É um momento delicado em que existe uma desordem na rotina, trazendo, assim, confusão em seus pensamentos por saberem que terão que se adaptarem as novas mudanças de vida (Galvão; Lima; Lopes, 2021). Neste viés, os impactos emocionais afetam a qualidade de vida das crianças, ocasionando desempenho escolar prejudicado, transtornos de ansiedade, mudando o olhar das crianças sobre o amor e os relacionamentos.

O objetivo geral deste trabalho é discutir os impactos da separação dos pais na vida dos filhos, e como objetivos específicos estabeleceram-se: a. Discutir o sofrimento psíquico da criança gerado pela separação dos pais; b. Descrever as alterações na vida da criança em face da separação; e c. Apresentar as contribuições da psicologia no tratamento de crianças que tiveram seus pais separados.

Para a realização deste estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos. O estudo tem abordagem qualitativa uma vez que se preocupa, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Este estudo é de suma importância para a sociedade acadêmica, bem como para as ciências, visto que é um tema relevante para os dias atuais em que o número de divórcios tem crescido. Esse estudo pode ser utilizado como referência de base para estudos na área da psicologia com objetivo de verificar implicações do divórcio conjugal e seus impactos emocionais na família e principalmente nos filhos.

A estrutura do trabalho consiste em quatro capítulos: no primeiro capitulo foram abordados os referenciais teóricos que discorreram sobre a família, casamento e divórcio. No segundo capítulo, a metodologia, no terceiro capítulo foi enfatizada os resultados da pesquisa em artigos, monografias, periódicos. E no quarto capitulo a discussão entre autores acerca dos temas mencionados neste trabalho: psíquico da criança alterado pela separação dos pais.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste estudo optou-se por um procedimento bibliográfico que foi desenvolvido a partir de um levantamento de fontes teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros, artigos, monografias e dissertações. A pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2017, p. 33) “é elaborada com base em material já publicado.Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.”

Desse modo, esta pesquisa foi norteada por uma abordagem qualitativa, com revisão sistemática, uma vez que se preocupa, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para a realização da coleta de dados foram pesquisadas fontes científicas nas plataformas da Scielo, Google Acadêmico, sites de Revistas Eletrônicas de Psicologia e Saúde, e alguns materiais bibliográficos coletados na biblioteca do Centro Universitário FAMETRO - Manaus/AM.

Foram utilizadas para a busca dessa pesquisa descritores de acordo com o tema, divórcio, separação, filhos, impactos emocionais, psicologia e atendimentos psicológicos. Estes materiais bibliográficos foram datados e classificados de 2018 até 2023, as pesquisas foram conduzidas a partir de uma análise por meio de leituras do resumo de cada artigo, vigorando somente aqueles que estavam alinhados a proposta desta pesquisa. Nesta seleção foi construído um quadro teórico com o ano de publicação, título autores, plataforma e síntese que deram um norte para a pesquisa.

Como critérios de exclusão foram excluídos algumas obras do ano de 1994 e ano de 2012. Essas obras são antigas e desatualizadas e não entraram nos critérios exigidos pelas normas da faculdade. As obras excluídas não tiveram informações atuais sobre o tema em pesquisa e por essa questão foram excluídas.

Sendo assim, após a extração dos dados, procedeu-se a construção do referencial teórico bem como resultados e discussão do trabalho por meio das informações coletadas. Nesta etapa, os dados foram examinados com o objetivo de identificar padrões, tendências e relações relevantes entre os objetivos dos estudos, as metodologias empregadas, as intervenções investigadas e os principais resultados relacionados às consequências emocionais causadas em filhos de pais separados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do total de estudos selecionados, identificou-se maior produção científica em torno do tema na base de dados nos seguintes portais científicos: a) Scielo, b) Google acadêmico, c) Revistas Eletrônicas em Psicologia. Primeiramente, os resultados dos estudos incluídos nesta revisão foram agrupados nas categorias de análise: ano de publicação, título, autor, tipo de publicação, local e síntese conforme o quadro de análise dos estudos.

Dentre os resultados apresentados no quadro, destaca-se que 28 artigos do ano de 2018 até 2023, que tiveram o maior número de publicações, com quatro artigos cada. Quanto ao tipo de análise de dados, elas foram qualitativas. Nesse levantamento foi possível constatar uma ampla variabilidade de constructos pesquisados, tais como: divórcio, separação, filhos, impactos emocionais, psicologia e atendimentos psicológicos.

Quadro 1: Artigos selecionados para análise

Ano	Título	Autor	Tipo de Publicação	Local
2018	Relação entre o pai e os filhos após o divórcio	Oliveira, J.L.A.P; Crepaldi, M.A.	Revista	Santa Catarina
2018	Os impactos psicológicos em adolescentes filhos e pais separados	Paula A.B.Z., *et al.*	Artigo	Rondônia
2018	Separação ou divórcio dos pais. Consequências para os filhos e recomendações aos pais e pediatras	Roizblat S.,A. Leiva F., Valentina M.; Maida S., A. M	Revista v. 2, pág. 166-172,	Santiago
2018	O impacto da afetividade nas Crianças o Processo de separação dos pais e como os professores da educação infantil podem trabalhar com esta situação	Cruz, V.M.*et al*	Artigo	Santa Cruz Curitiba
2018	Efeitos na subjetividade das crianças de pais separados em relação à alienação parental	Mello, M.M;e Carmini, V.	Revista	Porto Alegre-RS
2019	A evolução da família numa perspectiva histórica, legislativa e educacional	Nascimento, M; R; P.	Artigo	Parnaiba-PI
2019	Matrimônio no Código de Direito Canônico.	Aquino, F	Artigo	Lorena-SP
2019	A atuação do profissional de psicologia diante do sentimento de filhos de pais divorciados.	Santos, R.A. et al	Revista	Mogi das Cruzes - SP
2019	Causas de Depressão em Crianças e adolescentes.	Silva G.A.C. *et al*	Revista	Anápolis
2019	As implicações do divórcio no desenvolvimento psíquico na primeira Infância na perspectiva psicanalítica.	Villanova.N.A.B *et al*	Artigo	São Francisco Santa Maria
2019	O Exercício da Parentalidade após a Dissolução Conjugal: Uma Revisão Integrativa.	Silva L.D.L; Chapadeiro C.A; M.C. Asumpção	Artigo	MinasGerais
2019	O casamento no direito civil brasileiro: estudo sobre a conveniência da sua formalização para pessoas que vivem em união estável.	Faccio, E.W	Monografia	Santa Catarina
2020	Divórcio dos Pais: Sentimentos e Percepções das Crianças.	Abreu, C. D.; Silva, L. D. L.; Silva, L. M.	Revista,v. 41, n. 1, p. 19-32, jan./jun.2020	Londrina
2020	Depressão na adolescência: impacto do diagnóstico para a família	M.G. Brasil	Monografia	Ariquemes Rondônia
2020	Ressignificando casamento: A evolução do matrimônio como base primordial da entidade familiar	Gozzi, C.M.	Dissertação	São Paulo
2020	Perspectiva histórica do casamento no Brasil: do casamento canônico ao casamento civil introduzido pelo decreto No 181 de 24 de janeiro de 1890	Brito, J.R.U.	Dissertação	São Paulo
2021	Divórcio dos Pais e os impactos na Educação dos Filhos	Silva, A.D.R; Silva, F.G.F; Neto, N.N.	TCC	Betim-MG
2021	Os filhos do Divórcio	Delais; J.	Livro	Campinas-SP
2021	Os Impactos Psicológicos Sociais do Divórcio nos/as Filhos/as Pequenos/	Galvão;L.K.K; Lima S.M.M; Lopes A.P.	Caderno de Graduação – Psicologia	Alagoas
2021	Divórcio: os danos causados no comportamento das crianças e adolescentes.	Souza,A.C.; Conceição, R.C.; Martins,M.G.T.	Revista	Macapá

Quadro 1: Artigos selecionados para análise (continuação)

Ano	Título	Autor	Tipo de Publicação	Local
2021	Impacto do Litígio nos Filhos.	Peregrino, R. et al.	Revista	SãoPaulo
2021	Divórcio impositivo ou unilateral (administrativo): possibilidade no ordenamento jurídico brasileiro	Santos, R.A. et al.	Monogra fia	Maceió -AL
2022	Influências da separação dos pais na vida dos filhos sob a ótica da psicologia	Rolim,M.J.S;	Artigo	Cajaseira - CE
2022	A adaptação de crianças diante do divórcio dos pais: um estudo de revisão sistemática	Boer, F.M.;Ribeiro, R.; Alves,R,R.;	Artigo	Cuiabá-MT
2022	Dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes durante a separação dos pais: uma revisão bibliográfica	GuardaC.N.; Herênio A.C.B; CarvalhoA.L.C	Revisão Bibliografia	Góias
2022	In book: A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa "Rita pai saiu de casa e agora? Uma Técnica terapêutica que pode ajudar a Lidar com a problemática do divórcio?"	Freitas,S.M.P	Revista	Ponta Grossa - PR
2023	Grupo psicoterapêutico com crianças que vivenciaram o divórcio dos pais.	Fazolino N.E.L. *et al.*	Revista Barbaqu á vl 5 n.9	MinasGerais
2023	Os impactos Psicológicos em Crianças e filhos de pais separados	Lopes A.L.F e Mesquita L.M	Revista Foco	Curitiba -PR

4. DISCUSSÃO

4.1. O SOFRIMENTO PSÍQUICO DA CRIANÇA GERADO PELA SEPARAÇÃO DOS PAIS

A separação dos pais pode ter um impacto significativo nas crianças, causando várias alterações emocionais e comportamentais. No entanto, é importante lembrar que cada criança é única e reage de maneira diferente a essa situação. De acordo com Galvão *et al.,* (2021), o divórcio traz impactos psicológicos e sociais para os filhos pequenos sendo assim é um momento delicado para eles, em que existe uma desordem na rotina, trazendo, assim, confusão em seus pensamentos, os filhos pequenos, por ainda não estar com uma personalidade formada, acaba sendo o mais prejudicado com a separação. Negrão; Giacomazzi (2015 *apud* Santos *et al.,* 2019) salientam que diante do divórcio quando um dos ex-cônjuges não aceitam a ruptura conjugal pode trazer grandes prejuízos para a criança/adolescente (filho), no desenvolvimento infantil, como possibilidade de desencadear ansiedade e depressão ou comprometendo na qualidade de vida do filho.

Paula *et al.,* (2018) relatam que a separação inevitavelmente na grande maioria dos casos, os filhos passam a conviver com um dos cônjuges e naturalmente não têm a presença do outro responsável, o que desperta no adolescente a falta de referência, dando causa aos transtornos citados como estresse, ansiedade, instabilidade afetiva, agressividade, impulsividade e depressão, além das dificuldades de socialização e relacionamento. Outros autores explicam que as crianças são mais propensas a ter problemas psicológicos quando se tem uma relação conflituosa entre os pais. Em qualquer momento da vida do casal, antes, durante ou após a separação, esses conflitos afetam a qualidade de vida das crianças, ocasionando desempenho escolar prejudicado, transtornos de ansiedade, mudando o olhar das crianças sobre o amor e os relacionamentos, fazendo-as perceber que eles são instáveis e suscetíveis a decepções e mudando, assim, a maneira de elas se relacionarem quando adultas (Scherzer *et al.,* 2018 *apud* Galvão; Lima; Lopes, 2021).

As consequências desse abuso emocional são devastadoras para o psiquismo infantil, podendo desencadear nas crianças e nos adolescentes doenças psicossomáticas, depressão, ansiedade, nervosismo, instabilidade emocional, entre tantas outras manifestações (Marinho, 2009, p. 43 *apud* Mello; Camini, 2018). Outro autor afirma que neste sentido e dependendo das idades, as crianças podem experimentar diferentes

estados emocionais/perturbações psicológicas como é o caso de ansiedade de separação, perturbações do sono, enurese, medos, períodos de tristeza, fantasias recorrentes de reconciliação, perturbações do comportamento, perturbações somáticas ou comportamentos autodestrutivos como faltar às aulas, falhar na escola ou começar a consumir substâncias (Santos, 2019).

Para Negrão e Giacomozzi (2015 *apud* Fazolino *et al*., 2023) em estudos verificou-se que pais e mães apresentaram comportamentos de evitar, restringir ou prejudicar a relação do(s) filho(s) com o ex-cônjuge após a separação. As consequências negativas para os filhos foram ansiedade, depressão, agressividade, uso de mentiras e rejeição do genitor que não possui a guarda.

De acordo com Delais (2021)

> a criança sente-se fraca, vulnerável. Por vezes, até, é sobre ela que o adulto descarrega suas responsabilidades. Ela reclama ajuda e proteção. Não para de repetir sua queixa: "Todos me abandonaram. Estou sozinho. Quem pensa em mim?" Ela é dura e egoísta. Não se enternece com o sofrimento dos seus. Só tem pena de si mesmo. (Delais, p.8 2021).

4.2. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA ALTERAÇÕES EMOCIONAIS

As alterações emocionais são um aspecto fundamental da experiência humana, essas mudanças emocionais são influenciadas por uma série de fatores. As mudanças em filhos de pais separados é uma realidade complexa e desafiadora. Para as crianças, a separação dos pais pode desencadear uma série de emoções e mudanças em suas vidas. De acordo com Lopes e Mesquitas (2023) o divórcio é um momento de rompimento de laços afetivos e matrimoniais que também tem consequências jurídicas e psicológicas tanto na vida dos progenitores comando dos filhos trazendo assim inúmeros impactos a curto e a longo prazo, prejudicando assim a saúde mental de crianças de pais separadas e divorciados. Neste mesmo contexto, Santos *et al.,* (2019) afirma que o filho principalmente quando novo nem sempre aceita muito bem o divórcio, podendo ocasionar desajustes emocionais nos filhos, devido a isso os pais devem prosseguir com o divórcio da melhor forma possível, a não atingir ao filho, caso haja conflito diante da ruptura familiar.

Em contrapartida, são apontados pelos pesquisadores como fatores de risco que afetam o desenvolvimento infantil no contexto do rompimento conjugal: a modalidade de guarda unilateral ou crianças que permanecem apenas sob os cuidados de um dos pais, o afastamento do pai ou da mãe da vida da criança. Há que se considerar ainda que muitos estudos evidenciaram que os efeitos negativos associados ao divórcio parental surgem antes mesmo da efetivação da ruptura, e estão, muitas vezes, relacionados aos eventos estressores que antecedem o rompimento da relação como os altos níveis de conflito interparental (Boer; Ribeiro; Alves, 2022). Nesse sentido, conhecer os impactos acarretados por essa decisão dos pais no desenvolvimento psíquico dos filhos é fundamental uma vez que está cada vez mais presente na sociedade a separação dos pais pode trazer riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças podendo ocorrer regressão de fases do desenvolvimento psicossexual (Villanova *et al*., 2019).

4.3. PROBLEMA DE DESEMPENHO ESCOLAR

Cruz *et al.,* (2018) afirmam que, atualmente o divórcio tem sido relatado como um caso estressante para o ambiente escolar, pois provoca uma sequência de mudanças na vida das crianças e do ambiente familiar. A separação amplia a possibilidade de pais e crianças mostrarem mal-estar psicológico, influenciando o impacto emocional e físico, que por ele é criado. A literatura indica que crianças de famílias divorciadas estão em risco de expor questões de ajustamento. Conforme os estudos de Silva; Silva e Neto (2021, p. 06) é comum relatos de professores e mesmo de estudantes apontando que crianças que vivenciaram a separação dos pais, tiveram uma alteração no comportamento na escola durante o período e apresentaram maiores dificuldades de aprendizagem e problemas de socialização com seus colegas.

Segundo Galvão *et al*., (2021) autores explicam que o processo do divórcio, por ser um momento de mais conflitos entre os pais, acaba sendo desgastante também para as crianças, causando desconforto tanto em casa como na vida social, gerando impacto também no desempenho escolar. A criança não produz mais como antes e pode desenvolver transtornos psíquicos e mudar sua visão de mundo sobre as relações. De acordo com Souza (2015 *apud* p.07 Silva; Silva e Neto 2021 p.08) muitas crianças em idade escolar começam a ter desinteresse pela aprendizagem durante o período de separação dos pais e até mesmo por um longo tempo após o divórcio. Ainda segundo a autora, neste período a escola tem um papel muito importante, pois deve estar alerta aos sinais que a criança apresente, como forma de se antever ao fracasso escolar, deve também alertar os pais para as mudanças de comportamento e fazer os encaminhamentos necessários.

Crianças em fase pré-escolar têm dificuldades para lidar com o divórcio na medida em que estão começando o movimento de socialização com pessoas de fora do círculo familiar, por essa razão tem maior tendência a sentirem-se culpados, ansiosos, confusos, apresentarem dificuldades no sono, terem fantasias agressivas além de se apegaram em demasia aos pais, em decorrência da separação podem surgir problemas escolares e comportamento problemático com colegas e figuras de autoridade (Martins, 2011 *apud* Villanova, 2019). Alguns pais relataram que ao se dirigir a escola dos filhos, nem sequer na ficha do aluno, constava os dados do pai biológico. Diante desta situação, cabe aos pais refletir e analisar como este comportamento reflete no desenvolvimento e rendimento escolar dos filhos, além da carga emocional que lhes é acarretada (Brito *et al.,* 2010 *apud* Guarda; Herênio; Carvalho, 2022).

4.4. DEPRESSÃO

A depressão em crianças e adolescentes se mostra cada vez mais presente na sociedade. Dessa forma, pode-se traçar um perfil para as causas mais comuns que foram alguns fatores intrínsecos, como ansiedade e internalização de sentimentos, quanto extrínsecos, sendo eles crianças e adolescentes que tem pais separados ou vivem em uma família monoparental e condições socioeconômicas baixas (Roizblatta; Leiva; Maida, 2018). Quando um dos pais apresenta quadro de depressão, faz com que aumente de 2 a 4 vezes o risco da criança ou adolescente desenvolver este mal (Varela, 2011 *apud* Paula *et al*., 2018).

De acordo com Silva *et al.,* (2019) além disso, as crianças que sofrem maus tratos estão em maior risco de desenvolver internalização sintomas durante a infância e adolescência. Então, dificuldades de relacionamento em casa pode ser um fator causal

para o desenvolvimento de depressão em crianças. Em relação ao ambiente escolar e outros ambientes, muitos fatores foram analisados como responsáveis pelo desenvolvimento de fatores depressivos. Nesse diapasão, percebe-se que um ambiente desagradável, sem relações afetivas entre os pais, muitas vezes disputando bens e direitos provenientes da separação, ou até mesmo disputando a guarda dos filhos, pode contribuir acentuadamente para o desenvolvimento da depressão nos filhos (Paula *et al.,* 2018).

A depressão pode ser um dos problemas psicológicos que as crianças e adolescentes podem adquirir com o divórcio, podendo provocar mudanças no humor, onde eles começam a ficarem tristes com mais frequência, podendo ficar mais irritados e isolados do mundo, com dificuldade de manterem relações sociais (Souza; Conceição; Martins, 2021). Neste sentido, os pais que têm dificuldade de falar com seus filhos sobre depressão devem procurar um especialista, como por exemplo, um psicólogo, para poder conversar e entender melhor sobre esta patologia. É necessário que exista um diálogo constante ou cumplicidade no dia a dia dos pais e filhos. Assim como é preciso que os filhos se sintam participantes das decisões da família.(Brasil, 2020).

4.5. ESTRESSE

De acordo com Boer; Ribeiro e Alves (2022) em recente pesquisa longitudinal realizada com 44.509 crianças, foi constatado que filhos que vivenciaram a separação dos pais apresentaram níveis mais altos de estresse. Constata-se que o ambiente familiar vai incidir diretamente sobre o comportamento dos adolescentes, podendo contribuir para a formação de personalidade e amadurecimento dos mesmos, com menos conflitos e insegurança, bem como pode gerar diversos conflitos, entre eles o estresse, que tem a capacidade de repercussão em diversas ações comportamentais dos jovens, principalmente em filhos de pais separados (Paula *et al*., 2018).

Segundo Rolin *et al.,* (2022) os principais efeitos psicológicos que podem afetar os filhos de pais divorciados são sentimentos de dor, angústia e culpa, os quais podem levar a doenças maiores, como estresse e depressão ao longo da vida adulta. Almeida *et al*., (2000 *apud Paula et al*., 2018) salientam que o estresse vivenciado pelos filhos durante o processo de separação dos pais, parece estar relacionado diretamente com o estresse dos pais e os contatos negativos entre eles, sendo que os maiores picos de estresse tendem a ocorrer nos primeiros ciclos da separação.

4.6. OUTROS IMPACTOS PSICOLÓGICOS

De acordo com Paula *et al.,* (2018) diante da repercussão negativa de uma separação judicial ou divórcio, o clima entre os familiares tende a criar situações estressantes, para, todos componentes da família, de modo a atingir e influenciar o comportamento dos adolescentes. Sendo assim, além dos dois principais males que os adolescentes estão sujeitos, notadamente o estresse e a depressão, outros impactos psicológicos podem surgir causando um desgaste muito grande para os filhos envolvidos que se encontram na fase de transição de suas vidas.

Para Souza *et al.,* (2021) além disso, denota-se também impactos psicológicos que irão afetar a qualidade dos filhos adolescentes inclusive na vida adulta destes, pois as dificuldades de conduta na vida escolar, tendem a dificultar uma participação numa rotina acadêmica, bem como a inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, quando se trata

de divórcio, é normal focar no casal, mas crianças e adolescentes precisam de atenção especial porque são propensos a ansiedade, depressão ou outros problemas psicológicos.

4.7. AS ALTERAÇÕES NA VIDA DA CRIANÇA EM FACE DA SEPARAÇÃO

Segundo autores enfatizam que, diante do fenômeno divórcio, traz implicações quais todos os envolvidos, neste sentido faz-se necessário resiliência dos pais para amparar o filho neste processo de ruptura familiar, pois o filho muitas vezes está em maturação do desenvolvimento e isso pode acarretar, quando não bem elaborado, problemas psicológicos, atraso no desenvolvimento infantil, ansiedade, insegurança, dificuldade em estabelecer relações de confiança, dificuldade para dormir, redução na autoestima, dificuldade em seguir ordens, medo e raiva constante ou sintomas físicos como: dor de cabeça, dores de estômago, ataque de asmas entre outros (Santos *et al.,* 2019, p.12). Compreende-se que a ideia do divórcio como uma "catástrofe" parece estar enraizada, algo cultural, difícil de ser desarraigada. No entanto, percebe-se que o divórcio também pode ser uma decisão assertiva, capaz de resguardar os filhos das disfunções familiares, dando-lhes a oportunidade de seguir o seu caminho sem consequências permanentes (Guarda; Herênio; Carvalho, 2022).

Autores declaram que os divórcios conflituosos afetam, sobretudo os filhos, fazendo com que a criança fique triste, distraída, isolada, brinque menos, tenha dificuldades escolares, dentre outros sintomas, sendo comum o sentimento de culpa pelo divórcio dos pais (Abreu et al., 2020).

Sobre os Filhos do divórcio o autor Delais (2021, p. 62) sustenta:

> A criança toma conhecimento de sua infelicidade. Tem mais pena dela mesma do que daquele ou daquela que teme com ela. Sabe que a partir daquele momento nada será mais como antes. Ela se sentirá sempre ameaçada sempre em perigo. Sua oportunidadede felicidade só existiu.

O desenvolvimento psicológico dos filhos diante do rompimento dessa estrutura, uma separação ou divórcio formal, afeta e reflete diretamente na figura frágil, a criança, e, o adolescente. A fragilidade aqui mencionada aplica-se ao grau de maturidade dos filhos para absorção e compreensão do momento que está sendo vivido. Ao sofrerem, mostram reflexos no seu desenvolvimento e enfrentam dificuldades na aprendizagem escolar e no convívio social familiar, por exemplo. Mesmo que a separação ocorra de forma amigável e consensual entre o casal, há a possibilidade da criança, e, o adolescente, sejam afligidos, atemorizados por angústias, medos e incertezas (Guarda; Herênio; Carvalho, 2022). O drama da criança seus sofrimentos perante a separação podemos afirmar que:

> A criança é a testemunha do drama que se desenrola agora de cortinas abaixadas. Não mais violências: os inimigos se separaram. Uma outra vida começa fechada, reclusa. A separação de fato se regularizará em separação judicial, converte-se-á em divórcio,liberando alguns para fazer outros sofrerem mais. Os órfãos - que ficam com o que deixou por conta - constatam o quanto a miséria moral degrada; não encontram nenhuma palavra que console verdadeiramente. Mesmo as alegrias, se restam, estão vestidas de luto. (Delais, 2021, p.93).

Segundo o pensamento dos autores, Lopes e Mesquita (2023) destaca-se que tanto o divórcio como a separação dos cônjuges que já possuem filhos envolve uma grande complexidade, pois traz grandes mudanças no dia a dia das crianças. Assim dentre as possibilidades, que respondem essa problemática está o fato de que as crianças são impactadas negativamente do ponto de vista psicológico podendo ocasionar transtornos de ansiedade, prejuízos na vida escolar e social e ainda trazendo a insegurança em seu relacionamento com os pais e outras pessoas adultas. Outros autores afirmam as alterações na parentalidade que ocorrem nos divórcios contenciosos podem ser estressores capazes de gerar má adaptação nas respostas neuropsicobiológicas, gerando deterioração na saúde física e mental das crianças (Roizblatt; Leiva; Maida, 2018).

Diante disso, os filhos são deixados de lado e até sentem-se desvalorizados por parte dos pais, e isso pode aumentar ainda mais os traumas das crianças, pois as mesmas estão em fase de construção da personalidade e da subjetividade, prejudicando a convivência familiar e social, além de contribuir para a formação de um cidadão adulto com dúvidas, sentimentos de rejeição, insegurança, baixa autoestima, indisposição, sentimento de tristeza entre outros aspectos (Mello; Camini 2018). Por último, não se pode deixar de pontuar as regressões no comportamento, dificuldades no desempenho escolar, problemas com sono e alimentação, somatizações e até depressão como interferências comuns para as crianças e adolescentes aqui retratados. Alergias, obesidade, falas infantilizadas, dificuldades com limites, agressividade e distúrbios alimentares são alguns dos sintomas que apareceram ao longo desses anos (Peregrino *et al,.* 2021).

4.8. AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS QUE TIVERAM SEUS PAIS SEPARADOS

A psicologia desempenha um papel crucial no apoio a crianças que enfrentam a separação dos pais, ajudando a gerenciar e expressar os seus sentimentos e a adaptar-se às mudanças em suas vidas. De acordo com Rolin *et al.,* (2022) um suporte de um profissional psicólogo também é essencial nesse momento, pois, ele pode tornar mais fácil para as famílias lidarem com a angústia e as dificuldades geralmente encontradas por todos os envolvidos em uma situação de divórcio. Outros autores afirmam que tais contribuições e diálogos podem ocorrer na área da pesquisa acadêmica, na atuação profissional e, também, no campo das políticas públicas para as famílias em processos de reconfiguração, auxiliando a construção e o aprimoramento de intervenções que facilitam o amadurecimento emocional dos genitores e seus filhos. (Silva *et al.,* 2019).

Neste contexto, pode-se destacar o apoio terapêutico, que é considerado de suma importância na maioria dos casos, podendo ser um poderoso instrumento utilizado como prevenção de comportamentos disfuncionais (Marris, 1986 *apud* Freitas, 2022). Trabalhar com crianças exige do terapeuta a habilidade de aproveitar ou criar oportunidades para dialogar sobre seus interesses, habilidades, conhecimentos, para que a criança possa emergir como sujeito e ser levada a sério, mesmo no momento da brincadeira. O grande desafio para o psicoterapeuta é inserir- se no mundo da criança, deixando-se ser conduzido pela curiosidade genuína, admirando suas produções e utilizando a riqueza de sua imaginação (Grandesso, 2000 *apud* Fazolino *et al.,* 2023). O mesmo autor afirma que embora o psicoterapeuta tenha vários objetivos, não deve ter expectativas: cada uma das sessões é uma experiência existencial.

Segundo a autora Freitas (2022 p.143) explica que "as crianças filhos de pais divorciados beneficiam de intervenção terapêutica, dirigida tanto a elas próprias como à sua família. Neste sentido, será útil a introdução de algumas linhas condutoras para ajudar a que esta fase seja menos danosa possível". O grupo psicoterapêutico com as crianças se propõe a ser um espaço sigiloso, privilegiado e reservado para trocas de comunicação e afetos entre os participantes, a partir de mediadores lúdicos, que proporcionam novas vivências e tipos de relacionamentos, a fim de auxiliar os indivíduos a se reorganizarem internamente (Fernandes, *et al.,* 2003 *apud* Fazolino *et al.,* 2023).

Abreu *et al.,* (2020) salientam que as "Oficinas de Parentalidade" possui como intuito a discussão de temas relacionados com a separação dos pais expostos de forma lúdica e adaptados ao universo infantil. Nela são contadas histórias, realizadas dinâmicas, brincadeiras, desenhos e realizada a atividade. De acordo com Fazolino *et al.,* (2023) explicam que oficinas de Parentalidade (OP) foram desenvolvidas com o objetivo de auxiliar famílias que enfrentam conflitos jurídicos relacionados ao divórcio ou à dissolução da união estável, sendo voltadas para pais, crianças e adolescentes, separadamente.

A terapia familiar se apresenta como uma das alternativas mais recomendadas por profissionais que atuam com famílias em conflito, e faz parte das providências contidas na lei nº 12.318/10 o encaminhamento para tratamento com o objetivo de reverter essas situações (Guarda *et al.,* 2022). Conforme autores Silva; Chapadeiro e Assumpção (2019) em situações de terapia familiar, mesmo as que não envolvem um processo de divórcio/separação conjugal, os terapeutas podem contribuir para diminuir esta diferença de papeis de pais e mães e diferença na qualidade do vínculo afetivo de pai-filhos em relação ao de mãe-filhos. No entanto, nem todas as famílias têm condições de arcar com os custos de um acompanhamento psicológico, e a existência destes serviços gratuitos ainda é um desafio para quem precisa, tendo em vista a burocracia para conseguir vagas e a carência de divulgação dos locais que oferecem este tipo de atendimento (Guarda *et al.,* 2022).

Por fim, é sabido que a Psicologia tem agregado bastante suporte para o filho e para os pais diante do divórcio, através de técnicas apropriadas pelo terapeuta, ajudando no enfrentar deste processo doloroso. Prestar apoio a filhos de pais divorciados é um desafio que se coloca aos profissionais de saúde mental, pois, é uma área de intervenção que deixa prever um aumento do trabalho devido ao aumento da taxa de divórcios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo do presente trabalho, o casamento é um dos costumes mais antigo da humanidade e por vezes, considerado o pilar de diferentes sociedades. Tal instituição matrimonial tem a formação e a manutenção da família como seu principal objetivo. Desse modo, vale frisar que toda a sociedade precisa de união entre as pessoas, pois é através dela que os cônjuges compartilham a comunhão de vida, e a partir de tal fato se originam novas famílias, que constituem a formação e a continuidade das sociedades.

Porém, a sociedade muda e com ela também os comportamentos humanos. O divórcio não é um evento discreto, mas um processo que começa quando os cônjuges vivem juntos e termina muito depois da separação legal. Esse processo de separação, geralmente, provoca vários eventos que as pessoas tendem a ver como estressantes e aumentam o risco de resultados negativos no comportamento, no emocional e na saúde

de adultos e filhos.

Dessa forma, com o fim do casamento, o casal entra em uma dinâmica complexa em que os conflitos da separação acabam afetando os filhos emocionalmente. É ai que se percebe os impactos emocionais que apontam o conflito entre os pais e filhos. Neste viés, as crianças são mais propensas a ter problemas psicológicos durante ou após a separação. São conflitos que afetam a qualidade de vida das crianças, ocasionando desempenho escolar prejudicado, além dos transtornos de ansiedade e depressão.

Com base neste estudo, foi perceptível averiguar que o divórcio no Brasil é um fenômeno marcante para as famílias. E que esse processo ocasiona diversas transformações ao longo do tempo nos filhos, inclusive mudanças emocionais psicológicas. Sendo assim, a Psicologia tem muito a contribuir com esta questão, pois existe a necessidade do olhar multidisciplinar nas questões do divórcio, não apenas para uma compreensão maior e melhor dos conflitos que envolvem o casal nesse processo, mas, principalmente, para entender os/as filhos/as sobre toda a situação gerada pela ruptura do casamento.

É importante ressaltar que a literatura atribuída neste trabalhou contribuiu para o conhecimento e formação profissional em psicologia. Neste sentido, sugerem-se novas pesquisas futuras sobre esse tema relevante para a sociedade em geral. Vale destacar que o apoio psicológico para as famílias são considerados eficazes, bem como estudos sobre programas de intervenção psicológica com pais, mães e filhos. Tendo em vista os efeitos benéficos das intervenções apresentadas neste estudo, presumem-se que intervenções no pré e pós-divórcio poderiam beneficiar todos os membros da família, principalmente intervenções que privilegiam a prevenção dos fatores de risco para o desenvolvimento dos filhos.

REFERÊNCIA

[1] ABREU, C. D.; SILVA, L. D. L.; SILVA, L. M. **Divórcio dos Pais: Sentimentos ePercepçõesdas Crianças.** 2020 <Disponível https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/38186pdf> Acesso em 04 deset de 2023.

[2] AQUINO, F. **Matrimônio no Código de Direito Canônico.** 2019. Disponível em: https://cleofas.com.br/matrimonio-no-codigo-de-direito-canonico. Acesso em: 05 nov 2023.

[3] BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 07 nov.2023.

[4] BRASIL, M.G., **Depressão na adolescência:** impacto do diagnóstico para a família. Monografia, Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA. 2020.

[5] BÍBLIA: com ajudas adicionais. Rio de Janeiro: Alfalit, 2018.

[6] BOER, F.M.; RIBEIRO, R.; ALVES,R,R.; A **adaptação de crianças diante do divórcio dos pais: um estudo de revisão sistemática.** 2022 <Disponível https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/1196> Acesso 25 de set de 2023.

[7] BRITO, J.R. U. **Perspectiva histórica do casamento no Brasil: do casamento canônico ao casamento civil introduzido pelo decreto Nº 181 de 24 de janeiro de 1890**. Universidade deSão Paulo, 2020.

[8] CRUZ, V.M. et al. **O impacto da afetividade nas crianças no processo de separação dos pais e como os professores da educação infantil podem trabalhar com esta situação-**2018 <Disponível https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2018/trabalho-1000002047.pdf>Acesso 02 de outubro de 2023.

[9] DELAIS; J. **Os filhos do Divórcio**. 1ª ed. Editora Cedel Novembro 2021., 197p.

[10] FARIA, S,R,S. **Divórcio**. 2011 <Disponível https://fadiva.com.br/documentos/jusfadiva/2011/20.pdf Acesso em: 28 de out de 2023.

[11] FACCIO, E. W. **O casamento no direito civil brasileiro: estudo sobre a conveniência da sua formalização para pessoas que vivem em união estável.** Universidade do Sul de Santa Catarina, 2019.

[12] FAZOLINO N.E.L. et al. **Grupo psicoterapêutico com crianças que vivenciaram o divórciodos pais** – Revista Barbaquávl 5 n.9 Jan/Jun 2023 <Disponível https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/6458> Acesso em 26 de set de 2023.

[13] FREITAS, S.M.P In book: **A psicologia no Brasil:Teoria e pesquisa "Rita pai saiu de casa e agora? "- Uma Técnica terapêutica que pode ajudar a Lidar com a problemática do divórcio?"** -2022 <Disponível (pdf) o projeto de controle das emoções pelo transhumanismo: uma análise pela perspectiva do existencialismo de jean-paulsartre (researchgate.net)> Acessoem 26 de set de 2023.

[14] GALVÃO; L.K.K; LIMA S.M.M; LOPES A.P. **Os impactos psicológicos e sociais dodivórcio nos/as filhos/as pequenos/as** Psicologia – Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais v.6 n.3 p.101-110 2021 <Disponível em:https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/9888/4555>Acesso em 04 de set de 2023.

[15] GAMA, G. C. N. D. **O companheirismo:** uma espécie de família. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

[16] GIL, A. C. 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

[17] GOZZI, C. M. **Ressignificando o casamento:a evolução do matrimônio como base primordial da entidade familiar.**Pontifícia Universidade Católicade São Paulo PUC-SP, 2020.

[18] GUARDA C.N.; HERÊNIO A.C.B; CARVALHO A.L.C **Dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes durante a separação dos pais:** uma revisão bibliográfica 2022.

[19] LIMA, T. C. S., MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

[20] LOPES, A.L.F., MESQUITA, L.M. **Os Impactos Psicológicos em Crianças e Filhos de Pais separados** 2023 Revista Focos v16 n°10-101 p. 01-17 <Disponívelfile:///C:/Users/user/Downloads pdf> Acesso em 20 de outubro de 2023

[21] MELLO, M.M; e CARMINI, V. **Efeitos na subjetividade das crianças de pais separados emrelação à alienação parental**, 2018 <Disponível file:///C:/Users/user/Downloads/148-Texto%20do%20Artigo-533-2-10-20200718.pdf> Acesso em 28 de set de 2023.

[22] NASCIMENTO, M; R; P. **A evolução da família numa perspectiva histórica, legislativa e educacional.** 2019 <Disponível: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2594 > Acesso em: 04 de out de 2023.

[23] NOQUEIRA, B; N. **A Família: Conceito E Evolução Histórica E Sua Importância. 2004** < Disponível: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>. Acesso em 04 de nov de 2023.

[24] OLIVEIRA, J.L.A.P; CREPALDI, M.A. .**Relação entre o pai e os filhos após o divórcio:revisão integrativa da literatura.** *Act.Psi* [online]. 2018. Disponível: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-35352018000100092em> Acesso em 04 de set 2023.

[25] PAULA, A.B.Z.; et al **Os impactos psicológicos em adolescentes filhos de pais separados, 2018 Artigo de Psicologia aplicada ao direito. 2018.** <Disponível https://www.psicoajuda.pt/wp-content/uploads/2018/08/2018-artigo-psicologia-aplicada-ao- direito.pdf> Acesso em 05 de set de 2024.

[26] PEREGRINO, R. et al. **Impacto do litígio nos filhos.** Nova Perspectiva Sistêmica, v. 30, n. 69, p. 96-108, abril 2021 <Disponívelhttps://www.revistanps.com.br/nps/article/view/628/475> Acesso em 09 de out de 2023.

[27] ROIZBLATT S., A. LEIVA F., Valentina M.; MAIDA S., A. M. **Separação ou divórcio dos pais. Consequências para os filhos e recomendações aos pais e pediatras**. Rev. pediatra. Santiago,v. 2, pág.

166-172, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370- Acesso em 23 out. 2023.

[28] ROLIM, M.J.S; et al. **Influências da separação dos pais na vida dos filhos sob a ótica da psicologia.**Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras v9.n1.p651-666, 2022.

[29] SANTOS, J.A.S. **Divórcio impositivo ou unilateral (administrativo):** possibilidade no ordenamento jurídico brasileiro / José Alexandre da Silva Santos. – 2021. 61 f. Orientador: Wlademir Paes de Lira. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) –Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2021.

[30] SANTOS, R.A. et al. **A atuação do profissional de psicologia diante do sentimento de filhosde pais divorciados.** Revista Diálogos Interdisciplinares.v. 8 n° 1 p. 1-14, 2019<Disponível https://revistas.brazcubas.brpdf> Acesso em 04 de set de 2023.

[31] SILVA, A.D.R; SILVA, F.G.F; NETO, N.N. **Divórcio dos Pais e os impactos na Educaçãodos Filhos, 2021.** Monografia Curso de Pedagogia– Centro Universitário Uma Betim – Instituto de Ciências Humanas <Disponível em:https://repositorio.animaeducacao.com.br/20filhos.pdf > Acesso em 04 de set de 2023.

[32] SILVA, G.A.C. *et al*. **Causas de depressão em crianças e adolescentes**. RESU – Revista Educação em Saúde: V7, suplemento 1, 2019.

[33] SILVA, L.D.L; CHAPADEIRO, C.A.; ASSUMPÇÃO, M.C. **O Exercício da Parentalidade após a Dissolução Conjugal:** Uma Revisão Integrativa 2019 < Disponível http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n1/v23n1a09.pdf> Acesso em 09 de out de 2023>

[34] SOUZA, A.C.; DA CONCEIÇÃO, R.C.; MARTINS, M.G.T**. Divórcio:** Os danos causados no Comportamento das crianças e adolescentes. **Revista Psicologia em Foco**, v. 13, n. 18, p. 90 -109, 2021.

[35] VILLA N.A.B. *et al*. **As implicações do divórcio no desenvolvimento psíquico na primeira infância na perspectiva psicanalítica**. **Research, Society andDevelopment**, v. 8, n. 1, 2019. <Disponível https://www.redalyc.org/journal/5606/560662192036/html/> Acesso 30 de setembro de 2023.

CAPÍTULO

10 A relação do uso de ansiolíticos e antidepressivos para saúde mental dos jovens

Emily Pessoa dos Santos, Caroline Sousa Bindá

1. INTRODUÇÃO

Os medicamentos psicotrópicos, até o fim da década de 1980, eram disponibilizados diretamente pelo farmacêutico ou atendente de farmácia, de modo que seu acesso era facilitado e a dependência era bastante frequente. Uma vez constatados os efeitos nocivos do uso indiscriminado destes fármacos, o Ministério da Saúde regulamentou o controle destas substâncias, por meio da apresentação e retenção de receita, bem como pela notificação no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) (Azevedo, 2014). Os antidepressivos são medicamentos muito utilizados pela psiquiatria para tratamento de ansiedade e depressão.

A relação abusiva de medicamentos além de causar a dependência química, quando usado sem a prescrição médica causam vários efeitos colaterais, principalmente os antidepressivos utilizados para tratar a ansiedade como os benzodiazepínicos. De acordo com Santos *et al*. (2021, p.4), "O uso debenzodiazepínicos pode levar à tolerância, dependência, abstinência, sedação e prejuízos psicomotores".

É possível afirmar que o uso irracional de psicotrópicos pode trazer problemas associados à intoxicação, além de outros impactos sociais e econômicos como: dificuldades no desenvolvimento do aprendizado dos pacientes; aumento de investimentos em saúde pública destinado ao tratamento de pessoas com dependência química; prejuízo das relações familiares; e o incentivo ao consumo ilícito dessas substâncias (Lopes; Grigoleto, 2011).

A partir da discussão do assunto em pauta, as pesquisadoras nortearam seu trabalho estabelecendo como objetivo geral da investigação compreender a relação dos jovens com os ansiolíticos e antidepressivos na contemporaneidade. Para alcançar o objetivo geral estabeleceram-se como objetivos específicos: **a**. Levantar o perfil psicossocial de jovens que utilizam ansiolíticos e antidepressivos; **b**. Relatar as principais queixas dosjovens para o uso dos ansiolíticos e antidepressivos; **c**. Identificar o padrão de uso de ansiolíticos e antidepressivos.

O presente trabalho se justifica para a sociedade como instrumento que irá auxiliar na compreensão do uso de psicofármacos e os comportamentos de jovens adultos. Para a comunidade acadêmica irá auxiliar como pesquisa, em uma área pouco explorada que é o uso de medicamentos psiquiátricos, e a falta de comprometimento com o tratamento que algumas pessoas apresentam.

Como motivação pessoal, a pesquisa surge para verificar e testar algumas opiniões e comportamentos analisadas em redes sociais, que mostram uma visão do uso de ansiolíticos e antidepressivos como medicamentos de baixo impacto e que podem ser usados como diversão.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é uma abordagem quantitativo-qualitativa, com caráter descritivoe de campo. No dizer de Gil (2019), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela busca de informações, compreendendo a complexidade e o detalhamento das informações obtidas, com o objetivo de analisar as experiências das pessoas em contextos sociais.A pesquisa quantitativa, por outro lado, fornece números e dados para justificar finalidade da pesquisa, que pode descrever populações e fenômenos, além deverificar a existência de relações entre variáveis. Conforme Gil (2008), a pesquisa descritiva visa descrever as características de uma população específica. Eles também podem ser elaborados para identificar possíveis relações entre variáveis.

Para Gil (2019), a pesquisa de campo é um método de investigação que envolve a coleta de dados diretamente no ambiente natural onde o fenômeno ocorre.Ao contrário de abordagens mais controladas em laboratório, a pesquisa de campo busca compreender o contexto real em que os eventos acontecem.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa foi uma entrevista semiestruturada com perguntas objetivas e abertas. O contato com os participantes foi da seguinte forma: a. as pesquisadoras selecionaram os participantes conforme os critérios de inclusão, homens e mulheres, com idade de 18 a 25 anos, que fazem o uso de ansiolítico ou antidepressivo há pelo menos 3 meses e que residam na cidadede Manaus; b. Inicialmente, as pesquisadoras direcionaram um formulário em redes sociais como Twitter, WhatsApp e Telegram com intuito de explicar a pesquisa e selecionar os primeiros 4 participantes;

Esse processo foi feito de forma minuciosa até conseguir o número de usuáriosque queiram participar da pesquisa; d. Assim que as pessoas demonstrarem interesse, as pesquisadoras assistentes enviaram o link da plataforma do Google Forms, que consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e agendaro dia da entrevista para acontecer via Google Meet; e. Ao receber o link os usuários irão aceitar o termo do TCLE e após a aceitação ter acesso ao agendamento e à cópiado TCLE em seus e-mails.

Em face da dificuldade em estabelecer a população, estabeleceu-se como amostragem o "*snowball*" ou bola de neve, sendo uma forma de amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Segundo Bernard (2005), esta técnicaé um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem

acessadas ou estudadas (*Hard-to-find or hard-to-study populations*) ou que não há precisão sobre sua quantidade. A partir disso, a amostra não pode ser estabelecida, porém para início da pesquisa teve 4 pessoas que participaram.

Os critérios de inclusão para participar da pesquisa são: a) ter entre 18 a 25 anos; b) fazer uso de ansiolítico ou antidepressivo por pelo menos 3 meses; c) jovens que residem na cidade de Manaus.

Os critérios de exclusão da pesquisa são: a) pessoas que estejam em fase de desmame dos remédios; b) deixaram de fazer o uso de ansiolítico e antidepressivos há menos de 1 mês.

Respeitando o prescrito na resolução N° 466 de 2012 do Conselho Nacional deSaúde (CNS), todos os trabalhos desenvolvidos na pesquisa respeitarão a questão do sigilo, devendo constar que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Com o intuito de ter a maior eficiência na análise das respostas, foramorganizados os dados obtidos na entrevista semiestruturada e a partir desses dados a interpretação se dará de forma qualitativa.

De acordo com André e Lüdke (1986): Analisar os dados qualitativos significa "trabalhar" todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis

O local da pesquisa, por não ter espaço próprio, se deu em um ambiente virtual,e como ferramenta foi utilizado o *Google Meet,* uma plataforma de propriedade da empresa Google que serve como meio de intermediar chamadas de voz e vídeo de forma online. Assim, as pesquisadoras conseguiram obter as informações a partir daanálise do discurso.

Foi utilizada a análise de conteúdo por categorização, de Bardin (1977). Ela dividiu as etapas desde sua organização, antes dos dados propriamente ditos, A interpretação dos resultados obtidos pode ser feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Para Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá "apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor". Os jovens nesta pesquisa foram identificados com J1, J2, J3, J4, J5 E J6 no que diz a respeito das respostas de cunho opinativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa serão apresentados os resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa, bem como os referidos foram analisados e discutidos. O primeiro tópico a ser discutido é o perfil do participante. É fundamental salientar que todos os participantes passaram por psiquiatras e estão tomando a medicação indicada.

3.1. DADOS QUANTITATIVOS

Sexo dos participantes

Tabela 1 - Perfil sociodemográficas dos entrevistados: Sexo

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Masculino	2	33%
Feminino	4	67%
TOTAL	6	100%

Fonte: autores, 2023.

No quadro acima foram apresentados os resultados em relação ao sexo dos participantes, verificou-se que 67% dos participantes são mulher e 33% homens. Verificando-se assim uma maioria de mulheres. De acordo com Carvalho et al. (2017),em uma pesquisa realizada com 178 acadêmicos matriculados no curso de odontologia, que tinha como finalidade avaliar através a situação de saúde mental e ouso de ansiolíticos e antidepressivos pelos acadêmicos, o estudo evidenciou que 131 mulheres utilizavam antidepressivos ou ansiolíticos. Em um segundo estudo realizadocom 449 estudantes de medicina no interior do estado de São Paulo com média de idade de 22,7 anos, que tinha como intuito identificar a utilização de medicamento ansiolítico aos estudantes de

medicina de uma universidade, correspondendo 84 estudantes do sexo feminino tinha três vezes mais chance de fazer terapia.

As mulheres tendem a usar mais frequentemente medicamentos ansiolíticos doque os homens. Isso pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo diferenças de gênero na prevalência de transtornos de ansiedade e a maneira como homens e mulheres relatam e buscam ajuda para problemas de saúde mental.

Para Rossi et al. (2023), normas sociais e culturais podem influenciar a maneira como homens e mulheres lidam com o estresse e a ansiedade. As expectativas sociaissobre o comportamento masculino e feminino podem afetar a disposição de buscar tratamento.

Faixa etária dos participantes

Tabela 2 - Faixa Etária dos Participantes

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
20 a 25 anos	5	83%
25 a 30 anos	1	17%
TOTAL	6	100,00%

Fonte: autores, 2023.

Conforme tabela 02, os entrevistados possuem o seguinte perfil de faixa etáriaonde a minoria dos entrevistados tem de 25 a 30 anos correspondendo a 17% e em superioridade 83% com idade entre 20 a 25 anos. Segundo Souza et al. (2021), na pesquisa que tinha finalidade de analisar a quantidade de alunos que possui depressão e/ou ansiedade, que fazem uso de medicamentos para este fim, evidenciouem uma amostra de 15 alunos cerca de 60% possuem idades entre 24 e 28 anos, e faziam uso de e faziam uso de medicamento para transtornos. As motivações principais referem-se a conflitos psicológicos advindos das dificuldades de aprendizagem, das cobranças acadêmicas e de adaptação a um novo ritmo de vida.

Em uma outra pesquisa realizada por Coimbra et al. (2021), que objetivo avaliaro perfil e uso de antidepressivos e ansiolíticos por acadêmicos do curso de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais (IES),apresentou que 26 alunos utilizam antidepressivos sendo 19 mulheres que respondiam ser a maioria dos usuários. Entende-se que devido às condições sociais em que vivem, a motivação dos jovens acadêmicos está mais suscetível a alterações emocionais. Embora preparados fisicamente, ainda estão passando por mudanças psicológicas e podem não ter maturidade suficiente para aceitar o novo ritmo de vida imposto pela jornada acadêmica.

Compreende-se que os jovens adultos frequentemente enfrentam uma série de desafios e pressões, como transições educacionais, profissionais e financeiras. Essas pressões podem levar ao aumento dos níveis de estresse e ansiedade. Para Mendese Mello (2022), a conscientização sobre questões de saúde mental tem crescido, levando mais jovens adultos a buscar ajuda para problemas de ansiedade e depressão, o que pode incluir a prescrição de ansiolíticos.

Escolaridade dos participantes

Tabela 3 - Escolaridade dos Participantes

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ensino médio	3	50%
Cursando Ensino Superior	1	17%
Graduação	2	33%
Especialização	0	0%
TOTAL	6	100%

Fonte: autores, 2023.

No que tange a escolaridade, foi evidenciado que 50% têm apenas o ensino médio e 33% têm graduação completa e 17% estão cursando sua respectiva graduação. O uso de ansiolíticos e antidepressivos pode variar de acordo com o nível de escolaridade das pessoas, mas é importante destacar que a relação entre escolaridade e o uso desses medicamentos não é direta e depende de uma série de fatores individuais e contextuais.

No estudo realizado no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Guaraciaba do Norte-CE por Narciso et al. (2020), apontou em uma pesquisa com 50 pessoas, que 52%, dentre as classes de psicotrópicos mais prescritos pelo psiquiatra, estão os antidepressivos, em segundo ficou a classe dos ansiolíticos, seguidos pelos antipsicóticos.

De acordo com Albini *et al*. (2019), pessoas com maior nível de escolaridade tendem a ter maior conscientização sobre saúde mental e acesso a informações sobre tratamento. Isso pode levar a uma maior busca por ajuda profissional, incluindo a prescrição de ansiolíticos e antidepressivos quando necessário. Ainda de acordo como autor, pacientes com maior escolaridade também podem ter acesso a terapias alternativas, como a terapia cognitivo-comportamental, que podem ser usadas como uma alternativa ou complemento ao tratamento com medicamentos.

Tipos de transtorno

Tabela 4 - Quais tipos de transtorno já teve

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Ansiedade	6	46%
Depressão	4	31%
Outros	3	23%
TOTAL	13	100%

Fonte: autores, 2023.

De acordo com a tabela 4, quando questionado sobre “Quais tipos de transtornojá teve?”, nesse contexto, foi identificado que 6(46%) ansiedade e 4(31%) informaram que já tiveram depressão também e apenas 3 (23%) explicaram ter outros tipos de transtorno. Amplamente relatado que houve um aumento significativo na venda e no consumo de ansiolíticos e antidepressivos durante o período da pandemia de COVID-19 em muitos países ao redor do mundo. A incerteza e o estresse causados pela pandemia, incluindo preocupações com a saúde, emprego, isolamento social e outras mudanças na vida

cotidiana, levaram a um aumento na ansiedade em muitas pessoas.Além disso, a saúde mental é uma preocupação importante, e o aumento no uso de medicamentos destaca a necessidade de acesso adequado a serviços de saúde mental e apoio psicológico durante e após a pandemia.

Segundo Betiati et al. (2019), em uma pesquisa realizada com 835 acadêmicos do curso de medicina na região do noroeste do estado do Paraná, evidenciou a presença de transtornos mentais comuns como depressão e ansiedade. A vida nesse período dos jovens é repleta de atividades e responsabilidades, onde os estudantes são exigidos que acabam acarretando sobrecarga aos jovens e potencializando estresses.

Para Victoria *et al*. (2015), e uma pesquisa desenvolvida com 637 alunos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com média de idadede 22 a 24 anos, pertencentes a diversos cursos da instituição, apresentou que a exigência da própria instituição de graduação devido à quantidade de disciplinas a serem cursadas e a concorrência pelo mercado de trabalho, como também familiar, que acrescenta o temor do fracasso profissional e prestígio, são fatores que pode desencadear a ansiedade e depressão.

Em outro aspecto aborda que durante o período da pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na venda de medicamentos ansiolíticos eantidepressivos em muitos lugares ao redor do mundo. Essa tendência foi impulsionada por uma série de fatores relacionados à pandemia e ao estresseemocional e psicológico associado a ela. É importante observar que o álcool em gel, máscaras e bebidas alcoólicas também tiveram aumento nas vendas devido às medidas de saúde pública e às mudanças no comportamento de consumo durante a pandemia.

Há quanto tempo toma medicação

Tabela 5 - Há quanto tempo toma medicação?

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Até 1 ano	1	17%
1 a 5 anos	4	67%
Acima de 5 anos	1	17%
TOTAL	6	100%

Fonte: autoras, 2023.

De acordo com a tabela 5, ao serem indagados sobre “Há quanto tempo toma medicação?”, os entrevistados responderam da seguinte forma: 67% entre 1 a 5 anose, 17% acima de 5 anos e 17% até 1 ano. O uso prolongado de ansiolíticos e antidepressivos em jovens deve ser baseado em uma avaliação contínua das necessidades clínicas individuais. Isso envolve avaliar a eficácia do tratamento, a presença de efeitos colaterais e a necessidade de ajustar a medicação. Há de se considerar que o tratamento de longo prazo com esses medicamentos deve ser monitorado regularmente por um profissional de saúde mental ou médico. Isso permiteque qualquer problema seja identificado e tratado precocemente.

Segundo Fontes *et al*. (2022), embora os ansiolíticos e antidepressivos não sejam geralmente considerados substâncias altamente viciantes como drogas ilícitas ou álcool, eles têm o potencial de causar dependência física e psicológica quando usados de maneira

inadequada ou por um longo período.

Todavia, em caso de dependência para Bastos (2020), a dependência física ocorre quando o corpo se acostuma com a presença da substância e desenvolve uma tolerância, o que significa que uma dose anteriormente eficaz não produz mais o mesmo efeito. Isso pode levar a uma necessidade de aumentar a dose, o que pode aumentar o risco de dependência.

Para Alencar *et al*. (2022, p.12) diz que:

> As combinações medicamentosas podem, em alguns casos, ser benéficas, ou resultar em interações medicamentosas indesejadas provocando diversosproblemas e reações adversas, precisando ser acompanhadas e avaliadas no momento da prescrição, prevenindo eventuais erros que possam invalidaros efeitos terapêuticos, potencializar a ação de certo fármaco ou intensificar reações adversas.

A utilização de maneira irracional de antidepressivos e de ansiolíticos pode ocasionar problemas relacionados às intoxicações, além de outros impactos sociais e econômicos, como dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento dos pacientes, aumento dos gastos em saúde pública, rompimento das relações familiares e incentivo ao consumo ilegal desses medicamentos (Neri *et al*., 2020).

Já procurou algum médico?

Tabela 6 - Já procurou algum médico?

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	6	100%
Não	0	0%
TOTAL	6	100%

Fonte: autoras, 2023.

De acordo com a tabela 6, no que corresponde a indagação sobre "Já procurou algum médico?" Os entrevistados deram a seguintes respostas: 100% afirmaram quesim foram à procura de orientação médicas. Os médicos são capacitados para fazer uma avaliação clínica completa, diagnosticar transtornos mentais e determinar a gravidade dos sintomas. Isso é essencial para determinar se o uso de ansiolíticos ou antidepressivos é apropriado e qual medicamento é mais adequado para cadapaciente. Os profissionais de saúde com médicos e farmacêuticos podem fornecer aconselhamento e educação aos pacientes sobre o uso adequado dos medicamentos,incluindo informações sobre a duração do tratamento, a importância de tomar a medicação conforme prescrição e os possíveis efeitos colaterais.

Para Tavares *et al*. (2021), a prescrição de medicamentos para o tratamento de transtornos mentais deve ser apenas um complemento ao tratamento, devendo primeiro ser analisado o risco-benefício do uso e levada em consideração a possibilidade de efeitos adversos.

No entendimento de Melo e Lourenço (2020), os profissionais de saúde podem avaliar se é necessária terapia psicológica ou outros tipos de intervenção complementar ao uso de medicamentos. Muitas vezes, a combinação de tratamentos, como Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), pode ser mais eficaz do que apenas o uso de medicamentos.

Cada paciente é único, e a orientação médica permite uma abordagem personalizada do tratamento, levando em consideração a história médica, os sintomas e as circunstâncias individuais de cada pessoa. A orientação médica é essencial para garantir o uso seguro e eficaz de ansiolíticos e antidepressivos. É importante que os pacientes sigam as instruções do médico e comuniquem qualquer preocupação ou efeito colateral durante o tratamento. Além disso, a colaboração contínua com profissionais de saúde é crucial para o gerenciamento eficaz de transtornos de ansiedade e depressão, garantindo o melhor resultado para a saúde mental do paciente.

Quando deixa de tomar como se sente?

Tabela 7 - E a resposta for sim, quando deixa de tomar como se sente

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Irritado	2	33%
Já deixei de tomar por vários dias	1	17%
Muito inquieto	3	50%
TOTAL	6	100%

Fonte: autoras, 2023.

Segundo a tabela 7 no que tange ao questionamento sobre “Se a resposta for sim, quando deixa de tomar como se sente?”, assim obteve-se as seguintes respostas: 50% afirmaram que ficam muito inquietos, 33% informaram que ficam irritados e 17% disseram que já deixaram de tomar por vários dias. Os sintomas de abstinência de ansiolíticos e antidepressivos podem ocorrer quando uma pessoa interrompe abruptamente o uso desses medicamentos após um período prolongado de uso. É importante entender que nem todos os medicamentos desse tipo causam sintomas de abstinência, e a gravidade dos sintomas pode variar de pessoa para pessoa.

No estudo de Brogan e Loberg (2019), a irritabilidade durante a abstinência de ansiolíticos e antidepressivos ocorre porque esses medicamentos frequentemente afetam o equilíbrio de neurotransmissores no cérebro, como a serotonina e a dopamina. Quando a medicação é interrompida, o sistema nervoso pode levar algum tempo para se ajustar novamente a essas mudanças químicas.

No dizer de Diniz *et al*. (2022), uma sensação de inquietação física, como se não fosse possível ficar parado, é comum. As pessoas podem sentir a necessidade de mover constantemente as pernas ou os braços. É importante observar que esses sintomas geralmente são temporários e diminuem à medida que o corpo se ajusta à ausência dos medicamentos. No entanto, eles podem ser desconfortáveis e desafiadores para algumas pessoas.

Nas palavras de Bastos (2020), a abstinência geralmente é temporária e diminui à medida que o corpo se ajusta à ausência do medicamento. No entanto, esses sintomas podem ser desconfortáveis e desafiadores para algumas pessoas. A descontinuação de

qualquer medicamento deve ser feita sob orientação médica, e muitas vezes é recomendado um processo gradual de redução da dose (desmame) para minimizar os sintomas de abstinência.

Nesse contexto, para minimizar os sintomas de abstinência, incluindo ostremores, muitos médicos recomendam um processo de desmame gradual da medicação. Isso envolve a redução progressiva da dose ao longo do tempo, permitindo que o corpo se ajuste lentamente à diminuição do medicamento.

Motivos para tomar medicação

Tabela 8 - Motivos para tomar medicação

Dados	Frequência	Percentual
Reduzir ansiedade	3	50%
Reduzir ansiedade e estresse	1	17%
Reduzir estado de tristeza	2	33%
TOTAL	**6**	**100%**

Fonte: autoras, 2023.

A tabela 8, apresenta as respostas referentes ao seguinte questionamento "Motivos para tomar medicação", assim revelou-se que: 50%, tinham objetivo de reduzir a ansiedade, 33% redução de tristeza e 17% na redução da tristeza e ansiedade. O uso de ansiolíticos e antidepressivos é comum e pode ser indicado para uma variedade de razões, dependendo das necessidades individuais de cada paciente. Os medicamentos são projetados para ajudar a reduzir os sintomas da depressão e ansiedade e de alguns outros transtornos de saúde mental. Esses medicamentos funcionam principalmente alterando os níveis de neurotransmissores no cérebro, como a serotonina, a noradrenalina e a dopamina, que desempenham um papel importante no equilíbrio do humor e do bem-estar emocional.

Nos estudos de Brito (2021), diz que:

> A principal indicação para o uso de agentes antidepressivos consiste no tratamento do transtorno depressivo. Os antidepressivos aumentam a neurotransmissão monoamínica por meio de vários mecanismos, sendo os mais comuns os que inibem a atividade do transportador de serotonina, do transportador de norepinefrina ou ambos e os antidepressivos tricíclicos. Outros mecanismos que aumentam a disponibilidade de monoaminas é a inibição de sua degradação enzimática e a ligação a autorreceptores pré- sinápticos ou a receptores pós-sinápticos específicos. A disponibilidade aumentada de monoaminas para ligação na fenda sináptica resulta em uma cascata de eventos que aumenta a transcrição de algumas proteínas e a inibição de outras. A produção efetiva dessas proteínas (fator derivado do encéfalo, receptores de glicocorticoides, receptores beta-adrenérgicos e outras) que parecem determinar seus benefícios (Brito, 2021, p.9).

Segundo Pavei *et al*. (2023), os antidepressivos são prescritos para ajudar a reduzir a intensidade da tristeza e do desânimo associados à depressão. A depressão é caracterizada por sentimentos persistentes de tristeza profunda e desânimo, que podem

afetar gravemente a qualidade de vida de uma pessoa. Nesse contexto, os antidepressivos atuam no cérebro para regular os neurotransmissores, como a serotonina, a noradrenalina e a dopamina, que desempenham um papel fundamental no equilíbrio do humor e das emoções.

Dessa forma, a depressão muitas vezes está associada a pensamentos negativos e autocríticos. Os antidepressivos podem ajudar a reduzir esses pensamentos, tornando mais fácil para a pessoa enfrentar os desafios emocionais.

Uso correto da medicação

Na última pergunta que aborda sobre "Você toma a medicação de acordo como que foi indicado pelo especialista?", de acordo com os entrevista informaram as seguintes respostas:

Tabela 9 - Você toma a medicação de acordo com o que foi indicado pelo especialista.

DADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	6	100%
Não	0	0%
TOTAL	6	100%

De acordo com a tabela, quando questionados sobre de acordo com o que foi indicado sobre os especialistas, (100%), dos entrevistados disseram sim. Através das representações dos entrevistados, a posologia prescrita pelo médico é determinada com base na sua condição médica, histórico de saúde e outros fatores individuais. Seguir a dosagem recomendada ajuda a garantir que o medicamento tenha o efeito terapêutico desejado no tratamento da ansiedade ou da depressão. Desvios na dosagem podem comprometer a eficácia do tratamento.

Para Silva e Quintilho (2021, p.686), "os medicamentos devem ser utilizados estritamente sob orientação de profissionais capacitados, pois assim como qualquer droga, seja ela natural ou sintética, tem o potencial de curar ou adoecer seu usuário, sendo que seu uso indiscriminado pode ser perigoso".

Na visão de Araújo *et al*. (2019), em alguns casos, como com os ansiolíticos e antidepressivos e o uso inadequado ou o desvio da dosagem prescrita pode levar ao desenvolvimento de tolerância (quando o medicamento se torna menos eficaz) ou dependência. Isso pode resultar em problemas de saúde adicionais.

No parecer de Oliveira et al. (2019), os medicamentos ansiolíticos e antidepressivos são projetados para serem administrados de acordo com diretrizes específicas para garantir a segurança do paciente. Isso inclui a prevenção de overdoses acidentais e outras complicações relacionadas ao uso incorreto. Seguir a posologia permite que seu médico avalie adequadamente como o medicamento está funcionando para você. Se você não estiver seguindo as instruções, pode ser difícil para o médico fazer ajustes necessários no tratamento.

Dessa maneira, a adesão à posologia prescrita é essencial para garantir que jovem obtenha os melhores resultados do tratamento com ansiolíticos e antidepressivos. Em casos tiver dúvidas ou preocupações sobre sua medicação, é importante discuti-las com

seu médico ou profissional de saúde. Os mesmos podem fornecer orientações adicionais, fazer ajustes no tratamento, se necessário, e oferecer suporte para garantir que esteja cuidando adequadamente da sua saúde mental.

3.2. DADOS QUALITATIVOS DA PESQUISA

Neste tópico apresenta-se dados qualitativos bem como sua análise e discussão. A análise minuciosa dos dados qualitativos fornece informações valiosas que contribuem para uma compreensão mais profunda do fenómeno em estudo. Ao explorar padrões, temas e relacionamentos emergentes, pode-se compreender e interpretar seus resultados de maneira mais completa. Este processo robusto de análise e discussão é fundamental para conferir relevância e substância aos dados qualitativos recolhidos, ajudando a avançar o conhecimento na área de investigação.

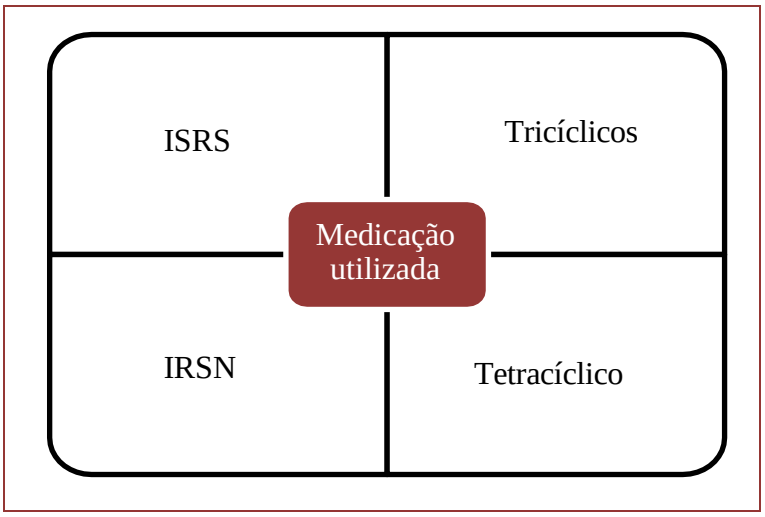
3.2.1. QUAL A MEDICAÇÃO QUE UTILIZA

A respeito do tipo de medicação utilizada entende-se a importância em saber qual a medicação os participantes usavam para verificar a sua correlação com o transtorno apresentado pelos mesmos. Nos resultados percebe-se que as medicações utilizadas apesar de não serem de uma prescrição clássica (ou seja, ansiolítico para ansiedade e antidepressivo para depressão), entende-se que todas

foram prescritas de forma a atender os transtornos de ansiedade e depressão. Outro ponto a se destacar nos resultados é o fato de que todos os participantes tomavam pelo menos uma medicação diariamente.

Após a análise das respostas dos participantes levantou-se as seguintes subcategorias antidepressivos tricíclicos, antidepressivos ISRS (Inibidores seletivos de recaptação de serotonina) e antidepressivos inibidores de recaptação de serotonina e noradrenalina.

Figura 1 - A medicação que utiliza



Antidepressivos tricíclicos e tetracíclicos

Os antidepressivos tricíclicos e tetracíclicos foram identificados na fala dos participantes sendo esses psicofármacos fortes antidepressivos que atuam nas aminas, oferecendo uma maior disponibilização da serotonina, dopamina, noradrenalina. Essa medicação é usada em pacientes com depressão. Observa-se ouso dessa medicação na fala do paciente J1 ao responder "[...] 25mg de clomipramina"e na fala do participante J4 ao comentar que "2 medicações pela noite, todo dia. [...] donaren 50mg, às vezes tomo 100mg."

Para Carvalho *et al*. (2021), os medicamentos tetracíclicos atuam de maneira a afetar múltiplos neurotransmissores, como a serotonina e a norepinefrina. Sua abordagem única, diferente dos Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS) tradicionais, os torna uma opção alternativa para pacientes que não respondem adequadamente a outras terapias. Além de aliviar sintomas depressivos, os medicamentos tetracíclicos podem também melhorar o sono, apetite e a função cognitiva.

Para Cavalcante *et al*. (2020), os medicamentos tricíclicos agem inibindo a recaptação de neurotransmissores, como a serotonina e a norepinefrina, aumentando sua disponibilidade no cérebro. Embora os tricíclicos tenham sido amplamente utilizados, seu perfil de efeitos colaterais, como boca seca, ganho de peso e sonolência, levou ao desenvolvimento de opções mais modernas. Contudo, em certos casos, especialmente quando outras terapias não são eficazes, os tricíclicos ainda podem ser prescritos.

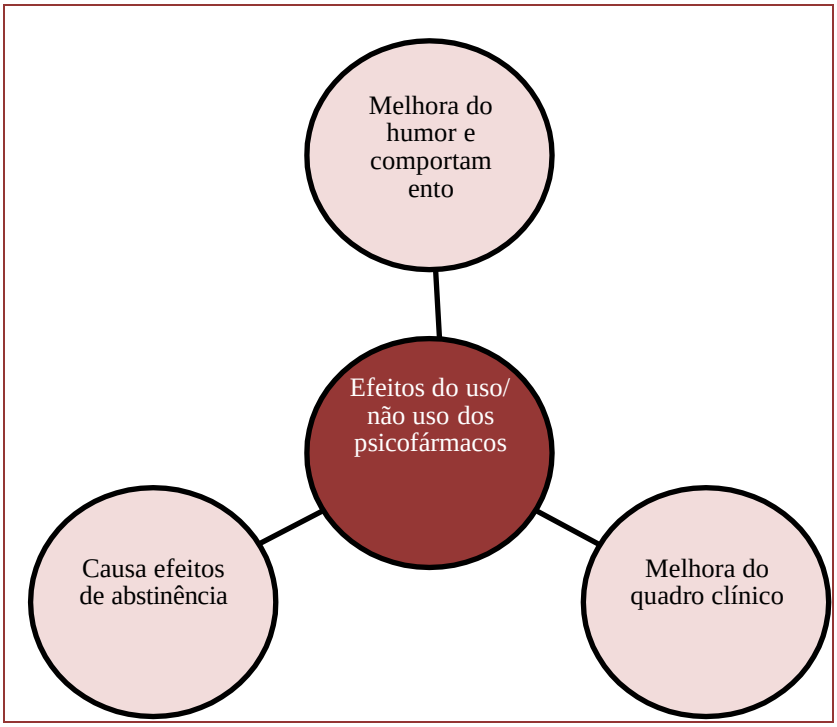
Dermachi *et al*. (2020), os Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS) são uma classe de medicamentos amplamente utilizada no tratamento de síndromes depressivas. Esses fármacos atuam ao regular a quantidade de serotonina disponível no cérebro, o que pode contribuir para aliviar os sintomas associados à depressão. A eficácia dos ISRS está intrinsecamente ligada à sua capacidade de influenciar a neurotransmissão de serotonina, proporcionando benefícios significativos no gerenciamento de distúrbios depressivos. Profissionais de saúde frequentemente prescrevem essa classe de medicamentos para auxiliar na restauração do equilíbrio químico cerebral em pacientes que enfrentam condições depressivas.

Ismayilov e Celikel (2023), os Inibidores de Recaptação de Serotonina e Noradrenalina (IRSN) representam uma classe de medicamentos relativamente recente empregada no tratamento da depressão. Esses fármacos atuam regulando os níveis de serotonina e noradrenalina no cérebro, contribuindo para aliviar os sintomas associados a distúrbios depressivos. A introdução dos IRSN oferece uma abordagem terapêutica inovadora, visando a modulação de neurotransmissores-chave para melhorar o equilíbrio químico cerebral.

3.2.2. OS EFEITOS DO USO E NÃO USO DA MEDICAÇÃO

Nesta categoria buscou-se entender os efeitos vivenciados pelos participantes em face do uso e do não uso da medicação. A partir do questionamento aos participantes, obteve-se o seguinte:

Figura 2 – Os efeitos do uso e não uso dos psicofármacos



Fonte: autor, 2023.

O uso - melhora do quadro clínico

Uma das subcategorias identificadas foi a melhora do quadro clínico do participante, fato esperado com o uso da medicação. Pode-se observar a melhora do quadro com o uso da medicação a partir da fala do participante J3 ao comentar que "[...]redução da ansiedade e dos sintomas de depressão, [..]".

De acordo com Diniz *et al.* (2022) os ansiolíticos reduzem a atividade nervosa excessiva, o que é comum em pessoas com transtornos de ansiedade. Isso leva a uma diminuição dos sintomas físicos e emocionais associados à ansiedade, como tensão muscular e preocupação excessiva.

Para Banelow (2020), em seus estudos indicam que ansiolíticos atua na redução do transtorno de ansiedade em jovens. A eficácia desses medicamentos em aliviar sintomas ansiosos tem sido evidenciada através de pesquisas que destacam melhorias nas respostas emocionais e no bem-estar psicológico. A capacidade dos ansiolíticos em modular neurotransmissores associados à ansiedade contribui para a eficácia desse tratamento. É importante, no entanto, ponderar sobre os benefícios em relação aos potenciais efeitos colaterais, considerando a sensibilidade dessa faixa etária.

O uso - melhora do humor e comportamento

A utilização da medicação, quando realizada de forma correta e com prescrição, tende a oferecer uma melhora do humor e normalização dos comportamentos disfuncionais. Pode-se observar na fala do participante J5 essa alegação "[...] meu humor fica regulado e meus episódios de raiva também [...]"

De acordo com Valadares et al. (2022), diz que “a escolha adequada da medicação deverá ser baseada no perfil de sintomas apresentados, na idade, no diagnóstico, se faz uso de outras medicações, o clínico tem total responsabilidade de recolher o consentimento dos pais ou responsáveis do cliente, em todo o processo do tratamento”.

Jiang et al. (2022), os ansiolíticos atuam de maneira a equilibrar a atividade dos neurotransmissores no cérebro, como a serotonina e a norepinefrina, influenciando positivamente o estado emocional. Ao reduzir a ansiedade e estabilizar o humor, os ansiolíticos contribuem para um melhor controle do estresse, proporcionando alívio aos indivíduos afetados por esses transtornos mentais.

O não uso - causa efeitos de abstinência

A interrupção abrupta de ansiolíticos e antidepressivos pode desencadear efeitos de abstinência que variam em intensidade e duração. No que tange a pergunta realizada “quais os efeitos que você tem do uso (ou não uso) da medicação?”.

A partir destas respostas, compreende-se que os efeitos do uso de ansiolíticos e antidepressivos podem variar dependendo do tipo específico de medicamento, da dosagem, da duração do tratamento e das características individuais de cada paciente. Esses efeitos também foram amplamente estudados em pesquisa científica para entender melhor os benefícios e os riscos associados a esses medicamentos.

A sensação de calma proporcionada por ansiolíticos e antidepressivos é um dos efeitos terapêuticos desses medicamentos, e ela desempenha um papel fundamental no tratamento de transtornos de ansiedade e depressão. Essa sensação de calma é frequentemente desejada pelos pacientes, pois pode aliviar significativamente o sofrimento emocional associado a esses distúrbios.

Para Costa *et al*. (2022), o efeito de sedação e relaxamento é uma das características dos ansiolíticos, especialmente dos benzodiazepínicos. Esses medicamentos são frequentemente prescritos para ajudar a reduzir a ansiedade, nervosismo e tensão, proporcionando um estado de maior calma e relaxamento.

Para Azevedo Júnior (2023), o “efeito rebote” ocorre ao interromper o uso de ansiolíticos e antidepressivos, refere-se a um fenômeno em que os sintomas que esses medicamentos visavam aliviar podem ressurgir temporariamente com maior intensidade. Este efeito pode incluir o retorno agudo da ansiedade, depressão ou outros distúrbios mentais, dessa forma, ao considerar que o efeito rebote não é uma recorrência natural da condição, mas sim uma resposta à abrupta redução ou suspensão do tratamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo proporcionou uma compreensão aprofundada da relação dos jovens com os ansiolíticos e antidepressivos na contemporaneidade. A análise revelou nuances significativas sobre a percepção, o uso e os impactos desses medicamentos na vida dos jovens, destacando a complexidade desse fenômeno em meio às pressões e desafios enfrentados por essa faixa etária. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para orientar estratégias de intervenção e suporte, promovendo uma abordagem mais informada e sensível às necessidades de saúde mental dos jovens na sociedade atual.

Ao analisar o perfil psicossocial dos jovens que fazem uso de ansiolíticos e antidepressivos, emergem padrões notáveis. Predominantemente, observou-se que a maioria desses jovens é do sexo feminino, com idades compreendidas entre 20 a 25 anos e nível educacional até o ensino médio. A constatação de que a ansiedade é o principal motivo para a utilização desses medicamentos sugere a importância de estratégias preventivas e de suporte para a saúde mental nessa faixa etária. Além disso, o período de 1 a 5 anos de uso destes medicamentos ressalta a necessidade de uma abordagem contínua e personalizada, visando compreender e atender às demandas específicas desses jovens.

Ao analisar as principais queixas dos jovens em relação ao uso de ansiolíticose antidepressivos, destacam-se os efeitos de abstinência que resultam em inquietude e irritação. Essas observações ressaltam a importância da gestão cuidadosa desses medicamentos, considerando não apenas os benefícios terapêuticos, mas também os potenciais desafios associados à descontinuação. O reconhecimento dessas queixas direciona a atenção para estratégias mais abrangentes de intervenção, que incluem não apenas a prescrição apropriada, mas também o acompanhamento regular, a educação sobre os efeitos esperados e a promoção de alternativas terapêuticas para abordar as necessidades emocionais dos jovens de maneira mais holística.

Ao identificar o padrão de uso de ansiolíticos e antidepressivos, observou-se um quadro complexo de sintomas e preferências medicamentosas. Os relatos destacaram benefícios significativos, como a redução do apetite, alívio da ansiedade e dos sintomas depressivos, bem como a gestão de episódios de raiva. A constatação de que clomipramina e donaren são os medicamentos utilizados ressalta a diversidade de abordagens terapêuticas adotadas.

Em conclusão, a atuação da psicologia na compreensão da complexa relação dos jovens com ansiolíticos e antidepressivos na contemporaneidade. Ao adotar uma abordagem integral, os profissionais de psicologia podem contextualizar o uso desses medicamentos, explorando fatores emocionais, sociais e culturais que influenciam essa relação. A compreensão aprofundada desses aspectos permite aos psicólogos fornecerem suporte personalizado, identificar padrões comportamentais subjacentes e colaborar efetivamente com outros profissionais de saúde na busca por estratégias terapêuticas mais integradas e eficazes para atender às necessidades específicas dosjovens em sua jornada de saúde mental.

REFERÊNCIAS

[1] ALBERTINO, S; MOREIRA, P. F. **Benzodiazepínicos:** Disponível em: http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?id_materia=1364&fase=imprime Acesso em: 18 de set.de 2022.

[2] ALBINI, Franciele Lora et al. Prevalência do uso de ansiolíticos e antidepressivos, atividade física e doenças associadas em pacientes com excesso de peso em um ambulatório de atendimento nutricional na cidade de Caxias do Sul. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 13, n. 78, p. 344-348, 2019.

[3] ALENCAR, Ana Paula et al. O uso de antidepressivos e ansiolíticos por acadêmicos dos cursos da saúde: em uma visão farmacêutica. **Revista Científica Da FacMais**, v.9, n. 1, p1-12, 2022.

[4] AMARAL, M. **Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Bibliográfico, Numismátic**o e Artístico, Vol VII, págs. 5 e 6. Portugal. Ed. Electrónica. 2000-2010.

[5] AMARAL, R. S. D. **Prós e contras da legalização das drogas**: uma discussão. Julhode 2009.

[6] ANDRADE, T. M.; ESPINHEIRA, C. G. D. **A presença das bebidas alcoólicas eoutras substâncias psicoativas na cultura brasileira**. 2010.

[7] ARAÚJO, Bruna Nadaletti et al. Automedicação e uso inadequado de medicamentos na terceira idade. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 21-35, 2019.

[8] ARAÚJO.; L. **Investigação sobre o uso de psicofármacos entre estudantesuniversitários.** 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Pesquisa em Saúde, Centro Universitário Cesmac, Maceió, AL, 2019.

[9] AZEVEDO JÚNIOR, Érico Cardoso et al. Uso de medicamentos psicotrópicos por gestantes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 5, p. e12687-e12687, 2023.

[10] AZEVEDO, A.J.P. **Consumo privado de ansiolíticos benzodiazepínicos e sua correlação com indicadores sociodemográficos nas capitais brasileiras.** 72f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande doNorte, Natal, 2014.

[11] BANDELOW, Borwin. Current and novel psychopharmacological drugs for anxiety disorders. **Anxiety disorders: Rethinking and understanding recent discoveries**, p. 347-365, 2020.

[12] BASTOS, Cláudio Lyra. **Manual do exame psíquico**: uma introdução prática à psicopatologia. 4d. São Paulo: Thieme Revinter, 2020.

[13] BERNIK, M. A. **Benzodiazepínicos:** quatro décadas de experiência. EdUSP: São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.edusp.com.br/livros/benzodiazepinicos/. Acesso em: 23 de set. 2022.

[14] BETIATI, Viviani et al. Ansiedade e depressão em jovens universitários do curso de medicina de uma instituição no noroeste do Paraná. **Revista Valore**, v. 4, p. 41-54, 2019.

[15] BRITO, Jhenefr Ribeiro.; SILVA, Paula Ribeiro. **Uma análise sobre o consumo de ansiolíticos e antidepressivos entre estudantes de Medicina**. Trabalho De Conclusão de Curso (Bacharel em Medicina] - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

[16] BROGAN, Kelly; LOBERG, Kristin. **A Depressão Feminina**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. 341p.

[17] CARAKUSHANSKY, S. **Quem mata mais: a droga lícita e ilícita? Políticas de Drogas**. Publicado por Editor BRAHA: Brasileiros Unitários em Ação. Outubro, 2008.Disponível em: http:// www.braha.org. Acesso: 23 de set. 2022.

[18] CARLINI, E. A., et al. Drogas psicotrópicas: o que são e como agem. **Revista Imesc**,São Paulo, v. 3, p. 9-35, outubro. 2001.

[19] CARLINI, E., et al. **Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país**. Universidade Federal de SãoPaulo, Campinas, 2001.

[20] CARVALHO, F. de et al. **Perfil de dispensação e estratégias para uso racional depsicotrópicos**. 45f. Monografia (Linhas de Cuidado em Enfermagem) - UniversidadeFederal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

[21] CARVALHO, Luzia Gomes; LEITE, Samuel; COSTA, Débora de Alencar Franco. Principais fitoterápicos e demais medicamentos utilizados no tratamento de ansiedadee depressão. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e25178-e25178, 2021.

[22] CARVALHO, Marina Conceição Peres et al. Levantamento da situação de saúde mental e uso de ansiolíticos e antidepressivos por acadêmicos do curso de odontologia de uma universidade do sul de Minas Gerais. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 15, n. 1, p. 489-496, 2017.

[23] CAVALCANTE, Samara Kelly et al. A relevância de fármacos antidepressivos para o tratamento de disfunções musculares faciais crônicas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 10, p. e4729-e4729, 2020.

[24] COIMBRA, Marla Brenda Pires et al. Avaliação do uso de antidepressivos e ansiolíticos por acadêmicos do curso de enfermagem. **Revista UNIVAP**, v. 27, n. 53,2021.

[25] COSTA, Renata Silva Oliveira et al. Uso de benzodiazepínicos na cidade de Porteirão,Goiás. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e35411629187- e35411629187, 2022.

[26] DEMARCHI, Mariana Eduarda et al. Inibidores seletivos de recaptação de serotoninano tratamento da depressão: síndrome de descontinuação e/ou de dependência?. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e815998035-e815998035, 2020.

[27] DINIZ, Vânia Maria et al. Perfil do consumo de ansiolíticos por pacientes atendidos em farmácia básica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e35511124615-e35511124615, 2022.

[28] FIGUEIREDO, A.C.D. de. **Consumo e gastos com psicotrópicos no Sistema Únicode Saúde no estado de Minas Gerais**: análise de 2011 a 2013. 63f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

[29] FIGUEIREDO, K.C. **Uso de medicamentos ansiolíticos: uma abordagem sobre ouso indiscriminado.** Artigo Científico. Santa Maria: UINFRA. 2012.

[30] FONTES, Bruna Andrade et al. Consumo de ansiolíticos benzodiazepínicos durante apandemia de COVID-19: um estudo remoto com estudantes universitários. **Sapienza:International Journal of Interdisciplinary Studies**, v. 3, n. 1, p. 34-44, 2022.

[31] FUNAI. **Comportamentos de saúde, sofrimento mental e padrão de consumo deálcool entre estudantes universitários**. Tese (Doutorado em Ciências) –Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

[32] GALLASSI, A. D. et al. **Custos dos problemas causados pelo abuso do álcool. In:Revista de Psiquiatria Clínica,** Nº 35. Suplem. 01, 2008. p. 25-30.

[33] GIANJACOMO, R. **Caracterização do consumo de medicamentos psicofármacospor estudantes de uma universidade pública**. (2020). Dissertação Mestrado em Ciências Farmacêuticas– Universidade Estadual de Londrina.

[34] GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

[35] GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. edição. São Paulo,SP: Ática 2019.

[36] GRASSI, L.T.V.; CASTRO, J.E.S. **Estudo do Consumo de Medicamentos Psicotrópicos no Município de Alto Araguáia – MT**. Artigo Científico. Cáceres: Faculdade do Pantanal, 2012.

[37] GRUBER, J.; MAZON, L.M. A prevalência na utilização de medicamentospsicotrópicos no município de Mafra: um estudo retrospectivo. **Saúde Meio Ambient.**,v. 3, n. 1, p. 44-50, 2014.

[38] GUERRA C, et al. **Perfil epidemiológico e prevalência do uso de psicofármacos em uma unidade referência para saúde mental**. Rev Enferm UFPE On Line. 2013.

[39] ISMAYILOV, Ayna Sariyeva; CELIKEL, Guler. Efeitos dos antidepressivos tricíclicos, inibidores seletivos da recaptação da serotonina e inibidores da recaptação deserotonina e noradrenalina na superfície ocular. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 86, n. 5, p. 1-7, 2023.

[40] JIANG, Yao et al. Monoamine neurotransmitters control basic emotions and affect major depressive disorders. **Pharmaceuticals**, v. 15, n. 10, p. 1203, 2022.

[41] LARANJEIRAS, R.; OLIVEIRA, R. A; NOBRE, M. R. C. BERNARDO, W. M. **Usuário de substâncias psicoativas: abordagem, diagnóstico e tratamento.** 2ª Ed. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo/ Associação Médica Brasileira, 2003. 120 p.

[42] LIMA, Diego Rafael Sampaio et al. Dispensação de antidepressivos controlados pelaportaria 344/1998, em feira de santana–ba no período da pandemia do COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 3178-3194, 2021.

[43] LOPES, L.M.B.; GRIGOLETO, A.R.L. Uso consciente de psicotrópicos: responsabilidade dos profissionais da saúde. **Brazilian Journal of Health**, v. 2, n. 1, 2013.

[44] LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas.São Paulo: EPU, 1986.

[45] MELO, Ana Luísa Caetano; LOURENÇO, Lélio Moura. Terapia cognitivo- comportamental no tratamento de um caso de transtorno de ansiedade generalizada:um relato de caso. **Psicologia.** PT [Internet], p. 1-23, 2020.

[46] MENDES, Christiane Gomes; MELLO, Marcia Gomide. Políticas públicas e Saúde Mental: o cenário é promissor?. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p.e7611931579-e7611931579, 2022.

[47] NARCISO, Tarsila et al. Avaliação do uso de psicofármacos em pacientes atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 5, n.1, p. 18-26, 2020.

[48] NARDELLI, G. G. et al. Perfil dos alunos ingressantes dos cursos da área da saúde de uma universidade federal. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 2, n. 01, 2013.

[49] NERI, João Vítor Denis et al. Uso de ansiolíticos e antidepressivos por acadêmicos daárea da saúde: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n.10, p. 75673-75686, 2020.

[50] NOTO, A.R., et al. Análise da prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos em dois municípios do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira Psiquiatra**, v. 24, n. 2, p. 68-73, 2002.

[51] NUNES, B.S. BASTOS, F.M. Efeitos colaterais atribuídos ao uso indevido e prolongado de benzodiazepínicos. **Saúde e ciência em ação**, v.3, n.1, p.71-82, 2016.

[52] OLIVEIRA, Glaucia Jose et al. Acompanhamento farmacêutico no controle da dor empacientes oncológicos. **Semiose**s, v. 13, n. 2, p. 145-157, 2019.

[53] PAVEI, Denise et al. A influência da dopamina nos transtornos de depressão: revisãode literatura. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 8, p. 4153-4169,2023.

[54] PEDRO.; M. **Distúrbios psíquicos menores em estudantes universitários da áreada saúde**. Dissertação de Mestrado Ciências da Saúde Programa de Pós-graduaçãoem Enfermagem –Universidade Federal de Santa Maria. 2017.

[55] PIGA, Bruna Maria Fava; SHIMA, Vivian Taciany Bonassoli; ROMANICHEN, F. M. D. F. Análise das prescrições de ansiolíticos e antidepressivos antes e durante a pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 107178- 107193, 2021.

[56] PINHEIRO.; C. **Distúrbios psíquicos menores em estudantes universitários da área da saúde**. RS. 2017.

[57] ROSSI, Ana Maria et al. **Stress e qualidade de vida no trabalho**: Encontrando significado no luto e no sofrimento. 1 ed. São Paulo: Vetor Editora, 2023. 292p.

[58] SANTOS, Daniel Macedo; DE GÓES, Maria Alice Silva; MARQUEZ, Carolinne Oliveira. O uso excessivo de antidepressivos e ansiolíticos entre adolescentes e jovens. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e185111335261- e185111335261, 2022.

[59] SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de laurence bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 383–387, 2012.

[60] SILVA, Joycy Carvalho; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. Automedicação e o uso indiscriminado dos medicamentos: o papel do farmacêutico na prevenção. **Revista deIniciação Científica e Extensão**, v. 4, n. 2, p. 685-92, 2021.

[61] SOUZA, Giovanna Calixto Rossi Marques et al. Uso de ansiolíticos e antidepressivosentre estudantes de medicina de uma universidade. **Psico**, v. 53, n. 1, p. e38105- e38105, 2022

[62] SOUZA, Mickaelly Stefanie Paes et al. Uso de antidepressivos e ansiolíticos entre estudantes do curso de farmácia em uma instituição privada e uma pública do interiorda Bahia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e29610817177- e29610817177, 2021.

[63] TAVARES, Thaynná Rodrigues et al. Avaliação do uso de psicofármacos por universitários. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 20, n. 4, p. 560-567, 2021.

[64] VALADARES, Jessyka Viana et al. Uso de Antidepressivos em Adolescentes: uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Cereus**, v. 14, n. 1, p. 288-303, 2022.

[65] VICTORIA, Mara Sizino et al. Níveis de ansiedade e depressão em graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Encontro: Revista de Psicologia**,v. 16, n. 25, p. 163-175, 2015.

[66] WANSCHER, Dienifer; PRADO, Geisa Percio; FRIGO, Jucimar. Uso de psicotrópicospor alunos do ensino superior. **Uningá Review**, v. 18, n. 2, 2014.

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Participante: 0001

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino Faixa etária:

Religião:

Estado civil:

Escolaridade:

Quais tipos de transtorno já teve?

( ) Ansiedade ( ) Depressão ( ) Estresse agudo ( ) Outros ( ) Não teve nenhum

Se já teve, há quanto tempo toma medicação?( ) Até 1 ano

( )1 a 5 anos

( ) Acima de 5 anos

Já procurou algum médico?( ) Sim ( ) Não

Se a resposta for não, tem algum tipo de necessidade de tomar medicação?

Se a resposta for sim, quando deixa de tomar como se sente?

( ) Muito inquieto ( ) Irritado ( ) Tranquilo, sem problema nenhum ( ) Já deixei de tomar por vários dias

Motivos para tomar medicação

( ) Reduzir estresse ( ) Reduzir ansiedade ( ) Reduzir ansiedade e estresse ( ) Reduzir estado de tristeza ( ) Efeitos de recreação

Quais os efeitos que você tem do uso (ou não uso) da medicação?

Quantas vezes você toma medicação por semana? Quantos miligramas? Quais as medicações?

Você toma a medicação de acordo com o que foi indicado pelo especialista?

@editorapoisson

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

https://www.facebook.com/editorapoisson

Produzir & Publicar